

# RN / ECONÔMICO

Revista mensal para homens de negócios

ANO X — Nº. 109 — FEVEREIRO/80 — Cr\$ 60,00

Os exportadores  
e o pacote econômico



411

## O QUE ESPERAR DE 1980 ?



# CONSÓRCIO GRANORTE

— SÉRIE “A” PONDERADO —



\* 36 meses sem entrada, sem juros ou correção monetária

\* Mensalmente, um carro por sorteio e outro por lance.

\* Seu carro é entregue sem avalista e não exigimos seguro

\* Carro usado de qualquer marca vale como lance.

\* O veículo é entregue pelo preço de fábrica

\* Liberamos os carros de reserva de domínio



**Você pode optar por qualquer carro da linha Ford.**

CORCEL COUPÊ

CORCEL LDO

FORD F-75

CORCEL SEDAN

BELINA

FORD F-100

CORCEL GT

GALAXIE

FORD F-4000

## Granorte

ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S/C LTDA

Rua Presidente Bandeira, 656-A - Alecrim - Fones (084) 222-6788 - 231-4586 - 59.000 - Natal-RN.



# RN/ECONÔMICO

Revista Mensal para Homens de Negócios

## Diretores-Editores

Marcos Aurélio de Sá  
Marcelo Fernandes de Oliveira

## Diretor-Adjunto

Pedro Simões Neto

## Gerente Administrativo

Maurício Fernandes

## Redatores

Aderson França  
José Ari  
Paulo de Souza Lima  
Petit das Virgens

## Correspondente em Mossoró

Emery Costa

## Diagramação e Paginação

Fernando Fernandes

## Fotografias

João Garcia de Lucena

## Fotocomposição e Montagem

Fortunato Gonçalves  
Gonçalo Henrique de Lima

## Departamento de Assinaturas

Vanda Fernandes

## Capa

Luiz Pinheiro

## Consultores

Alcir Veras da Silva, Alvarado Furtado, Dom Antônio Costa, Cortez Pereira, Dalton Melo, Dantas Guedes, Diógenes da Cunha Lima, Fernando Paiva, Genário Fonseca, Hélio Araújo, Jayme Santa Rosa, Janilson de Paula Rêgo, João Frederico Abbot Galvão Jr., João Wilson Mendes Melo, Jorge Ivan Cascudo Rodrigues, Manoel Leão Filho, Marco Antônio Rocha, Moacyr Duarte, Nelson Hermógenes Freire, Ney Lopes de Souza, Dom Nivaldo Monte, Otomar Lopes Cardoso, Otto de Brito Guerra, Paulo Gonçalves, Severino Ramos de Brito, Túlio Fernandes Filho, Ubiratan Galvão.

RN/ECONÔMICO — Revista Mensal especializada em assuntos econômicos-financeiros do Rio Grande do Norte, é de propriedade de RN/ECONÔMICO EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA. — CGC nº 08286320/0001-81 — Endereço: Rua Dr. José Gonçalves, 887 — Natal-RN — Telefone: 231-1873. Composição e Impressão: EDITORA RN/ECONÔMICO LTDA. — CGC nº 08423279/0001-28 — Ins. Est. 20012832-5 — Endereço: Rua Dr. José Gonçalves, 887 — Natal-RN — Telefone: 231-1873. É proibida a reprodução total ou parcial de matérias, salvo quando seja citada a fonte. Preço do exemplar: Cr\$ 60,00. Preço da assinatura anual: Cr\$ 400,00. Preço de número atrasado: Cr\$ 80,00.

## DA MESA DO EDITOR

### Caro leitor

RN/ECONÔMICO completou dez anos e continua evoluindo. Cada novo ano somado à existência da revista impõe a busca de novas propostas gráficas e editoriais, capazes de torná-la um instrumento de comunicação moderno e dinâmico.

Neste número, iniciamos uma nova fase da revista. Sem perder sua característica de órgão de informação vinculado ao trato de assuntos econômicos, abrimos espaço para assuntos de natureza abrangente, movidos pelo raciocínio de que o leitor de RN/ECONÔMICO é uma pessoa integrada ao seu tempo e aos fatos contemporâneos que são notícia.

Assim, além de uma nova feição gráfica, criamos duas novas colunas - *Olho Vivo* e *RN/CONSUMO* - a primeira, tratando de temas do cotidiano regional, e a segunda destinada a informar ao leitor as melhores oportunidades de compras e de investimentos. Dedicamos ainda maior número de páginas da revista para tratar de um assunto da maior importância para a informação dos empresários: *Economia & Legislação*.

As reportagens, nessa edição, abordam

## RN ECONÔMICO

Revista Mensal para Homens de Negócios  
ANO 2 - Nº 10 - FEVEREIRO 1980 - CR\$ 60,00

Os exportadores  
e o pacote econômico



### O QUE ESPERAR DE 1980 ?

aspectos da conjuntura nacional para 1980, com vistas à iniciativa privada. Tratamos ainda do *Vestibular*, um tema controverso, e nossos articulistas especializados analisam variados aspectos da realidade sócio-político-econômica nacional e regional.

Esperamos que a nova RN/ECONÔMICO seja de melhor proveito para todos.

### POLÍTICA E GOVERNO

- Empresários sem apoio do governo ..... 38
- Prefeitura de Natal S.A. .... 33
- O milagre das Telecomunicações no RN ..... 52
- Emproturn apoiará empresários locais ..... 18

### ECONOMIA

- Exportadores na berlinda ..... 42
- Empresários e políticos - união contra os "pacotes" ..... 7

### INDÚSTRIA E COMÉRCIO

- Indústria cerâmica precisa de incentivos ..... 26
- Construção civil - setor em instabilidade ..... 46

### EDUCAÇÃO

- Sistema vestibular em discussão ..21

### CONJUNTURA

- Scheelita: o setor está em crise ...14
- Perspectivas da pesca no RN ..... 10

### SEÇÕES

- Homens & Empresas ..... 4
- Olho Vivo ..... 30
- Agenda do Empresário ..... 55
- RN/Consumo ..... 58

### ARTIGOS

- Paulo Pereira dos Santos
  - Agricultura: o maior trunfo do governo pode falhar ..... 45
- Pedro Simões Neto
  - Pragmatismo - a verdade e o mito 49
- Otomar Lopes Cardoso
  - 80 - Uma década social ..... 56

### DEPOIMENTO

- Roosevelt Garcia
  - Setor Industrial do RN ..... 40



## ZILDAMIR REELEITO PARA PRESIDÊNCIA DO CDL

Existe unanimidade entre os membros do **Clube de Diretores Lojistas de Natal**, em torno da reeleição da **Zildamir Soares de Maria**, e de **Antônio Gentil** para a presidência e vice-presidência da entidade. A eleição acontecerá na segunda quinzena de março.

## MUDA A DIREÇÃO DO DNOCS NO RN

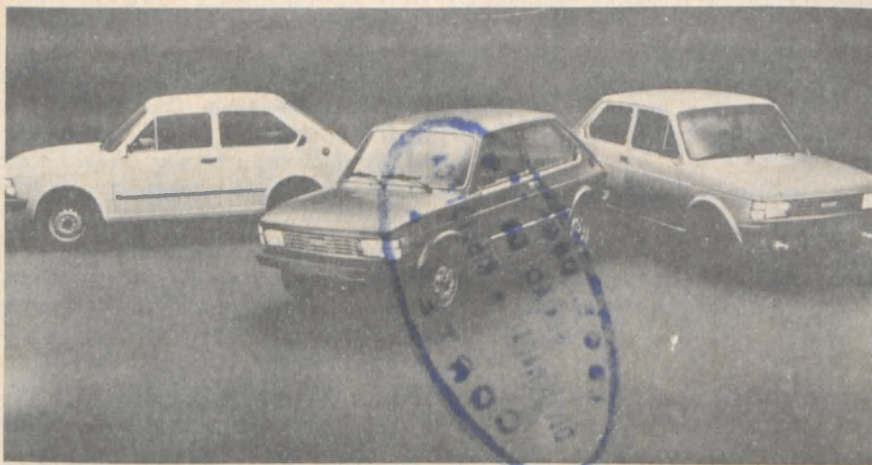
Depois de um ano de permanência no Rio Grande do Norte, à frente do DNOCS, e especialmente voltado para a implantação do projeto "**Baixo-Açu**", o engenheiro **Eldan Veloso** deixará o Estado até o final de março. Com a criação de uma diretoria do DNOCS no RN, e com o convite formulado ao vice-reitor **Clóvis Gonçalves** para ocupá-la, caberá a este assumir o comando dos trabalhos de construção da barragem "**Armando Gonçalves**". Pode-se creditar ao trabalho aqui desenvolvido por **Eldan Veloso** a irreversibilidade do projeto que visa a irrigação do vale do Açu.

## INDÚSTRIA EDITORIAL VIVE MOMENTO DIFÍCIL

As empresas que atuam no ramo editorial/jornalístico no Rio Grande do Norte atravessam uma crise sem precedentes, que se reflete inclusive na redução da tiragem dos jornais natalenses e no atraso de pagamento do pessoal de redação. As empresas culpam as altas desenfreadas dos preços do papel e dos insumos pela situação difícil ora enfrentada. Mas ainda reconhecem que aconteceu uma diminuição acentuada das verbas de propaganda na praça de Natal, fator que contribui para a redução da receita das empresas jornalísticas.

## BRASINOX PARTICIPA EM RECIFE DA 1ª. FENAI

A **BRASINOX** — **Brasil Inoxidáveis S/A** — foi a única indústria do Rio Grande do Norte a participar em Recife da 1ª. **Feira Nacional da Indústria**, montando stand para apresentação de toda a sua linha de equipamentos para cozinhas industriais, hotéis, hospitais, laboratórios, instalações militares, etc. Situada no distrito industrial de Eduardo Gomes-RN, às margens da BR-101, a **BRASINOX** ocupa uma área de 12 mil metros quadrados e proporciona 300 empregos diretos.



**FIAT**  
147

A nova linha Fiat (L, GL e GLS na foto) tem um estilo para agradar brasileiros e europeus.

## LANÇADA A LINHA FIAT "EUROPA"

Já foi lançada em São Paulo, em promoção transmitida pelo serviço executivo de circuito fechado da **EMBRATEL** para todos as capitais brasileiras, a nova linha Fiat para o ano 80, também chamada "**Linha Europa**". Em Natal, **Roberto Moura**, diretor da **Navona Veículos**, reuniu a imprensa para assistir a transmissão do lançamento, ao mesmo tempo em que trouxe técnicos da fábrica Fiat para explicar aos jornalistas os aperfeiçoamentos

introduzidos nos novos modelos. A denominação "**Linha Europa**" para os carros foi dada em função da ênfase que será dada este ano à sua exportação para os países do **Mercado Comum Europeu**, e porque os veículos Fiat passam agora a atender a todas as normas de segurança exigida por países como França e Itália. Por outro lado, já está sendo aguardado para as próximas semanas o lançamento de um novo modelo Fiat no Brasil, para atender ao mercado de carros médios.

## GRUPO GRANORTE TEM REVENDA FORD EM RECIFE

**Paulo Coutinho**, diretor-presidente da **Granorte Veículos e Peças Ltda.**, adquiriu a totalidade das ações da empresa **Fonseca Irmãos**, que foi durante muitos anos a principal revendedora dos veículos Ford em Pernambuco. Concluída a operação, foi mudada a razão social para **Concórdia Veículos Ltda.**, ficando o próprio **Paulo Coutinho** na direção dos negócios, o que o está obrigando a residir em Recife. À frente da **Granorte** em Natal, ficou **Paulo Coutinho Filho**, que agora conta com o apoio de **Fred Queiroz** na gerência-de-vendas. Apesar da conjuntura nacional e da crise de combustível, o mercado automobilístico continua em alta, a ponto da **Granorte**, em fevereiro, ter batido um recorde de vendas: Cr\$ 40 milhões. As previsões para março são ainda melhores.

## MESBLA E LOJAS AMERICANAS COMPRAM TERRENOS EM NATAL

As duas maiores cadeias de lojas do país — **MESBLA** e **LOJAS AMERICANAS** — estão mesmo a caminho do Rio Grande do Norte. Prova disto é que ambas as organizações adquiriram recentemente grandes terrenos em Natal, em áreas estratégicas para o comércio. As **Lojas Americanas**, por exemplo, comprou por Cr\$ 20 milhões, dois velhos casarões na avenida Rio Branco, em frente ao **Banco do Brasil**, e já contratou a **Construtora Scala** para demolí-los, visando iniciar brevemente a construção de um grande edifício. A **MESBLA**, por seu turno, depois de procurar comprar uma área do centro, decidiu-se pela compra de um grande terreno na avenida Salgado Filho, vizinho ao **Supermercado Mini-Preço** de Lagoa Nova, e pretende começar a construir sua loja ainda este ano.



# HOMENS & EMPRESAS

## TÁXIS COM MOTOR À ÁLCOOL

O presidente do **Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários de Natal**, **Hermes de Araújo**, encaminhou telex ao Ministro da Indústria e do Comércio solicitando autorização oficial para converter os motores de toda a frota de táxis da cidade para o consumo de álcool hidratado. Rodam atualmente em Natal 1.010 carros de praça. **Hermes** pediu autorização para que os taxistas possam adquirir 610 veículos novos, com motores já adaptados, e para a conversão dos motores de 400 veículos usados. A **Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério** já respondeu ao telex, autorizando a mudança. Resta, agora, a adoção de medidas em âmbito local que permitam a operacionalidade dos táxis a álcool, tais como o aumento do número de postos de serviço capacitados a fornecer o novo combustível.

## NORTERIOGRANDENSE PREMIADO EM BRASÍLIA

O advogado **Hamilton de Sá Dantas**, norterio-grandense radicado em Brasília, conquistou o prêmio oferecido pela **Ordem dos Advogados do Brasil**, seção do Distrito Federal, pela apresentação da melhor monografia jurídica, em concurso instituído com esse objetivo. O trabalho de **Hamilton** se subordinou ao tema "Aperfeiçoamento da Justiça no Distrito Federal". Atualmente, ele exerce a função de Assessor Jurídico da **SUDECO (Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste)** e atua junto a vários ministérios.

## NATAL SERÁ SEDE DO X CONGRESSO DO SKAL

Natal será sede, de 21 a 24 de agosto próximo, do **X Congresso Brasileiro de Skal Clube do Brasil**, entidade que reúne a classe hoteleira do país, além de agentes de viagem, proprietários de restaurantes, e outros empresários ligados à indústria do turismo. **Luiz Antônio Porpino**, presidente do **Skal** no Rio Grande do Norte, espera a presença em Natal de mais de 300 associados de todos os Estados. Ele considera o Congresso uma excelente oportunidade para mostrar a viabilidade do turismo em nosso Estado e, para tanto, ele já começou a planejar o trabalho de recepção aos congressistas.

## LAJE PRÉ-MOLDADA GALMES VAI SER LANÇADA LOGO

O grupo **Galvão Mesquita/Casa Lux**, expandindo sua participação no mercado de materiais para construção do Estado, se prepara para ingressar na indústria de lajes e pré-moldados de cimento. **Paulo Vasconcelos de Paula**, presidente do grupo, informa que seguem em ritmo acelerado os trabalhos de construção dos galpões industriais da **Fábrica de Lajes GALMES**, num terreno de 5 mil metros quadrados, na avenida Nascimento de Castro, em Natal, ao mesmo tempo em que já estão sendo montadas as primeiras máquinas da indústria. As lajes e mosaicos **GALMES** serão lançados no mercado dentro de 60 dias e serão comercializados pela cadeia de lojas de **Galvão Mesquita**.

## ADMAC PRESIDIDO POR JOSÉ EUCLIDES DE MELO

Os empresários do comércio de materiais para construção acabam de eleger a nova diretoria da **ADMAC** para o período 80/81. **ADMAC** é a sigla da **Associação dos Distribuidores de Materiais de Construção do Rio Grande do Norte**, entidade que há três anos atua no sentido de congregar e defender os interesses das empresas filiadas, promovendo a unidade da classe e o equilíbrio do mercado. Substituindo a diretoria anterior, encabeçada por **Paulo Vasconcelos de Paula** diretor-presidente de **Galvão Mesquita/Casa Lux**, foram eleitos: Presidente — **José Euclides de Melo** (Vidraceiro do Norte); Vice-Presidente — **Ronald Gurgel** (R. Gurgel/Saci); Secretário — **Ezequiel Fonseca** (Pinheiro, Chacon & Cia.); e Tesoureiro — **Otávio Fernandes Oliveira Filho** (Vidradeiro do Norte).

## CÂMARA MUNICIPAL SE CONGRATULA COM O RN

Atendendo a requerimento do vereador **Antônio Godeiro**, a **Câmara Municipal de Natal**, por unanimidade, consignou na ata dos seus trabalhos um voto de congratulações à revista **RN/ECONÔMICO**, pelo transcurso do seu décimo aniversário de circulação. O requerimento de **Antônio Godeiro** registra a importância da publicação "para o comércio, a indústria, a agricultura, a pecuária e setores outros, no mundo dos negócios, que proporcionam progresso e ativo desenvolvimento econômico na vida do nosso povo".

## GRUPO UNIÃO PAGOU Cr\$ 3,7 MILHÕES DE ICM

Houve uma falha nas informações da **Secretaria da Fazenda** do Estado acerca das empresas que mais recolheram ICM no ano de 1978. Ao se referir ao **Grupo de Lojas União (Camisaria União Ltda.)**, a relação da SF afirmava que naquele ano a empresa havia recolhido Cr\$ 1.542.598,00, o que inclusive motivou a inclusão do grupo entre aqueles que, em 78, pagaram menos ICM do que no exercício anterior. A verdade, porém, segundo os levantamentos contábeis do **Grupo União**, é que em 78 a empresa contribuiu com Cr\$ : : : : 3.760.139,00 para a arrecadação do Estado, ou seja, cerca de 150% a mais do que foi registrado na relação da **Secretaria**.



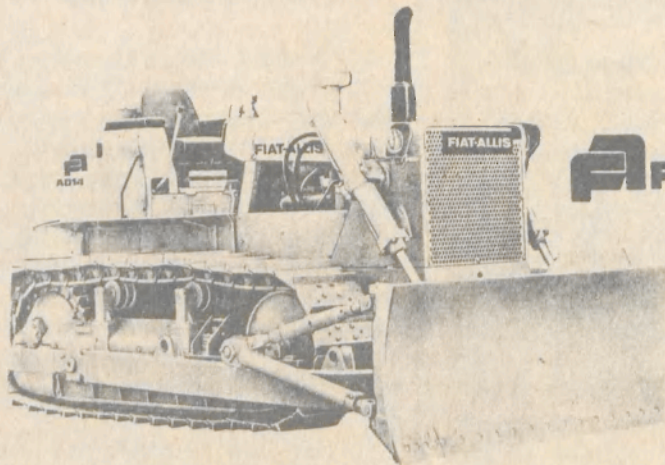
Eustáquio Medeiros

## NATAL TERÁ MAIS UMA LOJA DE DEPARTAMENTOS

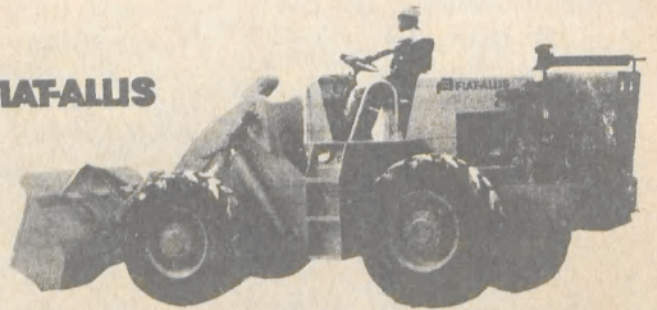
**Eustáquio Medeiros** e **Antônio Gentil**, diretores do **Grupo de Lojas União**, começam a adotar providências para dar início à construção da loja de departamentos projetada para a esquina das ruas Princesa Isabel e General Osório, em pleno centro comercial de Natal. Dentro dos próximos 60 dias, ocorrerá a mudança da matriz da **Camisaria União** — que ocupa parte do espaço destinado à futura loja de departamentos — para outro prédio da rua General Osório. O **Grupo União** investirá, a preços de hoje, mais de Cr\$ 15 milhões na construção de um edifício de 5 pavimentos, três dos quais serão utilizados como área de venda e os dois últimos para a parte administrativa da empresa.



# A TURMA DA PESADA



**FIAT-ALLIS**



**PÁS CARREGADEIRAS DE RODA E ES-  
TEIRA "FIAT-ALLIS"**

**TRATORES DE ESTEIRA "FIAT-ALLIS"**



**(DRESSER)  
Galion**

**GUINDASTES "GALION"  
ATÉ 14 TONELADAS**



**VALMET**

**Empilhadeira Valmet 3000E**



**HWB**

**MOTONIVELADORAS "DRESSER-HWB"**



**VALMET**

**TRATORES DE PNEUS  
E EMPILHADEIRAS "VALMET"**

**E UMA LINHA COMPLETA DE IMPLEMENTOS**



**COMERCIAL WANDICK LOPES S/A**

R. TEOTONIO FREIRE, 218 - FONES: 222.1525 - 222.3778 - 222.4180 e 222-1554 - NATAL-RN  
RUA ALFREDO FERNANDES, 5 - FONE: 321.5186 - MOSSORÓ-RN.

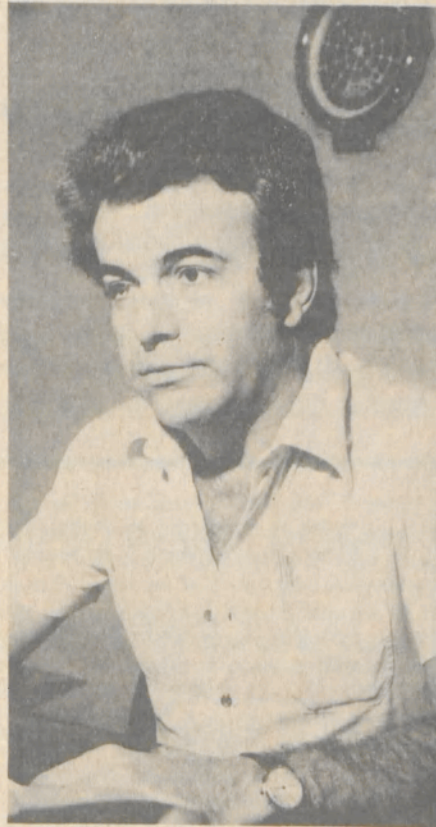


## EMPRESÁRIOS E POLÍTICOS — UNIÃO CONTRA OS “PACOTES”

*Não existe um programa alternativo. Existe somente a disposição por um tratamento diferenciado para o Nordeste.*

Há mais de sessenta dias que o governo anunciou o “pacote” de reformas na política econômica, mas os reflexos das inúmeras Resoluções que controverteram a própria filosofia protecionista do governo central ainda são examinados pelos principais prejudicados. No âmbito do Rio Grande do Norte, os ressentimentos são concentrados para o que os empresários consideram “uma quebra de promessa” do governo federal: o tratamento diferenciado para o Nordeste.

Não existe nenhum programa alternativo a ser apresentado aos ministros da área econômica, em substituição, por exemplo, à Resolução 592, mas um propósito de luta conjunta de empresários e políticos para reclamar a promessa do governo federal. A Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte (FIERN) tem motivos de sobra para acreditar no êxito das reivindicações encaminhadas conjuntamente por políticos e empresários. Recentemente, Fernando Bezerra - presidente da FIERN - e o governador Lavoisier Maia reivindicaram da SUDENE uma redução nas alíquotas do Imposto sobre as Exportações (baixadas pela Resolução 592) e, depois de protestar até por uma convocação da SUDENE, em caráter extraordinário, tiveram suas reclamações atendidas pelas autoridades econômicas. A SEPLAN editou uma nova Resolução (nº. 596) reduzindo as alíquotas de produtos primários destinados à exportação, no âmbito do Nordeste.



**Fernando Bezerra, Presidente da FIERN: “A única fórmula eficiente de cobrança é sob pressão”.**

**CORIE DE SUBSÍDIOS** — Com o pacote de dezembro, o governo eliminou os subsídios que oferecia à iniciativa privada, principalmente no setor de exportação. Congelou os incentivos e, como reflexo desse “endurecimento” passou a controlar rigidamente os preços. Para a maioria dos empresários nordestinos essa política foi trágica para seus negócios. Não bastasse o esvaziamento da SUDENE através do vaza-

mento de recursos internos do Nordeste para o Sudeste, por via indireta dos incentivos fiscais, ainda retiraram da nascente iniciativa privada nordestina - sem tecnologia e sem capital - o pouco estímulo que contava para se desenvolver: os incentivos e os subsídios proporcionados pelo governo. O pior de tudo - e que realmente desnorteou os empresários da região - foi o ataque frontal à promessa consubstanciada em todos os pronunciamentos oficiais, de se proporcionar um tratamento diferenciado para o Nordeste.

Fernando Bezerra, presidente da FIERN, só encontra uma alternativa: “cobrar do Presidente Figueiredo a promessa”. E a única fórmula eficaz de cobrança que o líder industrial aceita é sob pressão: “empresários, políticos e governo do Estado, unidos, coerentes num único propósito de lutar em defesa da economia do Estado”. Os políticos, para Fernando, podem “e devem divergir internamente, mas se os interesses do seu Estado estão em jogo, é a hora dessas divergências ficarem de lado”.

**UNIÃO FAZ A FORÇA** — Fernando Bezerra exemplifica sua tese:

“Quando o Nordeste se uniu uma vez, passou, na verdade, a ser uma força de pressão bastante expressiva - até a nível nacional. Conseguimos “arrancar” do governo a Resolução 596 que reformulou parcialmente a 592. Nessa investida, o governador Lavoisier Maia, unido à classe empresarial e aos políticos, chegou até a reivindicar uma reunião extraordinária do Conselho Deliberativo da SUDENE - o que não aconteceu porque as reivindicações foram razoavelmente atendidas”.

Os exportadores foram diretamente beneficiados pelas pressões dos nordestinos. Caiu a alíquota de 30% estabelecida para alguns produtos primários (ver reportagem nesta edição) para 20 e 15%, enquanto



o governo federal tenta convencer aos mesmos exportadores que a desvalorização do cruzeiro compensará o corte dos subsídios.

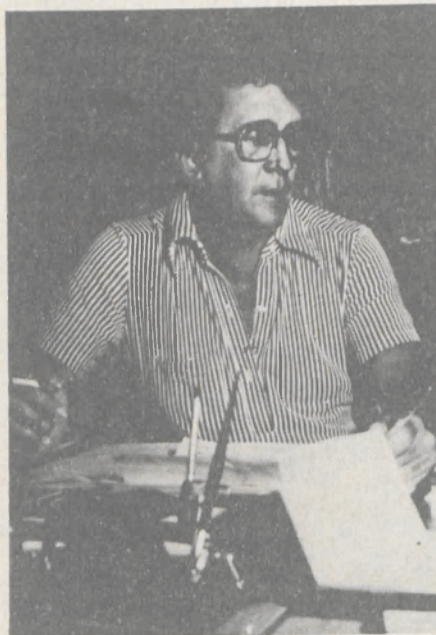
O comércio também tem queixas. João Costa, diretor das Casas Porcino, e da Associação Comercial, concentra as queixas na proibição de remarcar os preços:

*"O governo proibiu a remarcação dos preços dos produtos revendidos pelo comércio justamente no mês de dezembro, pensando que o comerciante, nessa época, é um remarca-dor potencial". Um engano que João Costa se apressa em explicar: "As vendas chamadas de "natalinas" são bastante agressivas. O comerciante opera a nível de concorrências, ansioso por deslanchar seus estoques. O preço, é bastante competitivo e não elevado como o governo supõe".*

**SEM LUCROS** — Os reflexos da iniciativa de congelar os preços foram calamitosos, no entender do diretor das Casas Porcino:

*"Desde dezembro último, fomos obrigados a não remarcar os preços. Consequentemente o empresário teve de manter estoque para demanda de dois ou três meses vencidos, dando consequência a que aquelas mercadorias ficassem com preços inferiores aos preços dos fabricantes e fornecedores. Os lucros, como não poderia deixar de ser, foram absorvidos pela inflação".*

A partir da hora em que os preços foram "congelados" pelo governo, o comércio passou a operar com baixos índices de lucros e até com prejuízo, segundo João Costa. Para agravar este descompasso, a maioria dos comerciantes reforçou seus estoques a partir do segundo semestre do ano passado, para atender à demanda do fim do ano. Assim, o "pacote" atingiu os comerciantes num período em que os estoques estavam a preços inferiores e com poucos dias os fornecedores apresen-



João Costa, diretor da Associação Comercial, entende que o problema foi contornado, mas não foi resolvido.

tavam nova tabela de preços, informa o dirigente da Casa Porcino, concluindo: "Só para citar como exem-

*plo, algumas fábricas de móveis remarcararam seus preços em até 120%, enquanto o comércio teria de vender os mesmos produtos ao preço antigo ... entretanto, para repor o estoque, teria de suportar os novos preços. Conclusão: o lucro foi "engolido" pela reposição de estoque".*

**O ARROCHO FISCAL** — A consequência imediata do controle de preços promovido pelo governo central foi o arrocho fiscal. O comércio passou a ser alvo de fiscalizações sistemáticas. Qualquer tentativa de remarcação era punida com autos de infração.

O problema fiscal, segundo João Costa, foi contornado "mas não foi resolvido". Prossegue o comerciante: "atualmente, o comerciante já pode remarcar o preço da maioria dos produtos. Por outro lado, algumas indústrias retroagiram em suas políticas de elevações constantes de preços e os órgãos fiscalizadores - su-

## MEIA DÚZIA DE INICIATIVAS OFICIAIS

### JÁ AJUDARIAM AS EMPRESAS DO RN

*Todas, na dependência direta do Governo do Estado.*

**ANISTIA FISCAL** — A Prefeitura de Natal, inteligentemente, já a concedeu. Não seria a anistia ampla, geral e irrestrita, mas anistia parcial - para o pagamento de multa e correção monetária nos débitos fiscais em atraso. Uma medida que não oneraria o tesouro estadual porque se trata de uma receita não-operacional, eventual, e permitiria aos cofres públicos o ingresso maciço da receita tributária em atraso. A multa e a correção só complicam o pagamento do tributo e não são apropriadas na projeção do orçamento estadual - o que equivale dizer que o Estado não conta com esses recursos para seus programas de custeio e de investimentos. Uma abertura para o governo: a anistia só vigoraria para efeito de atualização de exercícios atrasados. A partir da atualização, voltaria a vigir para contribuinte faltosos.

**CORREÇÃO MONETÁRIA RECÍPROCA** — A exemplo dos débitos do governo federal, também o governo do Estado deveria considerar a aplicação de correção monetária nas suas dívidas, pagas fora dos prazos contratados. Essa medida viria somente corrigir uma injustiça cometida contra o contribuinte. O atraso nos débitos fiscais gera a incidência da correção monetária, sob alegação do poder público de que esse instituto objetiva a correção do valor da moeda. Como a sociedade nacional é ambivalente, nada mais justo do que proporcionar à outra parte envolvida na questão, igual ressarcimento. É dever de justiça - reconhecido até pelo governo central.

**PREFERÊNCIA NAS LICITAÇÕES** — O ex-governador Cortez Pereira sensibilizou-se com as reivindicações do empresariado local, no sentido de gozarem



tilmente - vêm permitindo a remarcação em casos especiais". E explica o critério das remarcações permitidas: *tudo depende do grau de idoneidade da indústria ou fornecedor. Quando uma indústria ou fornecedor, de idoneidade comprovada, remarca seus produtos, a fiscalização (Leia-se a Receita Federal) permite que o comércio também o faça, sobre aqueles produtos, praticamente com os mesmos níveis percentuais*". Tanto o Presidente da FIERN, Fernando Bezerra, quanto o diretor da Associação Comercial, João Costa, refutam a possibilidade de recessão, concordando em que diversas medidas estão sendo tomadas para evitá-la. Todavia, ambos os líderes alertam para a necessidade de uma maior coerência do governo com relação à política de crescimento econômico, pois as recentes medidas inibem o propósito desenvolvimentista.

**AS SUGESTÕES** — Fernando Bezerra aconselha aos empresários maior prudência nos investimentos daqui para a frente. Igual consideração faz também com relação aos investimentos públicos, tomando por base declarações do Ministro Del-fim Netto, segundo as quais o país precisa crescer a taxas mais elevadas (8 a 9%). João Costa conclama os comerciantes a policiarem as eventuais super-elevações de preços por parte das indústrias.

Ambos os líderes empresariais ainda concordam num aspecto - o de que a classe empresarial do Estado deveria, antecipando-se às reuniões da SUDENE, elaborar um memorial contendo reivindicações da iniciativa privada estadual, segundo suas necessidades. O documento seria confiado ao governador e este se encarregaria - juntamente com a classe política do Estado - de defendê-lo

e provocar o deferimento. Essa medida transformada em rotina, criaria um hábito saudável - segundo o presidente da FIERN -, de diálogo, de discussão, *"evitando-se decisões a portas fechadas, como a que o governo tomou editando a Resolução 592"*.

Não há ainda nenhum programa de reivindicações elaborado ou em elaboração, mas uma estratégia começa a se formar entre os empresários northeriogrândenses: a de se arregimentarem com as forças políticas e atuarem como grupos de pressão, nas justas reivindicações da economia estadual. O ano se pressagia político. O governo pretende transformar o seu PDS no maior partido político do hemisfério - a hora, então é de barganhas, por uma causa nobre: ao invés de favores pessoais e compadrescos, o desenvolvimento sócio-econômico do Estado.

de tratamento diferenciado, nas concorrências públicas estaduais. O argumento apresentado pelos empresários foi o de que as empresas de outros Estados que ganhavam as concorrências aqui, no RN, geravam uma considerável evasão de receita oriunda do ICM. O argumento é válido até hoje. E as razões são alimentadas pelo fato notório das dificuldades que atravessam as empresas locais. A solução, então, é revigorar as linhas mestras da lei n.º. 3.970 de 16 de julho de 1971 que concedia preferência aos empresários locais nas licitações públicas, mesmo que suas propostas contivessem aumento de até 6% sobre as propostas de licitantes de outros Estados. O diferencial para mais é absorvido pelo ingresso do ICM aos cofres do Estado. A medida poderia ser até mais extensiva: condicionaria também aos efeitos dessa determinação, as empresas de economia mista estaduais.

**DESCONTO DE TÍTULOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA NO BANCO DO ESTADO** — Todo mundo sabe que há uma proibição legal de aceite de títulos por parte da administração direta. Todavia, essa proibição não atinge os órgãos da administração indireta, cujo regime é o da lei 6.404/77. O governo poderia propor ao BANDERN a abertura de uma linha de crédito especial para desconto

de títulos emitidos contra órgãos da administração indireta, gerados por prestação de serviços ou fornecimento de bens. Os benefícios dessa iniciativa são evidentes. Os órgãos da administração indireta (sociedades de economia mista e autarquias) são talvez os maiores clientes de bens e serviços do Estado - depois do próprio governo. A necessidade de capitalização das empresas locais teria um suprimento ágil, com ampla margem de segurança para o Banco estadual.

**GARANTIA FIDEIJUSSÓRIA NAS LICITAÇÕES** — O artigo 61 do Decreto (federal) n.º. 73.140, de 09 de novembro de 1973, autoriza a aceitação da garantia fideiussória em substituição à usual caução em dinheiro, nas licitações públicas. A mecânica para adoção da medida é simples. O governo do Estado instruiria os órgãos da administração direta e indireta estadual a aceitarem a *Fiança Bancária* em substituição à caução em dinheiro. Evitaria a descapitalização por parte das empresas locais, sem abrir mão da segurança requerida nas licitações - pois uma entidade bancária idônea responderia pela garantia requerida.

**REAJUSTAMENTO NOS CONTRATOS DE OBRAS** — Se nem o próprio governo federal consegue inibir a inflação, que dirão os empreiteiros do governo

estadual, às voltas com custos incontroláveis porque sempre crescentes. O reajuste no valor das obras contratadas parece ser a única medida capaz de manter atualizado a realidade de preços, vigente num sistema inflacionário. O reajuste incidiria sobre o preço global estabelecido no contrato e o próprio edital de licitação já estatuiria esta condição. O benefício seria recíproco. Os preços dos licitantes evitariam projeções desordenadas e irreais - para mais ou para menos - e as empresas licitantes teriam condições de contar com o lucro operacional no final da empreitada.

**SÓ DEPENDE DO GOVERNO** — Como se vê, trata-se de medidas objetivas em que o único beneficiário é o próprio Estado, que ganharia a oportunidade de ver crescer seus recursos internos e circular o seu capital em sua região, além, de desenvolver o seu segmento econômico mais importante: a iniciativa privada. Em decorrência, a ampliação das oportunidades de trabalho, a garantia de regularização da receita tributária estadual, a sedimentação das empresas locais. Só basta querer. Não existe, como muitos poderiam pensar, implicações externas, "forças ocultas ou misteriosas "sinais verdes". É apenas uma questão de querer e executar, porque exequíveis - todas as medidas provam ser.





Abelardo Bezerra: "A Secretária da Fazenda rompeu o acordo de cavalheiros".



Jomar Olímpio, Superintendente da SUDEPE, acha que a solução é substituir a lagosta pelo atum.

## PERSPECTIVAS DA PESCA NO RN

*Sem pescado, as empresas abandonam o litoral do RN.*

Em 1956, os americanos detectaram incidência de lagostas na costa nordestina. Em decorrência da descoberta, gradativamente, o litoral da região povoou-se de empresas pesqueiras objetivando explorar o produto. Na medida em que elas obtinham rentabilidade nas operações, foram ampliando suas áreas de atuação, chegando assim ao Rio Grande do Norte que em pouco tempo se tornou um verdadeiro polo pesqueiro. Agora, porém, a lagosta começa a escassear nas costas potiguares, o que está obrigando os empreendedores a explorarem outras regiões, abandonando os projetos expansionistas para o nosso Estado. A SUDEPE, por sua vez, em muito contribuiu para a emigração das empresas, em virtude de não ter reprimido de modo eficiente a pesca predatória, o que deu consequência à dizimação da espécie. Por outro lado, à exceção do Atum, o órgão não se preocupou em empreender pesquisas sistemáticas no nosso litoral no intuito de apontar outros tipos de pescado. Estes fatos, somados, praticamente anularam as perspectivas do setor pesqueiro, para os próximos anos.

Apesar da descoberta da lagosta no Nordeste, e particularmente no Rio Grande do Norte, na época, não foram feitas pesquisas, no mínimo para se ter uma idéia quantitativa do cardume. Com isto as empresas aqui estabelecidas cresceram desordenadamente, a ponto de em certas ocasiões a capacidade de produção superar os estoques existentes, originando a pesca predatória já que as firmas não podiam baixar suas receitas. A SUDE-

PE, frente ao problema agiu com neutralidade contribuindo indiretamente para a redução considerável do crustáceo. Hoje, várias dessas empresas, mesmo com escritórios aqui, operam no Ceará e Maranhão, trazendo para cá a lagosta, para beneficiamento, onerando cada vez mais o preço final do produto.

**SUDEPE IMPOTENTE** — A maioria das empresas pesqueiras, à falta de fiscalização e regulamentação da pesca da lagosta, no passado praticaram a pesca predatória, principalmente em 72 e 73, e a SUDEPE, como órgão fiscalizador, nada fez para reprimir tal atividade. A pesca predatória consistiu na utilização de compressores dentro dos barcos, facilitando daí o pescador a descer ao fundo do mar e colocar uma rede de arrasto, trazendo não apenas a lagosta adulta (além de 14 centímetros de calda), como também as novas, imprestáveis comercialmente, que geralmente morriam na operação. Já que o crustáceo para se tornar adulto, e consequentemente consumível, leva em torno de cinco anos, facilmente se pode concluir o que fizeram as empresas com esses expedientes.

Em face a tal problema, atualmente, as tradicionais empresas pesqueiras que aqui são sediadas preferem explorar as costas de outros Estados, tais como a do Ceará e Maranhão, uma vez que no nosso litoral, teoricamente, não mais existe a lagosta — uma evidência que futuramente será uma realidade nos novos centros pesqueiros.

**FALTAM PESQUISAS** — Em re-



lação ao caso, José Bezerra Júnior, diretor da Pesca Alto-Mar, tece críticas à SUDEPE em virtude dela não ter realizado pesquisas no sentido de descobrir novos bancos onde existam pescados. Diz ele que esta é mais uma das razões de sua firma explorar as costas do Ceará e Maranhão já pensando chegar até o Pará.

Na opinião de Bezerra, as empresas pesqueiras do Estado não pensam mais em se expandir aqui, podendo-se até considerar estacionário seu estágio de desenvolvimento. *“É mais viável, mesmo com os constantes aumentos de combustíveis, nós pescarmos no Ceará e Maranhão, cujo percurso de ida e volta nunca é inferior a dez dias. Infelizmente o produto final fica mais caro, em torno de 15%”*.

Ainda criticando a SUDEPE, em relação à falta de pesquisa, Bezerra diz que os empresários locais não partem para diversificar as atividades pesqueiras, pois temem o risco do pioneirismo: *“O pioneiro pode dar cabeçada. Desta forma preferimos pescar a lagosta já que temos know how. O empresário considera importante que a SUDEPE, como órgão oficial, deva empreender pesquisa para daí detectar bancos incidentes de pescado, pois só através desta medida pode ser que as empresas pesqueiras voltem a se expandir no Estado.*

Endossando algumas palavras de José Bezerra, o diretor da Norte Pesca, Eduardo Freire Emerenciano, também afirma que a SUDEPE não agiu como deveria ter agido na época em que a pesca predatória tomou impulso no Estado.

Afirma também Emerenciano que nos dias atuais, *“os esforços das empresas estão além da capacidade produtiva da região, e é por esta razão que várias firmas operam lá fora”*.

**SUDEPE MELHOROU** — Eduardo Freire, mesmo criticando a SUDEPE por não ter reprimido a pesca predatória, diz que o órgão melhorou consideravelmente sua atuação pois agora tornou-se mais enérgico nas fiscalizações apreendendo inclusive



José Bezerra Jr. da Pesca Alto-Mar, prefere ficar com a pesca da lagosta. E vai buscá-las no Ceará.

**A pesca predatória acabou com a lagosta no litoral do RN. Os empresários pesqueiros se mudam para outros estados do Nordeste, embora a base de operações ainda seja no RN.**

vários apetrechos de pescadores inescrupulosos.

A SUDEPE, quando indagada a respeito das acusações que lhe foram imputadas, por sua vez, se defende.

Diz o superintendente do órgão no Rio Grande do Norte, Jomar Olímpio:

*“Os empresários pesqueiros do Rio Grande do Norte só se interessam em capturar a lagosta, já que a exportam, transformando daí cruzeiros em dólares. Fizemos pesquisas e com-*

## NEGÓCIO CONCRETO SEMPRE TEM SUAS VANTAGENS!



O pré-moldado de concreto é um produto que dispensa manutenção, pintura ou acabamento especial, e que nunca se acaba. Por isto, é a escolha mais segura e econômica.



Galpões Industriais (vão livre de 11 a 18 m), Posteação, Estábulo, Cercas e Currais, podem ser construídos com pré-moldado POTYCRET, com grande economia de tempo. Britas de todos os tipos para pronta entrega. Peça informações e comprove!

## POTYCRET

Quadra H, Parque - Quintas. Fones: 222-2408 e 222-4532. Natal-RN. Filial: Mossoró-RN.



*provamos a existência de Atum em nossas costas, mas, como este peixe é relativamente barato, e conseqüentemente, se exportado, renderá poucos dólares, as nossas empresas não querem explorar o produto; elas só querem dólar*'.

O Superintendente da SUDEPE, enfaticamente, diz que, desde os empresários pescadores de lagosta, até o pequeno produtor, todos esbanjam dinheiro já que o convertem em dólar.

**A PESQUISA** — Quando Jomar era entrevistado, ao seu lado estava sentado um rapaz franzino, que inesperadamente, tomou a palavra defendendo a atuação da entidade: *'A SUDEPE em 77 e 78 realizou um trabalho de pesquisa no barco "Diadorim", totalmente equipado, e detectou que, a uma distância média de 100 milhas, existem em torno de dez bancos com incidência do peixe Atum*'. Tratava-se do engenheiro de pesca José Airton de Vasconcelos, que por sinal coordenou os trabalhos do Diadorim.

A pesquisa do Atum, conforme expôs o engenheiro, atualmente, encontra-se em sua segunda fase que é o funcionamento de captura do peixe, pois a primeira etapa consistiu na localização dos bancos e espécies ocorrentes.

No entender tanto de José Airton quanto do Superintendente da SUDEPE, as empresas têm que mudar suas tecnologias para daí diversificarem a pesca, o que em outras palavras significa que devem explorar o Atum, cuja incidência já foi comprovada em nossas costas.

**ACEITÁVEL ECONOMICAMENTE** — Apesar da SUDEPE estar estudando formas práticas de capturar o Atum, mesmo assim, garantem que um barco lagosteiro com dez a 15 metros, adaptado com o *"Corrico Múltiplo"*, pode capturar o pescado, que comprovou-se ser aceitável economicamente. (Dentre as várias firmas pesqueiras de Natal, até agora, somente a Norte Pesca se movimentou no sentido de explorar a captura do Atum, pois encomendou três embarcações atuneiras).

Paralelamente às atividades de



O ex-secretário da Fazenda Arthur Nunes, mandou autuar as empresas pesqueiras.

**A solução talvez seja a pesca do atum. A uma distância de cerca de 100 milhas da costa do RN, existem mais de 10 bancos de incidência do pescado**

detecção e exploração do Atum, a SUDEPE reativa o Programa de Pesca Artesanal, PESCART, o qual esteve sem operar eficazmente há vários anos.

**O PESCART** — O Programa foi criado em 1974 pela SUDEPE. Na época, celebrou convênio com a EMATER objetivando daí dar assistência ao pescador artesanal (que é responsável por 80% da produção do Estado) principalmente no tocante à financiamento e orientação. De 74 para cá, no máximo 20 barcos foram financiados, mas nos últimos 60 dias o Programa desvinculou-se da EMATER, ficando somente a cargo

**O PESCART fracassou. Os dirigentes da SUDEPE tentam desburocratizar os financiamentos para estimular os empresários da pesca.**

da SUDEPE, e conforme garantiu Jomar Olímpio, os Bancos não mais exigirão da parte interessada, as protocolares exigências de garantias para os financiamentos. Desta forma, o Banco do Brasil voltará a financiar barcos equipados e material de pesca, de forma que o primeiro será em cinco anos com um de carência, e o material de pesca será financiado com um ano de prazo.

Com toda dificuldade havida, a partir de 1975 o Nordeste, incrementado pelo Rio Grande do Norte, respondeu por 54% das exportações de produtos do mar no Brasil, sendo que na pauta do Estado, cerca de 35% das exportações correspondiam à lagosta.

**UM RESSENTIMENTO** — Por cima de todos os descasos enfrentados na atividade pesqueira do Rio Grande do Norte, como a invasão de firmas de fora, a pesca predatória, os Programas e Projetos inoperantes, os atuais empresários ressentem-se de uma medida tomada pelo então Secretário da Fazenda Arthur Nunes, ordenando a autuação destas firmas, considerando-se como sonegadoras de ICM: *'O Secretário foi inadimplente em relação ao "acordo de cavalheiros" que celebrou, amigavelmente, com os empresários*'.

\* **Corrico Múltiplo** — Maneira empregada para pescar o Atum desde que no barco sejam colocadas duas varas grandes em sentido perpendicular à embarcação e em cada uma delas introduzidas linhas de nylon com anzol e isca.



Dizendo-se "expert" da pesca, pois sua esposa era proprietária de uma empresa pesqueira, o antigo Delegado do Ministério da Fazenda, Abelardo Monteiro Bezerra de Melo faz suas considerações a respeito da inadimplência do "acordo de cavalheiros" celebrado entre empresários e a Secretaria da Fazenda.

*"Falo como expert. Pessoa que, modestamente, conhece segredos e detalhes da pesca principalmente a do Rio Grande do Norte, e isto me deu de lucro perder 20 anos em minha vida. O então Secretário da Fazenda, Arthur Nunes, celebrou com os empresários de pesca, entre eles minha esposa, um Contrato de Cavaleiro onde a cobrança de ICM não incidiria sobre a primeira transação do mercado, que é justamente a compra da lagosta que normalmente, as empresas fazem ao pequeno explorador, ou seja, o armador. Então, intempestivamente, quebrou o trato, ordenando que seus fiscais autuassem as empresas, inclusive lavrando autos de infração retroativas a 75 como se os empresários tivessem sonogado o recolhimento do ICM. Com isto, tivemos que vender a empresa já que nos lavraram um auto de infração de 4 milhões e 126 mil cruzeiros".*

Sempre dizendo que opinava como "expert", Abelardo Bezerra afirmou que, com o advento do auto de infração tão elevado, sua esposa obrigou-se a vender as quotas da empresa à Confrio, por três milhões de cruzeiros. *"Com isto, considero vinte anos perdidos em minha vida"* - frizou.

Tanto o Diretor da Pesca Alto Mar quanto o da Norte Pesca, em relação à quebra do "acordo de cavalheiros", preferiram ser menos contundentes, limitando-se a dizer que esperavam uma solução para o caso, haja vistas ser o atual Secretário da Fazenda, Otacílio Silveira, uma pessoa de grande sensibilidade, apesar de estarem todos ressentidos com a medida anteriormente tomada.

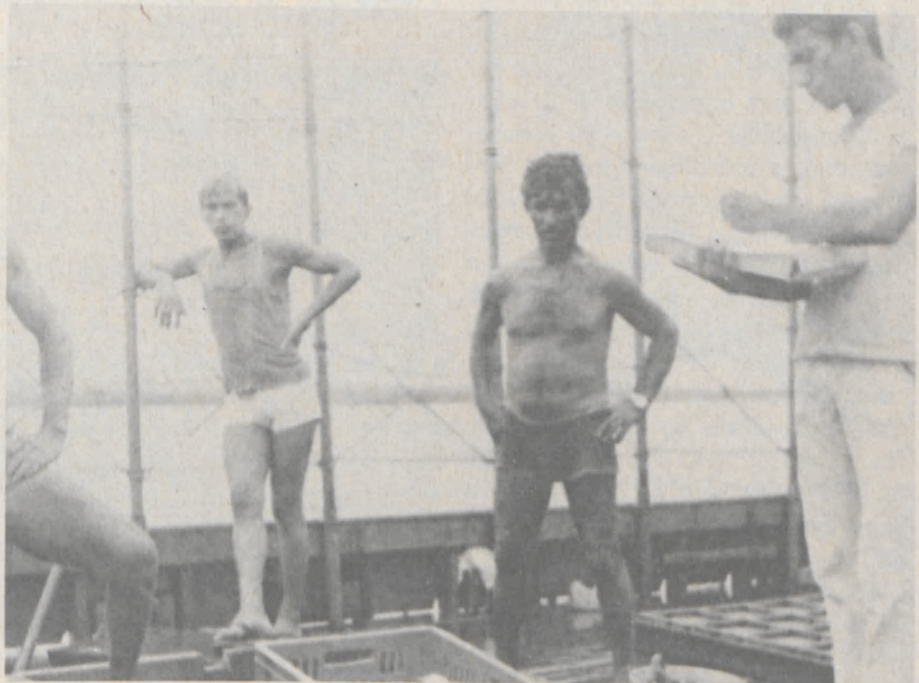
Abelardo Bezerra friza exercer uma função que o obriga a defender os interesses do Governo Federal, procurando incrementar as exportações. *"Nem eu nem minha esposa*



Para Eduardo Emerclano, da Norte Pesca, a SUDEPE não colbiu a pesca predatória que deu causa à crise no setor de pesca da lagosta.

## Secretaria da Fazenda complicou a situação dos pesqueiros, quebrando o "acordo de cavalheiros" a respeito da cobrança do ICM.

*podemos ou devemos ser sonegadores de impostos".* Também no cargo que exerce, Abelardo diz esperar conseguir sensibilizar ao Governo do Estado para a adoção de uma política tributária específica e adequada, como também para que os autos de infração apurados anteriormente sejam vistos com bom-senso, de modo que sejam revogados. No seu entender, só assim as Indústrias pesqueiras tenderão a expandir-se, o que representará melhorar as perspectivas de pesca no Estado.



A SUDEPE sugere modificações nos barcos lagosteiros para a pesca do atum.



## SCHEELITA: O SETOR ESTÁ EM CRISE

*A cada ano, diminuem as possibilidades do aumento de produção. Falta estímulo aos mineradores.*

Os mineradores do RN já não sabem a quem apelar. O memorial enviado pela ASMINORTE, ao governo federal não mereceu resposta alguma. A inauguração da Residência da CPRM em nosso Estado reacendeu as esperanças dos mineradores, mas até agora, em termos práticos, nada significou. As promessas de apoio aos mineradores potiguares, feitas pelo Ministro Cesar Cals, quando inaugurou a Residência da CPRM, de nada valeram, pois nada do que disse foi cumprido. A situação continua do setor está insustentável e não existem boas perspectivas, principalmente para a nossa scheelita.

**INCERTEZAS** — Ainda paira no ar a ameaça de que em 1981 o Estado do Rio Grande do Norte passe, juntamente com todo o país, de exportador para importador de scheelita. Na realidade, a situação é desalentadora e tudo indica que os momentos de incertezas continuarão para aqueles que se dedicam à exploração do minério. Nem mesmo o apelo feito em memorial entregue a Eliseu Visconti, diretor-financeiro da Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais, pela Associação dos Mineradores do Rio Grande do Norte - ASMINORTE, em 26 de julho de 1979, expondo os problemas e sugerindo medidas urgentes para tentar solucioná-los, surtiu qualquer efeito. As providências solicitadas não foram levadas em conta e a situação vem se agravando progressivamente. O presidente da ASMINORTE, Marcelo Mário Porto, tem sua opinião firmada de que é necessário, por todos os motivos, au-

mentar a produção de minérios carentes, primordialmente a scheelita. Para ele, com o decréscimo anual da produção deste minério, aliado ao aumento progressivo do consumo do tungstênio no mercado interno, em futuro bem próximo, o Brasil terá de importar o aludido metal, não como decorrência da escassez ou exaustão da scheelita no sub-solo potiguar, mas pela força da absoluta insuficiência das pesquisas que vêm sendo promovidas pelos órgãos públicos e entidades privadas.

**PALIATIVOS** — Não se pode entender que ultimamente têm surgido algumas medidas tentando oferecer um paliativo à situação. A CDM - Companhia de Desenvolvimento de

Recursos Minerais do Rio Grande do Norte, está implantando o projeto "Vagalume" que visa beneficiar os pequenos mineradores - notadamente aqueles que trabalham com a scheelita - através de empréstimo de ferramentas e máquinas modernas, apropriadas para um melhor trabalho na pesquisa e extração do minério. Elias Fernandes Neto, Diretor-Presidente da CDM, acredita que com este projeto estará existindo a primeira tentativa efetiva no Estado, visando incrementar a extração da scheelita e dar condições (entre mínimas e razoáveis), para que o pequeno minerador não abandone suas terras nem sua profissão. Para o Diretor-Presidente da CDM, a pesquisa continua sendo o fator de maior importância para extração do minério, pois depende da pesquisa a descoberta de novas jazidas que possibilitarão aumentar o campo de extração do Estado "*Descobrir-se a existência do minério, se tornará muito mais fácil explorá-lo*" - é essa a opinião de Elias Fernandes.

**FALSA ESPERANÇA** — Quando em outubro do ano passado o Ministro das Minas e Energias, Cesar Cals, visitou o Rio Grande do Norte, instalando na ocasião uma Residência da CPRM - Companhia de Pesqui-



Marcelo Porto: "O Brasil importará scheelita, não por exaustão do subsolo, mas por insuficiência das pesquisas desenvolvidas pelos órgãos públicos".





A CPRM, dirigida por ASSIS MELO concedeu apenas um financiamento: à BODOMINAS, empresa mista do governo do estado.

sas e Recursos Minerais, houve uma euforia geral dos mineradores, os quais pensavam que se iniciava a partir daquela data uma nova fase para a exploração da scheelita no Estado. Como é de conhecimento de todos, apesar de ser o Rio Grande do Norte o Estado do Nordeste de maior renda mineral *per capita*, atingindo 30 dólares, os principais órgãos de desenvolvimento do Setor Mineral da Região estão todos localizados em Pernambuco, embora a produção Mineral daquele Estado, atinga apenas 1 dólar *per capita*. Assim, lá estão, um distrito do DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral e uma superintendência da CPRM - Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais, e com a instalação da Residência da CPRM em nosso Estado, todos acreditavam que a partir de então aquele órgão fosse dar um enorme impulso no setor mineral do RN.

A rigor, a CPRM atua em três linhas distintas: executa programas traçados pelo DNPM de pesquisas minerais e hidrológicas; financia as empresas privadas de mineração em seus programas de pesquisas minerais; e realiza pesquisas minerais por conta própria, em ação suplementar à da iniciativa privada.

Na Residência do RN, nada disso

Apesar do Rio Grande do Norte ter a maior renda mineral per capita do Nordeste - 30 dólares - os principais órgãos de pesquisa e desenvolvimento mineral estão em Pernambuco, cuja renda per capita é de apenas 1 dólar.

acontece, e das três linhas de ação da CPRM, apenas uma, assim mesmo em caráter muito precário, pois no que diz respeito ao financiamento às empresas privadas nacionais de mineração - conforme explica o Diretor da Residência da CPRM em nosso Estado, Francisco de Assis Melo - apenas um financiamento foi feito, quando 48 milhões foram concedidos à BODOMINAS, empresa de propriedade do Governo do Estado,

CASA PORCINO

TRADIÇÃO EM PRODUTOS PARA ESCRITÓRIOS



Cadeiras e Birôs GIROFLEX.



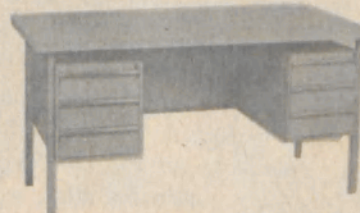
Máquinas para escritório OLIVETTI



Telefones e Centrais ERICSSON.



Cadeiras de Palhinha e Birôs FLORENSE.



Móveis de Aço AÇOMÓVEIS.



CASA PORCINO

A LOJA SEM LIMITE.

Rua Princesa Isabel, 641 - Tel.: 222-0235  
Natal-RN.

Rua Cel. Vicente Sabóia, 162 - Tel.:  
321-1133 - Mossoró-RN.



para pesquisas da scheelita na região potiguar.

**RETROCESSO** — Ao invés de progredir, a pesquisa mineral do nosso Estado está em fase de retrocesso. O projeto "scheelita do Seridó", que vinha sendo executado por conta da CPRM, visando descobrir novas áreas com ocorrências de minérios, especificamente da scheelita, foi desativado por falta de recursos. Segundo observações do Diretor da Residência da CPRM, Assis Melo, este projeto vinha sendo desenvolvido por uma grande equipe de geólogos, por tratar-se de algo que é do maior interesse do Estado, uma vez que a scheelita constitui uma das maiores riquezas do Rio Grande do Norte e, além de ser certo que não haverá excedentes exportáveis neste ano de 1980, existe também uma forte possibilidade de que o Brasil passe de exportador a importador, numa época de tantos anúncios do Governo Federal de uma política de estímulo às exportações visando reduzir, tanto quanto possível, as importações.

**SÓ PALAVRAS** — Quando a Associação dos Mineradores do Rio Grande do Norte bradou que o nosso Estado merecia um tratamento privilegiado em face da penúria de sua economia, não estava apenas querendo reivindicar para si todos os privilégios; estava querendo um reconhecimento pelo muito que o RN tem feito e continua fazendo pelo País, no campo de exportação da scheelita. Além disso, nem mesmo o aspecto sócio-econômico de grande importância, que é a oferta de oportunidade para que pequenas e médias empresas possam se habilitar a participar da fase de pesquisa, onerosa e de retorno demorado, foi levado em consideração. Por fim, tudo que o Ministro Cesar Cais afirmou enfaticamente durante a inauguração da Residência da CPRM em Natal, como por exemplo "a criação de uma frente de pequenas e médias empresas de mineração capaz de desencaixar um processo de exploração mais dinâmico e abrangente", não passou de palavras, só palavras, nada mais. ■



Elias Fernandes, presidente da CDM, acredita que o Projeto Vagalume é uma tentativa modesta, mas eficiente, para ajudar a pesquisa.



O ministro Cesar Cais só fez promessas ...



A atividade extrativa mineral no RN poderá atravessar séria crise de não houver mais pesquisas



# EDIÇÃO DOS 10 ANOS DE RN/ECONÔMICO FOI LANÇADA COM SUCESSO

O lançamento da edição de 10º. aniversário de RN/ECONÔMICO foi realizado dentro da solenidade de inauguração da INPASA Refrigerantes S/A, indústria concessionária da PEPSI-COLA no Rio Grande do Norte.

Todo o meio empresarial natalense, além de autoridades do Estado e convidados especiais, prestigiaram o acontecimento que teve lugar a 1º. de fevereiro próximo-passado. O governo Estadual esteve representado pelo vice-governador Geraldo José de Melo, sendo ainda registrada a presença do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Lourival Meideiros, dos prefeitos de Natal e de Eduardo Gomes, José Agripino Maia e Antenor Neves, respectivamente; do representante do Poder Legislativo do Estado, deputado Manoel Montenegro; do presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte, Fernando Bezerra; do secretário da Indústria e Comércio, Getúlio Nóbrega; do presidente do Banco de Desenvolvimento do Estado, Álvaro Motta; do presidente da Câmara Municipal de Natal, Érico Hackradt; do presidente do Clube de Diretores Lojistas de Natal, Zildamir Soares, dentre outros líderes da comunidade norterriograndense.

A solenidade, dividida em duas etapas, foi marcada inicialmente pela inauguração da fábrica, quando usaram da palavra o diretor-presidente da PEPSICO — Produtos Alimentícios e Refrigerantes Ltda., Alfonso de la Puente; e o vice-governador Geraldo Melo. Em seguida, houve o coquetel de lançamento da edição de RN/ECONÔMICO, quando foram distribuídos cerca de 500 exemplares da revista aos presentes.



Na solenidade conjunta do lançamento de RN/ECONÔMICO e da inauguração da INPASA Refrigerantes, a fala do vice-governador Geraldo Melo.



Alfonso de la Puente, diretor-presidente da PEPSICO, a indústria que representa a PEPSI-COLA no Brasil, declara a sua satisfação em inaugurar a INPASA Refrigerantes.



Marcelo Fernandes, diretor de RN/ECONÔMICO, em conversa com o dirigente da PEPSICO, Alfonso de la Puente.

A edição, com 200 páginas, retratando aspectos atuais da economia do Rio Grande do Norte e analisando em profundidade os fatos sócio-econômicos que marcaram a década de 70 em nosso Estado, foi recebida com muitos elogios.

As fotos desta página registram alguns instantes da solenidade.



Marcos Aurélio de Sá, diretor de RN/ECONÔMICO, comenta a edição com o empresário Hélio Nelson.





O HOTEL TERMAS, em Mossoró, é resultado de uma política agressiva no setor turístico.

## EMPROTURN APOIARÁ EMPRESÁRIOS DO RN

*A empresa de Turismo do Estado possui ótimos projetos para os anos 80. Mas a meta principal é apoiar empresariado do RN.*

A década de 80 será fundamental para o turismo no RN, não apenas como atividade econômica autônoma, mas como suporte para os empreendimentos da iniciativa privada local. A EMPROTURN opera basicamente com esse duplo objetivo.

Três grandes projetos já estão sendo acionados.

O primeiro, objetiva fazer com que os empresários explorem a rede hoteleira do interior do Estado, formada por sete hotéis. Paralelamente a essa iniciativa, a EMPROTURN implantará três expressivas unidades turísticas ao longo da Via Costeira, em Natal, cujos terrenos serão doados pelo governo do Estado a título de incentivo.

Essa iniciativa representa mais uma oportunidade para o empresário se integrar ao setor turístico ampliando suas oportunidades de investimentos.

Fechando o circuito turístico, Natal ganhará um Centro de Convenções construído em Ponta Negra, obra destinada à realização de conclave Nacionais, tais como Congressos, Convenções, Assembléias, etc. Incrementando o sistema estão aí o novo Aeroporto Augusto Severo, com inauguração marcada pra 31 de março próximo, e o Terminal Rodoviário, em vias de conclusão, obras consideradas de vital importância para a infra-estrutura turística do Rio Grande do Norte.

Os hotéis do interior estão sendo construídos nas cidades de Macau, Areia Branca, Tibau, Martins, Olho D'água do Milho, Umarizal e Alexandria. Eles deverão ser direcionados para o controle pela iniciativa privada local, conforme reuniões que a Emproturn fará a partir deste mês com os empresários hoteleiros. Em relação às unidades turísticas

da Via Costeira, cada terreno doado terá uma área de aproximadamente dez hectares, onde em cada uma delas será construído um Hotel, inclusive um da categoria cinco estrelas, além de boites, Restaurantes, Parques, área de Camping, etc. Enquanto isso, o Centro de Convenções de Natal, incrementado pelo Aeroporto e o Terminal Rodoviário, oferecerá possibilidades de se "vender Natal".

**PRIMEIRO PROJETO** — Conforme afirma o Presidente da EMPROTURN, Jussier Santos, a primeira preocupação da empresa de turismo será a de "entregar a rede hoteleira do interior à iniciativa privada, com prioridade aos empresários do Rio Grande do Norte", a exemplo do que já se fez com a Pousada do Gargalheiras. Apenas o Hotel Termas, em Mossoró, está sendo



explorado por grupo de fora do Estado - NOVOTEL, de São Paulo. Jussier reafirma a intenção da empresa de prestigiar a iniciativa privada local: *"Essa é a primeira grande oportunidade que os empresários da terra terão no setor turístico, vez que a EMPROTURN não tem interesse em explorar a rede hoteleira do interior, mas de repassá-la aos empresários interessados no empreendimento"*.

A rede hoteleira do Interior já está sendo construída e até o final do ano estará pronta, segundo declara Jussier. Para entregá-la aos empresários, a EMPROTURN fará periódicas reuniões com a classe, onde na oportunidade ouvirá sugestões. *"Essas reuniões concentrarão homens de reconhecida vivência no ramo hoteleiro. Eles apresentarão idéias e parâmetros que definam as normas de arrendamento das unidades hoteleiras."*

Sabe-se de antemão que haverá concorrência pública - afirma o dirigente da EMPROTURN.

**A CONCORRÊNCIA** — Como todos os serviços que o Governo repassa para a iniciativa privada, haverá concorrência pública para a entrega dos hotéis do Interior aos empresários interessados. Naturalmente, após as reuniões, ouvidas sugestões e idéias, a EMPROTURN providenciará a licitação, classificando as Empresas que se destacarem como mais capazes em termos administrativos e de exploração no ramo hoteleiro.

Para que toda a rede hoteleira do Interior passe a ser explorada por Empresas particulares, até mesmo o Hotel Vila do Príncipe, de Caicó, que atualmente é administrado pela EMPROTURN, passará também a ser dirigido pela iniciativa privada.

Mostrando-se bastante entusiasmado com os planos da Empresa de Promoção do Turismo para 1980, Jussier Santos afirma que as metas traçadas dentro das diretrizes do Governador Lavoisier Maia se baseiam numa premissa: a de que o turismo seja entendido como atividade econômica importante e séria, e não como atividade de festividades.



COLASSUONO e JUSSIER acreditam no turismo, como opção para o desenvolvimento do Nordeste

*"O turismo gera oportunidades de emprego e o Empresariado precisa investir nesse setor, dando credibilidade à atividade"*.

**O SEGUNDO PROJETO** — Obcecando à mesma filosofia do projeto anterior, a segunda grande iniciativa da EMPROTURN para este ano será implantada na tão falada Via Costeira. Lá, em três unidades turísticas pré-determinadas, o Empresariado terá condições de investir com perspectivas animadoras ou mesmo com garantias de retorno, segundo enfatiza o Presidente Jussier Santos.

O Governo do Estado, como está interessado em fazer com que o turismo seja algo expressivo no Rio Grande do Norte, doou três grandes terrenos (mais de dez hectares cada) ao longo da Via Costeira para que nessas áreas sejam implantadas igual número de unidades turísticas. Os lotes foram distribuídos de forma que um dos terrenos ficasse nas proximidades do Centro de Convenções de Natal.

**UM CINCO ESTRELAS** — Em

cada uma dessas áreas será construído um Hotel, entre eles um de categoria cinco estrelas. Para a construção e exploração desses Hotéis foram mantidos contatos com empresas locais e também grandes Grupos Nacionais como Guarantã, Lundgren (Casas Pernambucanas) Terra Costa, Novo Hotel e Pão de Açúcar, todos do Sul do País.

Já que a área é bastante grande, será facultada a construção de Boites, Restaurantes, Parques de Diversões, Áreas de Camping, além de qualquer outro tipo de empreendimento voltado para o turismo.

Indagado sobre as possibilidades de especulação imobiliária nas imediações da via costeira, o presidente da EMPROTURN responde:

*"Não existirá esse tipo de comportamento uma vez que as áreas onde poderão existir edificações e o tipo dessas edificações já estão definidas em projeto que se encontra na Secretaria de Planejamento"*.

Com esse pronunciamento Jussier Santos derrubou por terra as interrogações que existem em muitas cabeças que pensam que a Via Costeira



será apenas uma "Via de Elite". Lá, única e exclusivamente, serão construídos prédios segundo as determinações do Projeto. "As unidades turísticas não são empreendimentos voltados para os ricos nem tampouco para os pobres. Representarão uma opção de lazer para todos, voltada principalmente para o turista".

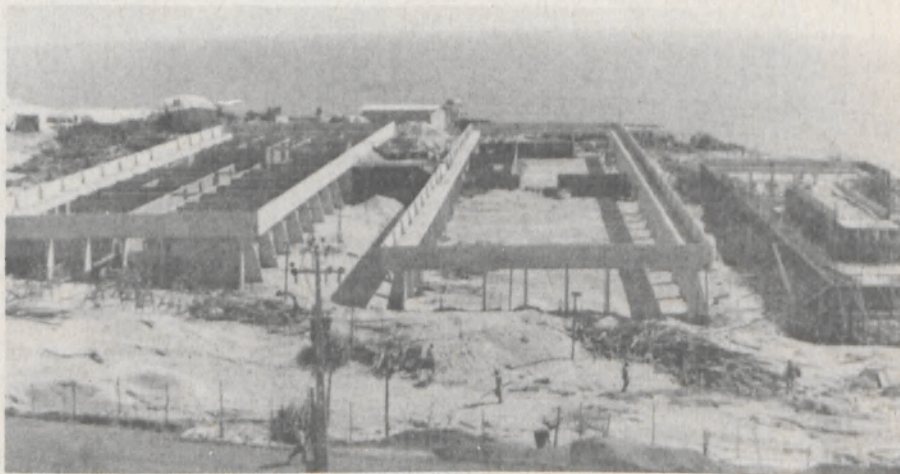
"Como turismo é uma atividade econômica, realizado tanto na capital quanto no interior, essa, mais do que nunca é a oportunidade dos Empresários potiguares se pronunciarem. Na Capital acontecerá a construção dos três núcleos turísticos ao longo da Via Costeira e no Interior do Estado a rede hoteleira lá implantada será entregue para exploração através da iniciativa privada. O que resta agora é o Empresariado se manifestar segundo suas afinidades no ramo: quem preferir operar em Natal que entre na concorrência das unidades turísticas da Via Costeira; e quem se considera realizado com a exploração de Hotéis interioranos, que procure, caso preencha os requisitos, administrar um dos sete hotéis implantados no interior - afirma Jussier Santos.

**O TERCEIRO PROJETO** — A terceira e última manifestação da EMPROTURN para 1980 é justamente a conclusão do Centro de Convenções em Natal, com mais de 6 mil metros quadrados de área construída, cuja obra já está bastante adiantada. Essa edificação, está sendo implantada numa área de 38 mil metros quadrados e objetiva congrega em Natal Encontros Nacionais, e conseqüentemente uma das maneiras de "vender a imagem da Cidade".

"Há bem pouco tempo houve em Natal o Congresso de Medicina Tropical. Na época, a cidade encheu-se de turistas que, desconfortavelmente, tomaram parte do Encontro. Um dia as palestras eram no Teatro Alberto Maranhão, outro no Campus Universitário, mas todas ministradas dispersadamente. Com a construção do Centro de Convenções, fatos dessa natureza não mais acontecerão em vistas do prédio possuir um auditório/cinema comportando



A EMPROTURN pretende construir hotéis na Via Costeira.



Centro de Convenções será um polo turístico do RN

mil lugares, dois auditórios menores, salas de reuniões, salão de exposições, restaurantes, além de outras acomodações e serviços. As instalações propiciarão a realização de qualquer evento de grande porte".

Na concepção de Jussier com essa iniciativa, Natal poderá ser melhor "vendida" em outros Estados, ou mesmo outros Países.

**HOTEL VIZINHO** — Como já foi exposto, nas proximidades do Centro de Convenções será implantada uma das três áreas turísticas da Via Costeira, tendo nela um Hotel. Desta forma, mais uma vez os participantes dos Encontros Nacionais ficarão bem acomodados, principalmente em termos de hospedagem.

Garantindo e incrementando toda a estrutura montada pela EMPROTURN em relação ao turismo, coincidentemente esse ano teremos o Novo Aeroporto Augusto Severo

possibilitando até vôos internacionais, enquanto o Terminal Rodoviário de Natal está sendo construído em novas e modernas instalações. Essas obras são consideradas de infraestrutura turística. Em consonância com todos esses empreendimentos está o pensamento nacional, já bastante amadurecido, de também abrir um espaço para as atividades turísticas. Essa filosofia está consubstanciada nas novas atividades da Empresa Brasileira de Turismo, EMBRATUR, através do seu Presidente Miguel Colassuono, que vem assegurando o apoio necessário aos empreendimentos da EMPROTURN no Rio Grande do Norte, e da Comissão de Turismo Integrado do Nordeste.

"Por todas estas razões, podemos admitir e até assegurar que 1980 será o marco da exploração do turismo no Rio Grande do Norte como atividade econômica" - conclui Jussier Santos ■



# SISTEMA VESTIBULAR EM DISCUSSÃO

*O vestibular, analisado por especialistas no assunto.*



O Reitor da UFRN, Diógenes da Cunha Lima, prefere o sistema liberal do vestibular aos condicionamentos autoritários.



MOISÉS DOMINGOS, presidente do DCE, considera o concurso vestibular como a prova da debilidade do ensino brasileiro.

Segundo informações estatísticas oficiais, os cursos de nível superior foram os que mais cresceram numericamente em todo o sistema de ensino brasileiro nos últimos dez anos. Em contrapartida, o ensino profissionalizante de nível médio ainda não se firmou como alternativa válida para os aspirantes a uma boa colocação no mercado de trabalho. Como a Universidade não tem condições de absorver à grande demanda de candidatos ao vestibular, cada vez mais se faz necessário o processo seletivo. E a fórmula adotada no País continua sendo o Concurso Vestibular, que agora é objetivo. Reitores, lideranças estudantis, professores e o povo em geral, cada segmento vê esse processo sob um ângulo diferente. Enquanto uns afirmam que o Vestibular ainda é o sistema seletivo mais viável na atual realidade brasileira, outros advogam que o Concurso representa a debilidade da educação do País, vez que não tem condições de fazer a triagem de todos os candidatos que, na realidade, estejam em condições de ingressar num curso superior. Surge então a pergunta: haveria outra alternativa que melhor se adaptasse ao atual sistema educacional brasileiro?

**COMPUTAÇÃO** — Entre os vários fatores apontados como sendo o sistema vigente, o processo seletivo mais viável para a atual conjuntura educacional, situa-se que o Concurso, de modo objetivo, demonstra um alto grau de confiabilidade dos exames (processados eletronicamente) inclusive pela qualidade das questões elaboradas. Este procedimento, por outro lado, pode gerar a comoção social

(stress) no qual vários fatores influem negativamente no comportamento do candidato, onde muitos desclassificados estariam aptos a seguirem seus estudos universitários.

O Ministro da Educação, Eduardo Portella, em recente pronunciamento, anunciou que o próximo Vestibular será realizado com a introdução de técnicas que levem os candidatos a desenvolver suas capacidades de elaboração reflexiva, como também regionalizar o Concurso adequando-os às peculiaridades socioeconômicas e políticas de cada local aonde se realizem as provas. Considerando a existência em âmbito nacional, de um baixo nível de ensino, essa substancial modificação defendida pelo Ministro surtiria resultados positivos?

**EFEITOS DÚBIOS** — No entender do Presidente da Comissão Permanente do Vestibular da UFRN, COMPERVE, Jamil Varela Cardoso, o Vestibular elaborado nos moldes atuais ainda é o mais adequado à nossa realidade de ensino, mesmo causando efeitos dúbios. Por um lado as provas elaboradas por sistema computacional apresenta um alto grau de confiabilidade, como também traz perguntas objetivas elaboradas com excelente qualidade. Essas perguntas, se bem elaboradas, naturalmente forçarão o candidato à reflexão. Visto sob um outro ângulo, o Vestibular poderá concorrer para a comoção social, pois vários fatores influem negativamente no comportamento do candidato, onde muitas vezes um concorrente desclassificado estaria apto a entrar na Faculdade.

Jamil Varela, ao fazer essa abordagem, deixa bem claro que, normalmente, em concursos de massa, os candidatos se deixam tomar por fortes emoções, o que pode às vezes representar a sua desclassificação, mesmo estando preparados para fazer as provas.

Tendo opinião quase idêntica a Jamil Varela em relação aos aspectos negativos do Vestibular como um processo seletivo, o presidente do Diretório Central de Estudantes da UFRN, Moisés Domingos Sobrinho,



considera o Concurso como a prova da debilidade do ensino brasileiro. Conforme explicou, o processo não dá margens a absorção de um maior número de candidatos, mesmo capazes de ingressar em um curso superior.

Moisés Domingos, apesar de discordar de alguns aspectos do processo seletivo, mesmo assim adianta que ele deve existir, mas com substanciais modificações. Essas modificações se tornam necessárias não só ao Vestibular, mas principalmente no tocante às bases do ensino, que é o nível secundário. *“O Vestibular objetivo, em linhas gerais, não tem condições de selecionar todos os candidatos realmente capazes. O concorrente, quer preparado ou não, através do jogo de sorte, pode lograr êxito no Concurso. O mais viável seria testar mesmo se o candidato sabe ou não, para daí selecioná-lo. Mas como o nosso nível de ensino secundário é bastante precário, este dispositivo, ainda, não é o mais conveniente”*.

As exposições feitas pelo Presidente do DCE deixam bem claro que um aluno que terminou o 2º. grau, dificilmente, teria condições de se submeter a um Vestibular subjetivo o que seria o mais viável, pois sua bagagem de conhecimento adquirida no curso secundário estaria bem aquém do nível das perguntas do Concurso. Então, o Ministério da Educação, conjuntamente com seus órgãos afins, deveriam, primeiramente, pensar em melhorar a qualidade de ensino desse nível.

**CURSOS INCOMPATÍVEIS** — *“A partir da hora em que for reestruturado o ensino secundário, então, poderemos pensar na modificação do Vestibular e depois criar na Universidade, cursos compatíveis com as necessidades locais ou regionais”*.

Com esse pronunciamento Moisés Domingos defende que as modificações no Vestibular sejam feitas em função dos cursos oferecidos pela Universidade. Na sua concepção se a Universidade criasse uma gama de cursos que, na realidade, correspondesse às necessidades do conjunto da sociedade, a absorção da mão-



**JAMIL VARELA, da COMPERVE,** ainda acha o sistema vestibular como o mais adequado à realidade brasileira.

de-obra seria uma certeza e paralelamente, no ensino superior haveria mais vagas. *“Quando tivermos um ensino médio de razoável qualida-*

*de, os cursos da Universidade se compatibilizarem com as necessidades ambientais e maiores perspectivas de absorção da mão de obra, daí, poderemos pensar em modificar o Vestibular para o método subjetivo ou mesmo absorver critérios adotados em Paises mais desenvolvidos”*.

Enquanto isso o Reitor Diógenes da Cunha Lima considera que para a atual conjuntura educacional, o sistema de ensino brasileiro é um dos que mais oferece vantagem ao aluno, vez que proporciona a recuperação de conhecimentos perdidos. *“Na Alemanha Oriental (comunista) o aluno não faz Vestibular, mas sua vida estudantil é observada desde os primeiros anos de ingresso à escola. Se em algum ano o aluno não obtiver bons rendimentos, então, jamais entrará em uma Universidade. Em relação a esse fato o nosso sistema oferece mais oportunidades ao estudante, já que ele tem direito à recuperação, a repetir anos e conhecimentos*

**BOMBAS SUBMERSAS  
PARA FAZENDAS, INDÚSTRIAS  
E RESIDÊNCIAS  
e'com CYRO CAVALCANTI**



ÁGUA  
DE ONDE  
ESTIVER  
PARA ONDE  
VOCÊ  
QUISER

- VENDAS
- INSTALAÇÃO
- PERFURAÇÃO
- ASSISTÊNCIA

**CYRO CAVALCANTI**  
Av. Duque de Caxias, 170 - Fone 222.7072, 222.2234  
Ribeira-Natal



perdidos, e conseqüentemente disputar uma vaga na Faculdade”.

Para o Reitor, o ideal seria que o Vestibular fosse combinado com testes de raciocínio no qual o candidato tivesse oportunidades de desenvolver suas potencialidades reflexivas. Também considera importante a regionalização do Concurso: “O Concurso deve estar em constantes modificações para ficar de acordo com a Universidade. A partir do próximo ano o nosso Concurso será elaborado aqui na Universidade, e para isso a Comissão Permanente já está se movimentando”.

Sempre dizendo que o Vestibular deve estar em frequentes modificações, Diógenes chegou mesmo a afirmar que o processo utilizado na Alemanha Oriental, nem a médio prazo, poderia ser implantado no Brasil. “Nem sempre se pode dispensar total confiabilidade aos colégios do curso médio, dando a eles a tarefa de considerar um candidato apto ou não a ingressar num curso superior independentemente de curso seletivo”.

Não se tratando da confiabilidade do Colégio, mas veiculando-se ao despreparo do aluno, no Vestibular/80 as candidatas Sumara dos Santos Oliveira e Adalgisa Maria Alves Pereira, ambas do Colégio Imaculada Conceição, mesmo tendo sido reprovadas no 2º. grau e sendo consideradas alunas despreparadas, conseguiram classificação no recente concurso quando passaram nos cursos de Música e Pedagogia, respectivamente. “Caso o nosso critério fosse o adotado na Alemanha Oriental essas garotas jamais chegariam a uma Universidade” - finalizou o Reitor.

**O DESPREPARO GENERALIZADO** — O Presidente da COMPERVE defende que o Vestibular objetivo, para agora, ainda é a maneira mais viável de seleção, mesmo sendo partidário de modificações futuras: “Após os Vestibulares, há cinco anos, a Comperve (como também outras Comissões do País) reali-



**MANUEL BENÍCIO: “O vestibular classificatório eliminou as vagas ociosas, os inevitáveis “excedentes”.**

*zam análise no comportamento dos candidatos, o que aponta um flagrante despreparo. As questões mais simples, geralmente, são as que menos os vestibulandos acertam. Existe um despreparo generalizado dos alunos do 2º. grau”.*

As pessoas que foram consultadas, por unanimidade, afirmam que a grande maioria dos candidatos que

se submetem a um Concurso Vestibular não estão suficientemente preparados para fazer as provas, mesmo sendo egresso de Colégios ou Cursos considerados eficientes. O baixo nível de ensino secundário está em todas as Entidades de educação.

**O DIPLOMA** — A ânsia de se conseguir um diploma de um curso superior ao longo dos tempos, vem se tornando uma espécie de mania nacional. Uma mania sem nenhum fundamento prático pois é incalculável o número de doutores que estão desempregados.

Quem tem um ponto de vista formado a respeito do assunto é o professor universitário Manoel Benício de Melo Sobrinho. De acordo com seu pensamento o curso superior foi o que mais cresceu numericamente em todo o sistema de ensino brasileiro, - notadamente nos últimos dez anos - em detrimento da eficiência do ensino profissionalizante de nível médio. Sabidamente, é este o motivo maior da ânsia por um diploma de nível superior, apesar de muitas vezes ser ilusório.

A palavra ilusório, tem para o professor Benício uma caracterização real, pela constatação de que “ao lon-

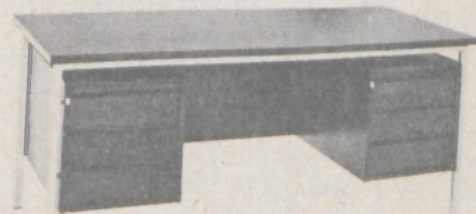
**RECOMAPE TEM TUDO, ABSOLUTAMENTE TUDO PARA SEU ESCRITÓRIO**



Cadeira “ESTIL”  
Linha Diretor



Máquinas de  
escrever  
“REMINGTON”



Mesa “ESTIL” Linha 90

**RECOMAPE Revendedora Costa, Máquinas e Peças Ltda.**



MATRIZ: Rua Dr. Barata, 242  
Filial: Praça Augusto Severo, 91  
Fones: 222-1467 e 222-4208

FILIAL EM MOSSORÓ:  
Rua Cel. Gurgel, 266  
Fone: 321-1330



go da última década, o aluno, após concluir o 2º. grau, até por uma imposição de família, tinha que ingressar na Universidade. Os doutores foram saindo, e cada vez mais a mão-de-obra se tornou ociosa, e conseqüentemente ficou só a prerrogativa de "formar-se" o doutor, mas trabalhar na profissão, para muitos, evidenciou-se uma ilusão. O mercado começara a se saturar".

**MENOS VAGAS** — Afirmando não estar tomando uma posição radical, nem tampouco contrária às aspirações dos jovens, o professor Benício é partidário que a Universidade, a cada ano, restrinja ao mínimo

o número de vagas. "Qual é a decepção maior: o aluno não entrar na Universidade por falta de vaga ou se formar e depois não exercer a profissão em virtude do mercado de trabalho estar saturado"?

O professor universitário ao defender essa posição, a faz, até a hora em que sejam criados cursos realmente necessários em função da realidade ambiental. "É muito melhor e mais lógico um aluno fazer um curso técnico de nível médio e ter a certeza do emprego após concluí-lo do que ingressar na Universidade e após formar-se ir para o grande ponto bater papo. Para isso também é necessário uma considerável me-

lhora na qualidade, como também na diversificação dos cursos profissionalizantes secundários".

**A DEMOCRATIZAÇÃO** — O professor Benício não só tem uma opinião formada a respeito do diploma universitário, como também defende o Vestibular classificatório considerando-o com menos inconvenientes e com mais características de democratização das possibilidades de ingresso na Universidade. Para ele, com esse sistema, eliminou-se a possibilidade de vagas ociosas e evitou-se o inconveniente dos chamados "excedentes", em razão aos limites de vagas pre-

## VESTIBULAR: AS REFORMAS DEVEM COMEÇAR PELA BASE DO ENSINO

ALCIR VERAS DA SILVA, professor dos cursos de graduação e pós graduação em Administração da UFRN e assessor de planejamento da Escola Técnica Federal, há muito tempo envolvido com discussões sobre ensino no Brasil, opina sobre o sistema vestibular.

O professor Alcir Veras prefere a desmistificação à contestação. Seu pensamento é objetivo e até certo ponto desengajado de correntes político-ideológicas. O único compromisso que mantém, em tempo integral - conforme sua própria definição - é com a realidade brasileira. Há bem pouco tempo, chamado a opinar sobre o programa do CETRECON - Centro de Treinamento de Confeccões, uma unidade de formação e aperfeiçoamento de mão-de-obra para a indústria de confeccões, só fez uma única observação: Por que não se criou um setor de pesquisa de tecnologia têxtil? Sua proposta, naturalmente, não foi considerada na dimensão requerida. A partir dessa observação, Alcir resume a realidade do ensino brasileiro: "Vivemos de tecnologias alheias, por falta de apoio à pesquisa e por comodidade dos responsáveis pelo ensino. Assimilamos tecnologia, às vezes, imprópria para nosso caso particular e, na maioria dos casos, prejudicial à própria economia, vez que pagamos regularmente "royalties" pela importação". No caso do ensino regular de 1º. e 2º. graus, o professor admite uma certa "castração" na inteligência dos jovens: "Não se induz

os alunos a uma atitude reflexiva, a uma postura crítica, mas simplesmente lhes entregamos os nossos "pacotes" para que eles o desembrulhem na vida profissional - geralmente cheios de deformações e preconceitos".

A matéria desenvolvida a seguir, guarda essas características, de lógica e de desmistificação.

**RN/ECONÔMICO** — O concurso vestibular deve ser objetivo ou subjetivo?

ALCIR VERAS — O problema não consiste única e exclusivamente na mudança do critério do exame vestibular, mas numa transformação fundamental no ensino secundário do país, até porque esse sistema de ensino se não prepara o aluno para a Universidade, também não o prepara para a profissionalização média. Diante dessa constatação, de nada adiantam os artificialismos no processo seletivo, se na base do sistema educacional não houver consideráveis transformações. Os estabelecimentos de ensino não formam seus alunos obedecendo a um processo global de aprendizado. Os cursos de 1º. e 2º. graus excetuando os das Escolas Técnicas Federais, limitam-se tão somente a transformar o discente num competitivo, capacitando-o teoricamente a passar no vestibular. Não estão mais preparando estudantes; estão adestrando competidores.

**RN** — Como então deveriam proceder as escolas de 1º. e 2º. graus?

AV — Em primeiro lugar, os alunos de-

veriam ser acompanhados por orientadores educacionais para que estes os auxiliassem no sentido da educação e das atitudes profissionais. Parece óbvio, mas é preciso ensinar o aluno a estudar e por incrível que pareça, ensiná-lo a ler e escrever. Com esse comportamento, o discente seria direcionado para a escolha certa da profissão, nas diversas áreas dos cursos oferecidos pela Universidade, evitando-se a formação do profissional frustrado ou incompetente. Só para exemplificar, até 1976, quando as inscrições do vestibular admitiam a tríplice escolha, era normal que um aluno optasse por cursos completamente diferentes entre si: Geografia, Ciências Econômicas ou mesmo jornalismo. O único objetivo do aspirante e de seus professores era o de ingressar na Universidade.

**RN** — Qual o seu conceito pessoal dos métodos pedagógicos vigentes nos sistemas de ensino de base?

AV — Inoperantes e deficientes. Os cursinhos pré-vestibular, especialistas da superficialidade por exemplo, chegam a ser os maiores responsáveis pelo desvirtuamento da verdadeira função de educar e ensinar. Esses estabelecimentos estão disseminando uma estranha concepção de aprendizado. Estão forjando um tipo especial de aprendizado, induzindo o aluno a aprender uma linguagem simbólica, mais conhecida como "macete", preparando discentes sem nenhuma formação cultural e humanística. Um pré-vestibulando dos dias atuais, não chega a absorver ou assimilar atitudes e posturas de um verdadeiro universitário. Entra na Faculdade sem ao menos saber o que é um curso superior.



viamente estabelecidas a serem preenchidas pelos melhores classificados.

Explicando a figura do "excedente", com tristeza, o professor relembrou aqueles jovens que, antigamente, apesar de terem passado no Vestibular subjetivo, não entravam na Universidade por falta de vagas. Na situação atual isso não mais existe, pois se a Universidade oferece um número pré-estabelecido de vagas, pelo processo classificatório, só serão aproveitados os estudantes que completem este mesmo número.

No sistema anterior, acontecia justamente o inverso. A Universi-

dade oferecia um número "X" de vagas; mas se só fosse aprovado um número inferior de candidatos, ficavam as vagas ociosas. Assim, a Universidade arcava com as mesmas despesas para formar menor número de alunos, pois com o mesmo professor, a mesma sala de aula e as mesmas instalações físicas, poderia ministrar aula para um número maior de discentes. Desta forma, o governo estaria investindo desordenadamente na formação profissionalizante de uma minoria, em detrimento a uma grande porção de estudantes desejosos de galgar os degraus da Universidade.

O exame Vestibular continua,

assim, sendo visto como a melhor forma de selecionar candidatos à Universidade. As modificações no processo, defendidas por muitos, ao que parece, nem a médio prazo poderão se configurar como algo real, vez que não se reestrutura um sistema de ensino considerado de baixo nível de um País, em pouco tempo. O que resta agora é esperar que as autoridades do setor se dêem as mãos no sentido de empreender uma verdadeira reviravolta no complexo educacional brasileiro.

Os abomináveis cursinhos pré-vestibulares já iniciam o ano veiculando propaganda no Rádio, nos jornais e na televisão, mais ou menos no seguinte estilo: **matricule-se no cursinho tal e passe no vestibular.** Ora, até pela mensagem da propaganda é fácil de perceber que o referido curso irá ministrar suas aulas, sem nenhuma preocupação com um processo global de aprendizagem, mas apenas implantar o uso da linguagem simbólica - os "mactes". Assim, o aluno será submetido a ensinamentos superficiais sem ter a oportunidade de refletir - o que tanto exige um curso superior. Apesar de tudo, a própria existência desses cursinhos é uma prova inequívoca da deficiência do sistema de 2º. grau.

A Universidade, por sua própria natureza, impõe a necessidade de ser elitista quanto à capacitação de conhecimentos. É inconcebível um ensino superior que não fomente a criatividade, que não gere conhecimentos, que não produza ciência. A criatividade leva à mudança e esta conduz ao desenvolvimento.

A Universidade brasileira, com raríssimas exceções - como é o caso da UNICAMP e de outras tímidas experiências - não produz cientificamente para a comunidade.

Os estudantes universitários em geral, pela falta de base educativa, não têm consciência porque estão frequentando um curso superior. Foram guindados à Universidade muito mais por consequência do consumismo ou da necessidade de afirmação que por uma opção consciente. Porisso é comum encontrar-se alunos que sequer reúnem condições elementares de postura social, além de detestarem certas

atividades do programa escolar, tais como ler e interpretar textos, fazer pesquisas, apresentar seminários, frequentar a biblioteca e fazer outros exercícios escolares.

As dificuldades de expressão oral, dissertativa e redacional são também frequentemente observadas. Sem ser pessimista nem irônico, ousamos afirmar que alguns alunos não são capazes de entender um texto que acabaram de ler. Não possuem a menor prática do exercício interpretativo.

Para a maioria dos alunos, a Universidade assume um papel paradoxal pois antes de contribuir para a promoção humana e social, acaba por fomentar frustrações.

**RN** — A atual fórmula adotada pelo vestibular estaria errada?

**AV** — Um aluno, para entrar na Universidade, deverá ser submetido a uma sondagem de seus conhecimentos culturais. Se, comprovadamente, esse candidato demonstrar aptidão para o ingresso num curso superior, que seja então aprovado. Não adianta aprovar um candidato sem as mínimas condições de conhecimento, se na Faculdade - e posteriormente na vida profissional - esse candidato será sempre um incompetente. Deve, então, haver um processo seletivo. Agora, se o processo deve ser objetivo ou subjetivo, responderei exemplificando: se juntarmos mil analfabetos, excluindo-os, por inaptidão, de uma prova de redação - por exemplo - e depois os submetermos ao chamado vestibular objetivo (aquele, tipo loteria esportiva) garanto que mais de 5% dos candidatos serão aprovados. Esse tipo de vestibular - objetivo - não testa conhecimentos de ninguém, joga com a sorte de alguns. O aluno deve ser submetido a uma sonda-

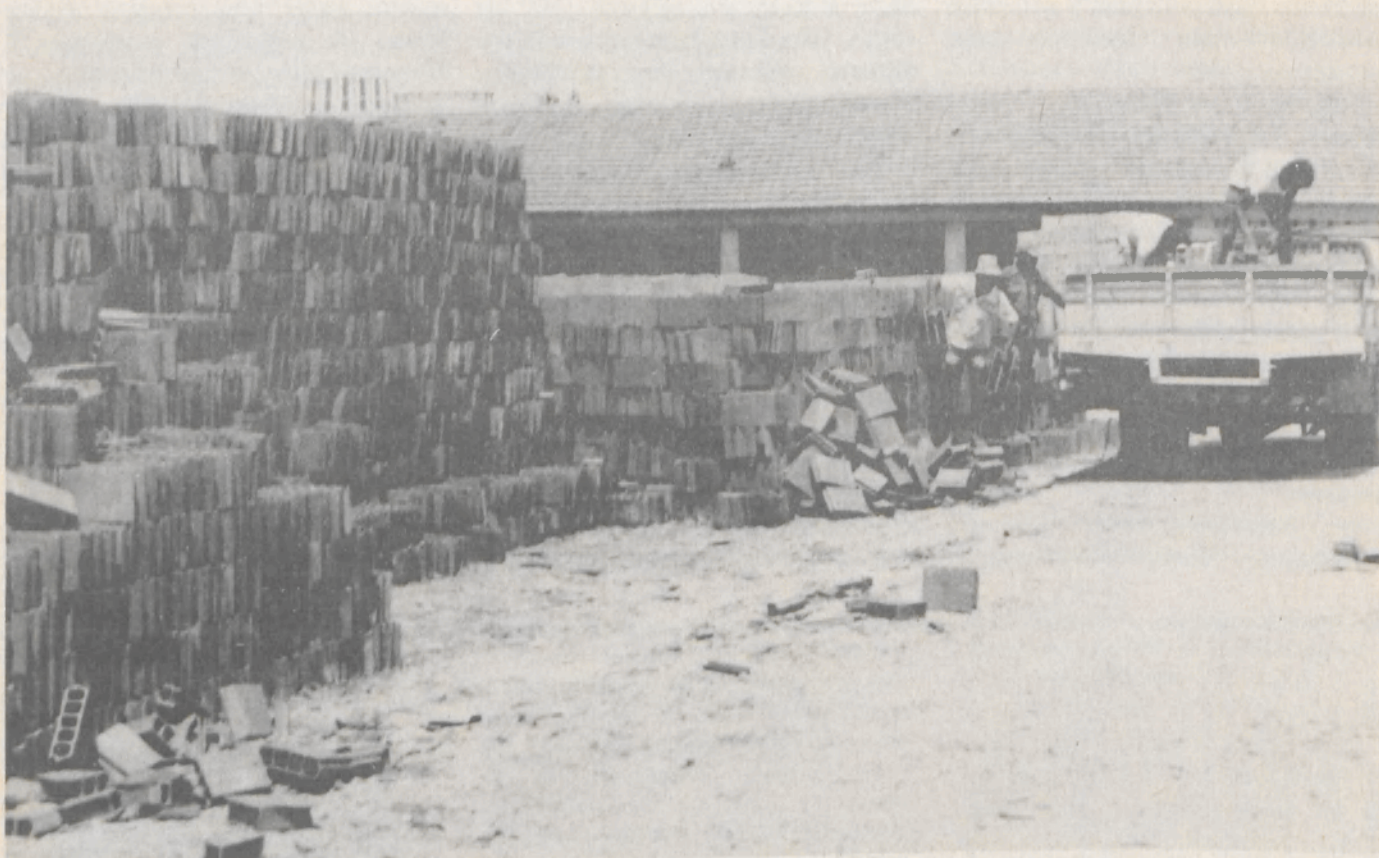


gem através de um sistema mais subjetivo, e conseqüentemente, menos sujeito à "sorte".

**RN** — E as implicações operacionais desse tipo de vestibular subjetivo? A correção de provas, por exemplo, nos grandes centros, quando cerca de 200 mil alunos se submetem ao vestibular. Quem iria corrigir essas provas e em quanto tempo?

**AV** — Os educadores e pedagogos em geral estão mais preocupados com a simplicidade da forma de correção das provas, que de selecionar uma boa clientela para a Universidade. Eles estão apegados às comodidades dos computadores, em prejuízo do processo seletivo que é fundamental para a profundidade e seriedade do ensino e, muito principalmente para a sociedade. Através desse artifício e da comodidade, a Universidade tem formado muitos "doutores" incompetentes e aceito muitos alunos de nível primário. Além do mais, da mesma maneira que os doutores da cibernética conseguiram maravilhas na correção dos testes objetivos, que azeitem suas máquinas para a nova realidade subjetiva. É até salutar o hábito das mudanças a tecnologia nacional é quem sai ganhando.





A indústria cerâmica, no RN, luta contra todo tipo de problemas. Agora, procura incentivos do governo.

## INDÚSTRIA CERÂMICA PRECISA DE INCENTIVOS

*O mercado é instável e a concorrência cresce. E os ceramistas se queixam do ICM.*

O problema é de âmbito nacional, mas se agrava aqui no Nordeste e com especialidade no Rio Grande do Norte. Os ceramistas reclamam da alíquota de 16% de ICM que o Governo do Estado tabelou para ser aplicada sobre os produtos cerâmicos industrializados. Antes, sobre estes produtos incidiam tão somente o Imposto Único Sobre Minerais, (IUM) e o Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI), que, somados, não chegavam à metade do imposto atual. Além do mais, a Secretaria da Fazenda, no Governo passado, instituiu uma Pauta Fiscal que tinha a finalidade de fixar o *valor mínimo* das operações tributáveis dos produtos cerâmicos. Com isso, as Notas Fiscais extraídas nas cerâmicas não poderiam ser calculadas com valor inferior à base de cálculo estabeleci-

da. Foi então, que a Associação Profissional das Indústrias de Cerâmica para a Construção Civil do Estado do Rio Grande do Norte, achando ilegal e sem precedentes aquela medida da pauta fez um trabalho, com suporte jurídico, e o apresentou ao ex-Secretário da Fazenda, Arthur Nunes Filho, que o submeteu a análises e considerações. Embora os ceramistas tenham tido ganho de causa conseguindo a extinção da Pauta, os fiscais da fazenda estadual continuam importunando a vida destes empresários, exigindo que as Notas Fiscais sejam calculadas segundo o valor mínimo estabelecido pela pauta.

Ricardo Freire, diretor da Cerâmica Potengí, esclarece:

*“Hoje, no Rio Grande do Norte, existem em torno de 40 cerâmicas*

*variando de pequeno, médio e grande porte. Em linhas gerais estas firmas recolhem mensalmente à Fazenda Estadual cerca de 100 mil cruzeiros, cada, advindo do fato gerador do ICM, que por sua vez é calculado na razão de 16% sobre as operações tributáveis. Este imposto tem que ser recolhido ao Estado no dia dez de cada mês. Se houver atraso, então sobre ele incidirá um ágio de 5%; e se, porventura, nesta época do atraso acontecer uma fiscalização, o empresário pagará ainda uma multa de 50% do valor do imposto e terá que saldar a metade desta multa num prazo de somente 20 dias”.*

**DIMINUIR ALÍQUOTA** — O ceramista Ricardo Freire admite que a alíquota de 16% seja a princi-



pal dor de cabeça da classe empresarial: *“É bem verdade que o Governo Federal objetivando o combate à inflação reduziu de quatro por cento para zero o IPI que antigamente incidia sobre produtos cerâmicos industrializados. Medida muito bem pensada, pois tanto favorece ao consumidor quanto aos ceramistas, mas manteve a alíquota de 16% de ICM, que é um verdadeiro absurdo”*.

Concordando com a opinião de Ricardo Freire, o ceramista João Cobe Neto, Diretor da Cerâmica Cobe, ainda admite que o Governo mantenha a alíquota de 16% desde que a reduza para um percentual menor nos tempos de inverno.

**NOMADISMO** — A cerâmica de João Cobe fica localizada no Vale do Açu, e, segundo ele, neste local acontece um verdadeiro nomadismo praticado pelos operários. *“A nossa folha de pagamento é muito alta. Mas observamos uma renovação constante dos empregados. O operário não se fixa ao trabalho; entra hoje e sai amanhã. Estamos com uma despesa com operários de 70 mil cruzeiros semanais”*.

Para João Cobe, no vale do Açu, atualmente, existem mais de dez indústrias de cerâmica e todos os empresários estão sentindo este problema do nomadismo. *“Quando o rio enche, o operário desaparece preferindo pescar um ou dois peixes por dia, o que garante a refeição da família, mesmo que precariamente. Quando o rio seca, eles aparecem para trabalhar e nós temos que aceitá-los porque precisamos do seu trabalho. Trabalhar com cerâmica depende muito da natureza”*.

**ÂMBITO NACIONAL** — Dizendo que nunca foi procurado por nenhum ceramista para qualquer reclamação, o Secretário da Fazenda Otacílio Silva da Silveira acha que a classe, já que nunca reclamou, está satisfeita. *“Além do mais, o problema de ICM é de âmbito nacional e de nada adiantaria que uma reclamação fosse trazida a mim. Ora, se o Estado abrandar a cobrança, ninguém jamais pagaria ICM”*.



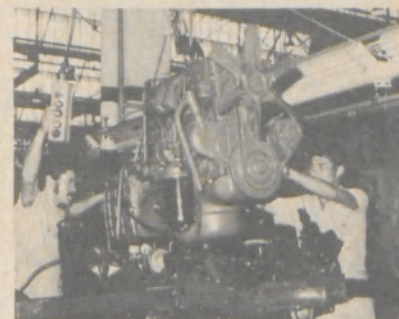
Ricardo Freire: *“A alíquota do ICM é a principal dor-de-cabeça dos empresários”*.



João Cobe reclama dos altos custos com pessoal.

## Só a DIVEMO assegura melhor assistência técnica ao seu Mercedes-Benz

Com uma boa assistência técnica, a qualidade dos produtos Mercedes-Benz se mantém por muitos e muitos anos. Em Natal, a DIVEMO garante um ótimo serviço de manutenção e assistência, através da sua oficina autorizada, com mecânicos treinados na própria fábrica. Além disso, a DIVEMO só faz reposição com peças genuínas. Acostume-se a procurar a oficina da DIVEMO e ganhe a certeza de uma vida longa para seu Mercedes-Benz.



**Divemo S.A.**  
**Distribuidora Potiguar de Veículos e Motores**

Matriz: BR-101 — Km 5 — Parque Vale do Pitumbu — Fones: 231-1355  
231-1356, 231-1359 — Natal-RN.

Filiais: Av. Alexandrino de Alencar, 561 — Alecrim — Fone: 222-2822  
Natal-RN — Rua Cel. Gurgel, 372 — Fone: 321-1875 — Mossoró-RN



O Secretário da Fazenda acha que foi correto se abolir o IUM e instituir o ICM: "O IUM só deve incidir na matéria-prima, mas isto não é o que acontece com os produtos cerâmicos já que eles são industrializados. Então, é justo que se cobre o ICM".

Indagado se o fato da extinção do IPI sobre os produtos cerâmicos estaria beneficiando o consumidor, ele respondeu: "Essa medida tomada pelo Governo Federal, objetiva tal proposição, mas, infelizmente, isto não está acontecendo porque os ceramistas não diminuem os preços dos seus produtos na mesma proporção do IPI que foi abolido".

**A PAUTA** — Na gestão do Secretário Arthur Nunes, estabeleceu-se uma Pauta Fiscal para ser aplicada como valor mínimo das operações tributáveis, estipulando os seguintes preços para produtos cerâmicos: tijolo de oito furos, Cr\$ 1.200,00 o milheiro; o de seis furos, Cr\$ 1.100,00. As telhas de primeira qualidade, Cr\$ 1.200,00 e as de segunda, Cr\$ 1.100,00.

Após a criação desta Portaria começou a haver os atritos entre empresários cerâmicos e Fiscais da Secretaria da Fazenda. Os ceramistas diziam que a medida era ilegal.

Para caracterizar a ilegalidade da Portaria, a Associação Profissional das Indústrias de Cerâmica para a Construção Civil do Estado do Rio Grande do Norte, tendo à frente o Presidente Antônio Ferreira de Melo Neto, elaborou um documento o qual remeteu ao Secretário Arthur Nunes para as devidas apreciações. Em linhas gerais este documento dizia que só poderiam ser sujeitos à Pauta Fiscal os seguintes casos:

a) Impossibilidade de conhecer ou comprovar o valor real da operação;

b) Saídas de produtos agropecuários "in-natura";

c) Circulação de mercadorias procedentes de outros Estados, sem destinatário certo, e as conduzidas ou destinadas a comerciantes não inscritos.

Baseado nestas três cláusulas inclusas no Decreto n.º. 7.292, de 15.02.78 (Regulamento do ICM), a



Otacílio Silveira acha justa a cobrança do ICM.

Associação dos Ceramistas conseguiu sensibilizar ao Secretário Arthur Nunes. O argumento dominante foi que a Pauta Fiscal em hipótese alguma deveria ser aplicada aos ceramistas, vez que eles são devidamente estabelecidos e têm suas obrigações sociais em dia.

**DESINFORMADOS** — Mesmo reconhecendo a justeza da pretensão, e extinta a pauta fiscal por ato do então Secretário Arthur Nunes, os fiscais da Secretaria da Fazenda continuam a exigí-la. Ao que tudo indica eles estariam desinformados.

A maior preocupação dos ceramistas é justamente porque às vezes não conseguem vender seus produtos por aqueles preços estipulados pela Secretaria da Fazenda, que por sinal ainda consideram muito altos. Então, se estes preços são altos, logicamente o ICM terá valor elevado. É um contrasenso com relação às leis do mercado, beneficiando-se dessa disposição apenas o fisco estadual, em prejuízo ao produtor e do consumidor. Ainda reclamam os ceramistas do critério tributário para os "Restos de fornada".

**COMO É** — "Resto de fornada" é a denominação utilizada pelos cera-

PEPSI-COLA, BRAHMA,  
BANCO DO BRASIL, UFRN,  
SPERB DO NORDESTE,  
ALPARGATAS, BANCO ITAÚ,  
DUCAL PALACE, ALCANORTE,  
BANDERN, A SERTANEJA,  
UNIVERSIDADE DE SERGIPE,  
MORADA RIOMAR,  
FIAÇÃO MOCÓ

Os construtores destas grandes empresas tiveram a feliz idéia de preferir esquadrias de alumínio da ÚNICA MENTAL.

Faça como eles: valorize seu investimento preferindo também a melhor qualidade e o mais fino acabamento.



**ÚNICA METAL**  
INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.



**F. BEZERRIL**  
**IMÓVEIS**

CRECI 163 - 17ª. REGIÃO

PROJETOS,  
ADMINISTRAÇÃO,  
LOTEAMENTOS,  
COMPRA E VENDA DE  
IMÓVEIS EM GERAL

Rua do Saneamento, 232 - Ribeira  
(Ladeira de Marpas, por trás do Riomar)  
Fones: (084) 222-3004, 222-0200, 222-7957  
Telex: (084) 2279 - Natal-RN

**ORGANIZAÇÕES**  
**FERNANDO BEZERRIL**

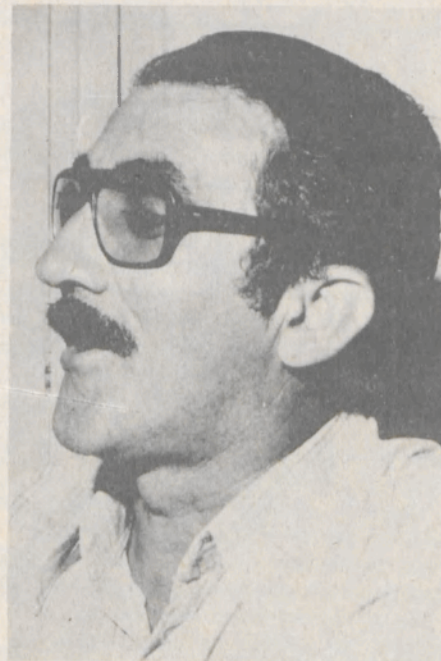


mistas para distinguirem aqueles produtos de qualidade não muito boa e que não podem ser vendidos pelo preço da Pauta. Se não se pode extrair a Nota Fiscal com um preço aquém ao estabelecido muitas vezes este material tem que ser desperdiçado servindo até para contra-piso.

O Secretário Otacílio Silveira disse que nunca um ceramista lhe reclamou tal problema: *“Desconheço por completo qualquer descontentamento ou reivindicação a respeito, mas se na verdade os Fiscais estão insistindo no cumprimento da Pauta Fiscal por parte dos empresários devidamente estabelecidos, eles estão errados. Os ceramistas devem pagar o ICM em função do valor da operação, já que são firmas organizadas”*.

**ESCASSEZ DE OBRAS** — Um problema que também aflige aos ceramistas é justamente a falta de obras no Estado. *“Temos estocado, - distribuído entre as várias cerâmicas do Rio Grande do Norte, mais de dez mil milheiros de tijolos, por falta de mercado. Tem época que não se constrói nada, mas há tempo em que as construções civis andam a passos galopantes. É um paradoxo, e com isto os grandes prejudicados são os ceramistas como também o futuro usuário da residência, pois esta ficará cada vez mais cara”*. Revela Antônio Ferreira de Melo Neto, presidente da Associação dos Ceramistas do Rio Grande do Norte.

Para ele, como também para muitos ceramistas, atualmente, não existe uma política racional do BNH no que se refere à construção de casas, principalmente conjuntos residenciais. Os ceramistas sofrem um problema sério. *“Todo mundo produz num ritmo constante e nem sempre consegue vender com a mesma velocidade, por falta de obras. Quando não é isto, o BNH através das COHABs ou INOCOOPs, enveredam em construções faraônicas onde as cerâmicas locais não têm condições de suprir a obra do material necessário. Daí as empreiteiras têm que comprar o tijolo*



**Antônio Melo atribui o encarecimento das construções à falta de programação das obras, onerando o preço dos produtos cerâmicos.**

*em outro Estado, o que contribui para o encarecimento da construção”*.

No final da primeira quinzena de agosto, Antônio Melo participou no Recife, do I Simpósio Sobre Habitação Para População de Baixa Renda. Neste Simpósio foram abordados estes problemas ocasião em que os ceramistas de outros Estados chegaram a propor a intervenção de multinacionais ou mesmo deles próprios, para abastecerem as obras do Rio Grande do Norte de tijolos e telhas.

**NOVAS MEDIDAS** — Objetivando minimizar os problemas dos ceramistas principalmente do Estado, durante o Simpósio, o BNH recomendou aos representantes dos órgãos res-

ponsáveis pelo cumprimento da política habitacional do País, para que eles obedecam a uma programação na qual não mais se construa Conjunto Residencial de uma só vez, e que, se possível, seja parcelada a construção em quatro etapas, pois só assim se evitaria a super-estocagem dos produtos cerâmicos.

Segundo os ceramistas, este é um dos fatores que contribuem para que as residências construídas pelo BNH tenham seus preços tão elevados, se tornando quase proibitiva a sua aquisição pela classe média.

Em síntese, os ceramistas do Rio Grande do Norte pretendem que seja respeitada a extinção da pauta fiscal, e assim, que o ICM seja cobrado sobre os preços constantes da nota fiscal, respeitado o princípio da livre empresa, sujeita a preços de mercado. Em segundo lugar, que nas épocas de inverno, tenham acesso a incentivos fiscais para se compensarem da baixa produtividade do setor. Finalmente, que os projetos de construção de conjuntos habitacionais tenham maior publicidade, para efeito de suprimento de condições fabris com vistas ao aumento da produção, bem como uma programação mais racional das construções - de tal forma que o suprimento de produtos cerâmicos possa atender aos cronogramas estabelecidos pela construtoras.

A maioria das empresas cerâmicas em operação no Estado, acaba de se consorciar em cooperativa, buscando, assim, a reunião de potencialidades e de esforços para começarem a reivindicar em massa e fazer frente ao avanço de concorrentes de fora do Estado.

**Faça sua  
assinatura  
pelo telefone!**

Basta ligar para 231-1873 ou 231-3576  
e solicitar a sua assinatura de  
RN/ECONÔMICO. Você só tem a  
lucrar (50% de economia), além de  
ingressar no time dos bem informados



## Bancos de Olhos

• ORIONE BARRETO, presidente da Associação dos Oftalmologistas do Rio Grande do Norte, coordena-se com poderes públicos e sociedade beneficentes, para criação, em Natal, de um Banco de Olhos. Já aderiram à idéia as senhoras Vilma Maia e Maria Alice Fernandes.

A iniciativa conta com o apoio do famoso oftalmologista Hilton Rocha e com a unanimidade dos especialistas locais.

O primeiro passo da entidade será o de arremeter possíveis doadores. Em seguida, o Banco de Olhos abrirá inscrições para candidatas a transplantes de córneas.

## Os mal-amados

• A política do Rio Grande do Norte, depois da formação dos novos partidos dá um excelente material para um folhetim, com estórias de intrigas, amores e desamores, traições e triângulos amorosos.

Vá desculpando mestre Drummond, mas merece ser contada assim:

ALUIZIO queria LEODÉCIO que preferiu LAVOISIER que segue TARCÍSIO que prefere AGRIPINO que quer o Governo.

CARLOS ALBERTO queria PEDRO LUCENA que o traiu com ALUIZIO que namora com os ROSADOS que são rompidos com LEODÉCIO que está com LAVOISIER que sonha com DINARTE que flerta com AGENOR que está solitário.

DJALMA quer MÁRCIO que tem ciúmes de VIDAL que não gosta de IBERÊ que se divide entre ALUIZIO e LAVOISIER que querem GERALDO.

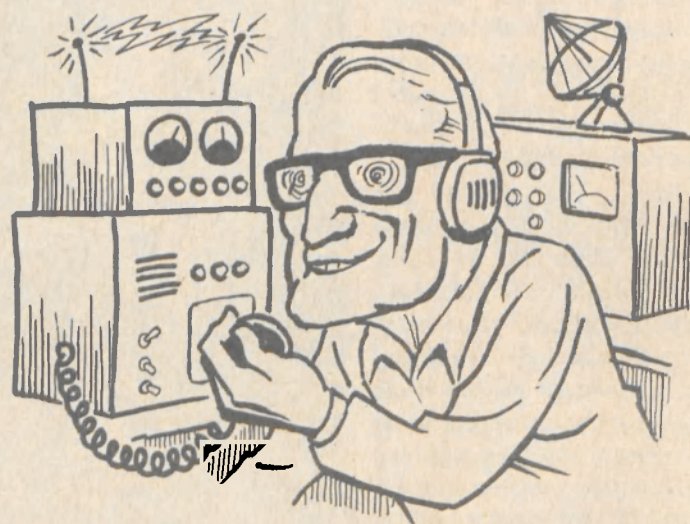
TARCÍSIO tem FAUSTINO e já teve CORTEZ que já quis DINARTE que já teve TARCÍSIO e LAVOISIER que estavam com ALUIZIO de quem eram divorciados.

O povo fica no sereno, assistindo o espetáculo.

## Intriga da Oposição

• Comenta-se que Aluízio estaria estudando um novo "Mis en scène" para a temporada de 1982. Desaconselharam o tipo messiânico, por causa da gordura de novo-rico.

• A safra de deputados federais vai ser maior do que a aguardada por Delfim para a agricultura. Além dos atuais parlamentares, pretendem uma vaga: Fernando Bezerra, Geraldo Jose de Melo, Iberê Ferreira, Jessé Freire Filho, Garibaldi Alves Filho (o eterno reserva), Luiz Antônio Vidal, Roberto Furtado (solitário, no PMDB), Radir Pereira, Ulisses Potiguar, Ronaldo Ferreira, Leodécio Néó além de outros, menos votados.



## Faixa do cidadão

• Uma nova comunidade está se formando, sob inspiração da radiocomunicação. São os PX — rádio operadores da chamada Faixa do Cidadão.

O universo, através desse sistema de comunicações, se torna menos que uma aldeia, uma paróquia multinacional, onde os interlocutores depõe sobre o cotidiano através de uma linguagem simbólica universal. O "hobby" é dos mais saudáveis. Reabilita o saudoso "papo" - hoje em baixa cotação na concorrência com a televisão e quejandos da paranóia urbana - e permite aos chamados "aventureiros de poltrona" percorrer

os mais variados rincões do planeta, sem deixar a segurança de sua casa.

Marcelo Fernandes, diretor do RN/ECONÔMICO e um dos maiores aficionados do PX é hoje integrante de uma nova espécie, a do "homo domesticus", que estava em acelerada fase de extinção. A explicação é simples: as ruas estão cheias de violência, não se pode mais confraternizar com os amigos na mesa de um bar ou de um clube e muito principalmente nos logradouros públicos. Depois do PX, Marcelo, um excelente papo, permuta as notícias de sua aldeia natalense, com o cotidiano de Quixeramobim, Sevilha ou Dunquerque.

## A vingança do RN

• Ninguém fala mais em Cesar Cals. É aquele ministro que pretendia tirar a representação da Petrobrás do Rio Grande do Norte para sua terra, o Ceará, para engordar as sinecuras. Pois bem, o Rio Grande do Norte não esqueceu. Em represália, o RN se impôs com a maior taxa de crescimento - depois do Rio - na produção do petróleo e líquido de gás natural: 141% com relação ao ano passado.

## Ecos de 1979

• O inverno vem por aí, rebentando nas cabeceiras. Naturalmente a gasolina vai aumentar. A justificativa procede. É igual á do biriteiro militante: bebe porque chove, porque faz frio, porque faz calor...

• Ninguém consegue mais entender a enigmática economia brasileira. Apesar dos bons projetos de chuva e da repressiva política de preços baixada pelo governo, a carne vai subir novamente.

## JÚNIORS e o PC

• O povo não perdoa. JÚNIOR é o nome que estão dando aos "herdeiros" dos caciques políticos locais. E como tem JÚNIOR nessa terrinha ... O velho cacique se aposenta (ou já morreu e não sabe) e impõe ao eleitorado o "sangue novo" do sistema.

Pergunta o Conselheiro Avelino: E por acaso o sangue que corre nas veias do JÚNIOR não é o mesmo do pai? Daí que...

• O PC está sendo formado no Rio Grande do Norte. Antes que alguém ponha minhocas na cabeça, vamos explicando que se trata do Partido dos Cassados. Como a nobre agremiação conta com apenas dois membros natos disponíveis, pretende sensibilizar aqueles que foram vitimados por cassações "brancas" - isto é, não foram cassados oficialmente, mas ficaram numa espécie de limbo. Os Alves, alegando justa causa, preferiram o Partido dos Banqueiros.





### Os "visitantes"

• A maior celeuma envolveu a paróquia natalense: o "caso" dos professores visitantes. A imprensa deu um destaque especial e o Reitor esteve até ameaçado por uma greve comandada pela ADURN. (Para quem não sabe, a ADURN é a Associação dos Docentes da UFRN - recém-constituída a partir de uma dissidência na APURN. Mas deixa isso p'ra lá).

Esses professores constituem uma categoria especial no quadro do magistério da Universidade. São vinculados a Universidade de outros Estados e convidados a colaborar na UFRN.

Antes de qualquer outra colocação, é fundamental analisar a viabilidade de contratação de tais professores. A lógica justifica tais contratações quando: a) não houver professores no Estado que preencham as qualificações requeridas para determinado provimento; b) quando determinado setor universitário careça de qualificações especiais, ainda não supridas pelo quadro de magistério local - hipótese em que o visitante até treinaria os docentes locais. Fora desses fundamentos não há outras hipóteses - exceto o compadrismo.

O critério do Reitor não poderia ser diferente. Condição para uma revisão salarial pretendida pelos "visitantes" ao exame particular de cada caso no interesse recíproco dos professores e da própria Universidade. Não deu outra: a equipe encarregada dos exames constatou entre outras irregularidades, professores com "mordomia", salários indiretos iguais ou superiores aos salários diretos; professores com salários principescos, com remuneração muitas vezes superior aos esforçados mestres locais. Nunca um feitiço se voltou tanto contra o feiticeiro.

### CORTEZ e o PDS

• Cortez Pereira pretende mostrar, possivelmente em livro a ser lançado brevemente, dois aspectos que considera fundamentais para compreensão do seu governo: a existência de uma filosofia política-administrativa devidamente respaldada por um plano racional de investimentos - contrariamente à maioria dos governos anteriores e posteriores ao seu; o acerto do Projeto das Vilas Rurais.

• O PDS já tem uma denominação popular: Partido do Sossego. Alicerçados nos maiores contingentes eleitorais do país (Rio, São Paulo e Minas) e nos feudos nordestinos, os "sossegados" aguardam agora os dividendos - a longo prazo, como todo bom investimento. Dal porque não advogam as eleições dos prefeitos em 80.

A co-gestão tem atrapalhado um pouco a tranquilidade dos situacionistas, que não entendem que, em matéria de política, nem tudo que está escrito será necessariamente executado. Além do mais, os próceres pedessistas são adeptos do chamado *pragmatismo responsável*, o que, traduzido pelo Conselheiro Avelino, dá mais ou menos no seguinte: a gente faz o que for possível; o que não for, a gente esquece.

### Teve Carnaval

• A maioria dos observadores já consideraram este carnaval como o melhor que Natal já teve nas últimas décadas. E creditam o sucesso do povo nas ruas aos três trios elétricos pagos pelos cofres públicos. Realmente o povo esteve nas ruas, fantasiado dele mesmo, com a máscara do cotidiano. Como quisessem apresentar as despedidas de praxe dos gladiadores romanos: Morituri te salutant. Pão e Circo, foi o que não faltou.

### Sucessão prévia

• Dois prováveis candidatos a governador já têm seus nomes codificados, para confundir os curiosos: o "Homem da Lanterna" e o "Príncipe". O último não tem nada a ver com o modelo de Maquiavel - é apenas um herdeiro. O primeiro, é grego.

• Carlos Alberto seria Prefeito de Natal na hipótese do "Homem da Lanterna" sair governador.

• No *chapão da Mangueira* (verde e cor-de-rosa, como as cores da escola de samba) as coisas estão se definindo. Dix-Huit seria candidato a Governador e Aluizio a senador.

### Banquetes dos mendigos

• A coluna "Informes JB" de 13 de fevereiro, dá destaque à inauguração da agência do BANDERN em Recife, comentando sobre o "buffett" milionário (Champã francesa, uisque escocês, caviar, etc) em contraste com a pobreza do Estado. Somente o Xá Reza Pahlevi produziu um banquete tão afrontador à miséria do seu povo, nas comemorações de aniversário do império persa.

Parece que o povo não gostou.



### O "Topless" e o boicote da carne

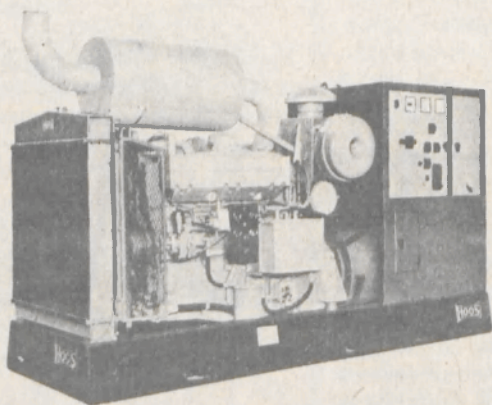
• A mania de contestação está no ar, muito mais do que os aviões da carreira. A repressão dos anos sessenta criou em cada adolescente um vírus de permissividade inversamente proporcional ao cerceamento de suas liberdades individuais. É esse o "discurso" - para utilizar um termo da moda. Pois bem, as garotinhas - e até algumas nem tão garotas - estão em pleno desbunde. Seios de fora, muito mais agredindo a sociedade convencional do que buscando sua própria liberação. Para os "voyeurs", tudo bem. Agora, para as senhoras que promovem o boicote da carne bovina, esse movimento é, no mínimo, um desperdício. Há tanta coisa a ser feita para reparar a omissão da sociedade brasileira nos últimos anos. A maioria dos manifestantes do boicote, coitadas, nem teriam o que exibir. A fome, a falta de proteínas, a subnutrição retirou delas todo o encanto plástico exibido pelas garotinhas "contestadoras".



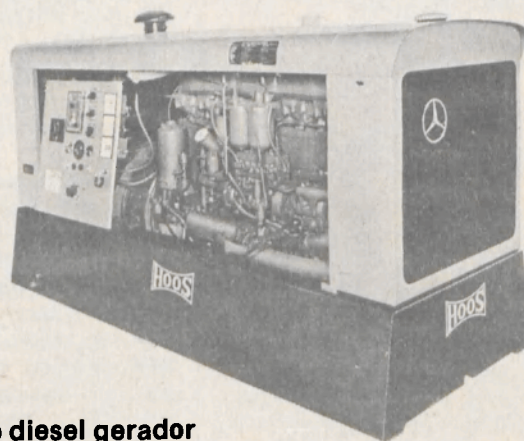
# PARA FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NAS ÁREAS DE UTILIZAÇÃO

EM EMERGÊNCIA: hospitais, aeroportos, construção, prédios comerciais, residenciais, mineração, etc.

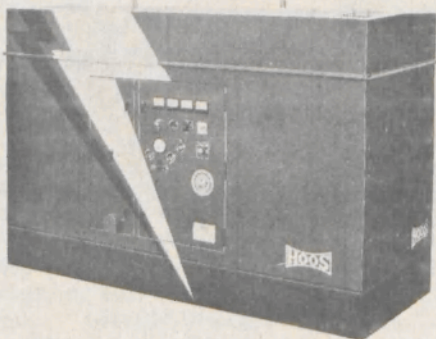
SERVIÇO CONTÍNUO: nas diversas aplicações industriais, comerciais e residenciais.



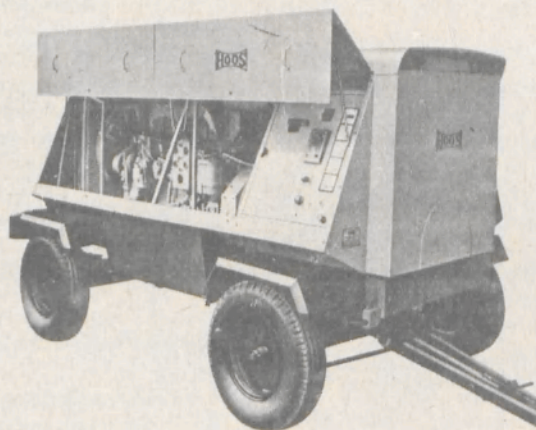
**Grupo diesel gerador de 330 kva. auto-contido.**



**Grupo diesel gerador 145 kva - versão standard - pronto para uso imediato.**



**Grupo diesel gerador silenciado - 54 kva - ruído médio à plena carga 70 db(A) a 7 m. - auto-contido.**



**Grupo diesel gerador 255 kva - móvel.**

**COBRAZ**

**MECÂNICA INDUSTRIAL LTDA.**

Av. Salgado Filho, 2860 - Fones: 231-1549 — 231-2725  
59.000 — Natal-RN.





## PREFEITURA DO NATAL S.A.

*Eficiência e coerência aos poucos transformam a Prefeitura do Natal numa moderna empresa pública.*

Israel Klabin, prefeito de uma cidade-Estado, antiga capital da República, considera a Prefeitura do Rio de Janeiro praticamente insolvente. As queixas de seus colegas, prefeitos da maioria das capitais brasileiras, não são diferentes. A culpa pelo empobrecimento das Prefeituras é atribuída ao governo federal, responsável pela política de centralização de tributos no âmbito do governo central.

A Prefeitura de Natal vai bem, obrigado. Até conseguiu a aprovação de um empréstimo externo, junto ao Banco Mundial. A receita tributária cresceu 75% com relação ao ano de 1978 e as projeções da Secretaria de Finanças garantem o dobro desse resultado, em 1980. Conta com um razoável elenco de programas já aprovados pelas autoridades da área econômica - e até se dá ao luxo de entrar na seara alheia: o Prefeito desenvolve um projeto (PRO-HORTA) que objetiva fornecer, gratuitamente, às pessoas de baixa renda, sementes de legumes e verduras para que estas, utilizando o fundo de seus quintais, suplementem sua alimentação. Paralelamente a essa iniciativa, uma carreta da Prefeitura vende ao público, a preços de custo, cerca de 400 itens de gêneros alimentícios de primeira necessidade. O prefeito José Agripino circula periodicamente pelos ministérios, em Brasília, sensibilizando os homens do governo a investirem nos projetos do município de Natal - que pretende mostrar que eficiência e coerência (ao invés de empirismo e casuísmo) são os melhores remédios contra o empobrecimento das capitais nordestinas.

**DESCENTRALIZAÇÃO** — O prefeito José Agripino se auto-de-



**José Agripino busca a eficiência como estratégia para o atendimento à comunidade.**

fine como administrador: *"Nossa preocupação inicial foi a de adotar o quadro dirigente de um nível aceitável de eficiência, capacitando-o a executar de forma bastante ágil, os programas a que nos propomos"*. Em seguida, vem o posicionamento de sua política administrativa: *"Pre-tendemos dar o máximo de imprescindibilidade ao processo decisório, delegar atribuições - descentralizando as decisões - e imprimir coerência aos nossos programas"*.

Numa comunidade pobre, as necessidades da população estão sempre além da capacidade de atendi-

mento da administração municipal. Por isso, o Prefeito insistentemente busca o crescimento da receita: *"Todavia - pondera Agripino - dentro de parâmetros de justiça fiscal. De cada contribuinte será cobrada a justa participação, segundo suas possibilidades econômicas e o nível de atendimento dos serviços públicos municipais"*. Aliás, o Secretário de Finanças do município, Roosevelt Garcia, está implantando um núcleo bem estruturado de administração tributária, onde os melhores técnicos em Direito Tributário formulam - através de Pareceres e En-



saio - um pensamento jurídico sobre tributos municipais. A idéia do Secretário de Finanças é a de consolidar até onde for possível, uniformizando, os possíveis pontos controlados da legislação tributária municipal.

**UMA FILOSOFIA FISCAL** —

Roosevelt Garcia ainda situa a atual fase de sua pasta, como de "arrumação de casa". Mas reconhece o avanço considerável da receita tributária do município, com relação a exercícios anteriores:

*"Crescemos 75% no ano passado, com relação a 1978, e de acordo com as expectativas, a receita do corrente ano será dobrada com relação a 1979".*

Mas, a montagem de uma administração tributária é um programa de longa duração - deverá estar concluído daqui a dois anos. Pretende o Secretário de Finanças promover uma modernização institucional no órgão de finanças municipais, definindo uma nova estrutura e racionalizando as funções de cada servidor. Uma das metas dessa reorganização é a desburocratização. Outra meta, de igual importância, é a formação de pessoal qualificado para compor os quadros da fiscalização. A Secretaria já conta com mais de trinta técnicos em tributação - todos de nível universitário. Roosevelt dá ênfase especial ao que ele denomina de "um pensamento tributário":

*"Reunimos os maiores especialistas em Direito Tributário do Estado e solicitamos deles pareceres e interpretações a respeito de controvérsias geradas pela própria assisematização da legislação tributária, de uma maneira em geral, para assim, assumirmos posições mais claras sobre a aplicação justa das normas fiscais e tributárias. Contamos com o apoio logístico de uma unidade de processamento de dados e, na linha de frente, com técnicos em tributação especialmente treinados por professores do sul do país".*

**JUSTIÇA FISCAL** — A despeito do que poderia parecer um aparato fiscal, Roosevelt não admite equívocos:



O Secretário das Finanças, Roosevelt Garcia, define um pensamento tributário para a Prefeitura.

*"Nossa meta é a justiça fiscal - ou seja, cada contribuinte terá um tratamento impessoal e ao mesmo tempo personalizado, no que concerne à sua característica econômica-social. Uma espécie de equilíbrio entre a característica econômica de sua atividade e sua posição na geografia urbana e social".* Cita um exemplo: *"Um sapateiro que exerce o seu ofício no bairro de Nazaré não poderia*

*ter o mesmo tratamento tributário de seu colega da rua João Pessoa. O primeiro, opera numa região ainda não servida por obras de administração municipal e num universo de pobreza relativa. Enquanto o segundo, usufrui das vantagens oferecidas pela urbanização proporcionada pelo poder público municipal e certamente a estimativa de sua renda será bem mais elevada que seu colega de Nazaré".*

Outro ponto que carece de definição - e a Secretaria de Finanças já a procura - é com relação ao caráter residual dos tributos municipais. *"Os tributos municipais são a menor fatia do bolo - explica Roosevelt Garcia - além de incidirem sobre atividades que guardam estreita conexão com o imposto sobre a renda".*

O cadastro imobiliário do município está sendo revisto. Segundo o Secretário de Finanças, 60% das informações do antigo cadastro estavam incorretas. O nome do contribuinte não coincidia com sua casa, a área do imóvel não correspondia à realidade, e inúmeros outros desacertos. Através de seus próprios recursos humanos, a atual administração conseguiu reduzir para 3% essa margem de erro. José Agripino se preocupa em informar à reportagem que só com dinheiro a Prefeitura poderá atender aos programas ambiciosos de sua administração, *"daí a necessi-*

**MÁQUINAS PARA CERÂMICA**  
**M.V.P. 5 Super**  
**MORANDO**

**CÉSAR Comércio e Representações Ltda.**

RUA DR. BARATA, 209 — CX. POSTAL, 71 — FONES: 222-8490 E 222-8491 — NATAL-RN



EIXOS EM AÇO ESPECIAL TRATADO

POLIA DE COMANDO COM FRIÇÃO PNEUMÁTICA

LUBRIFICAÇÃO FORÇADA

TODAS AS PARTES DESGASTÁVEIS SÃO RECAMBIÁVEIS



dade de modernizar a máquina arrecadadora municipal, sem prejuízo da justiça fiscal, de que não abrimos mão”.

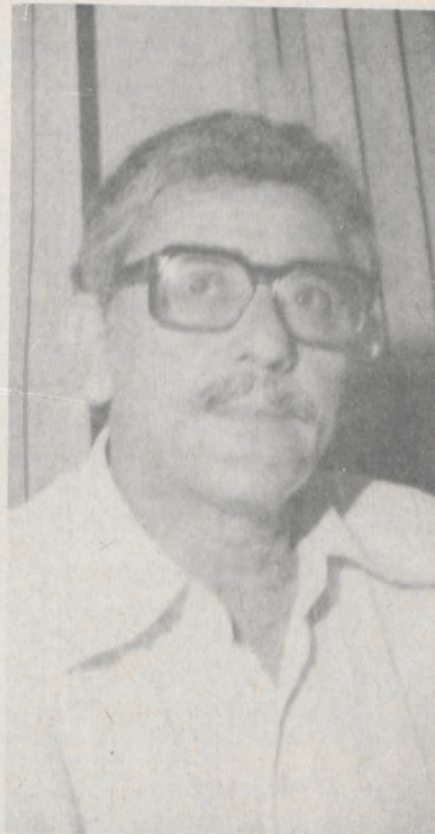
#### O ATENDIMENTO AO PÚBLICO

— Às quintas-feiras, o Prefeito programa suas visitas aos bairros da cidade. Agripino explica que precisa sentir de perto as necessidades mais imediatas da população, exatamente aquelas que escapam de um programa com maior abrangência:

“Por exemplo, o telefone público, o calçamento de uma rua, o abrigo de passageiros. O projeto PRO-HORTA nasceu não apenas de um apelo conjuntural, mas de uma reivindicação comunitária. Assim também nasceu a idéia de promover a comercialização de produtos de primeira necessidade, a preço de custo”. Arremata, afirmando que um Prefeito, pelas características de seu cargo, não pode ficar afastado da comunidade, deixando de atender às vezes a reivindicações que apressadamente seriam julgadas sem importância, mas uma nova avaliação prova seu valor para a pequena comunidade carente.

E a crise financeira das Prefeituras? “O fato gerador foi a reforma tributária de outubro de 1976, quando a união retirou das Prefeituras a maioria de seus recursos, transferindo-os para o governo central. A Prefeitura de Natal paga seus servidores com a própria arrecadação, o que não acontece nas demais Prefeituras. Os recursos para investimentos dependem apenas de bons projetos, muita imaginação e exequibilidade. A administração de uma Prefeitura não difere muito da empresa privada - é só desconsiderar a idéia do lucro e substituí-la pela de reinversão em obras necessárias à comunidade” - finaliza Agripino.

E é como uma empresa que funciona a Prefeitura de Natal, buscando a modernização, a eficiência, a qualificação da mão-de-obra, a desburocratização, os recursos necessários ao seu programa de atividades.



O Plano Diretor do município é coordenado pelo arquiteto Moacir Gomes.

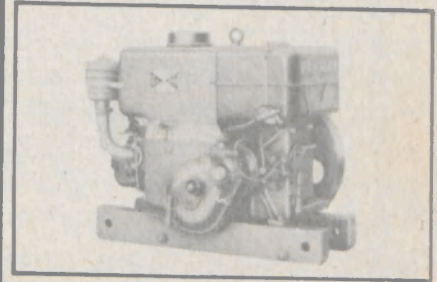
**EM PROFUNDIDADE** — Alguns problemas da administração municipal podem ter um tratamento de superfície - isto é, através de simples execução de obra. Outros, pelo caráter disciplinador, pela necessidade institucional, requerem um tratamento em profundidade. Nesta última hipótese, o Plano Diretor da cidade. Desde a década de 60, Natal já contava com as diretrizes do que seria um plano diretor. Por razões de ordem administrativa, o plano estava engavetado. O prefeito Agripino determinou sua conclusão e imediata implantação, para o que designou um grupo composto por três arquitetos - Moacir Gomes da Costa, Eudes Galvão e Irio Bettancourt - com o prazo de seis meses para efetivação da tarefa.

Moacir Gomes, o coordenador do grupo, explica as linhas mestras do Plano Diretor:

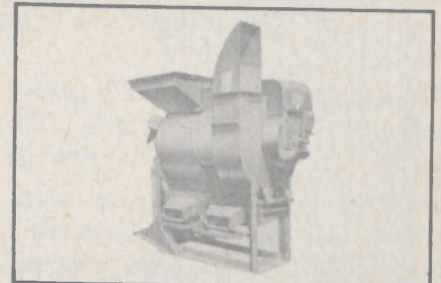
“A preocupação fundamental é com o homem - a comunidade - no

**DUCAMPO**  
O Lojão da Agropecuária

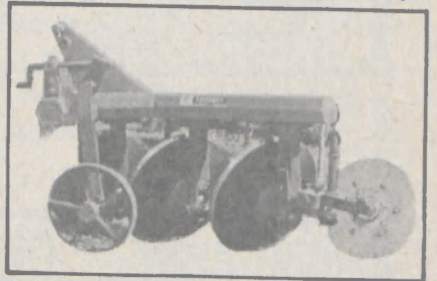
#### Motores “Yanmar”



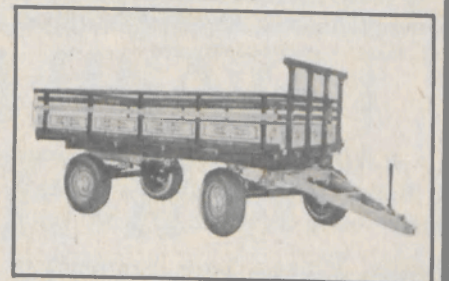
#### Batedeiras de Cereais “Laredo”



#### Arados “Lavromec”



#### Carretas “Fanavia”



#### FORAGEIRAS “Cremasco”



**DUCAMPO — Agro Ind. e Com. Ltda.**

MATRIZ: R. Frei Miguelinho, 127/129 — Ribeira  
Telefones: 222-4590 — 222-5744 — Natal-RN  
FILIAL: R. Dr. Mário Negócio, 1469 — Alecrim  
Fone: 222-4557 — Natal-RN.  
INTERIOR: João Câmara — Nova Cruz — e Calço



seu relacionamento cotidiano com a cidade. Nesse sentido, o projeto de zoneamento, a disciplina dos loteamentos urbanos, o tráfego de veículo, as construções, o traçado das ruas e avenidas, devem ter como condicionantes a melhoria da vida urbana, do habitante da cidade. É bem verdade que deveremos considerar em nossas projeções as disponibilidades físicas da cidade, mas é também verdade que não faremos concessões que se situem contra determinadas disciplinas ecológicas”.

O arquiteto Moacir Gomes pede o apoio e a colaboração de toda a população para o difícil trabalho de dar nova disciplina urbana à cidade - principalmente aos construtores e empreendedores no setor imobiliário. “A partir da aprovação do plano pela Câmara Municipal - afirma Moacir - faremos um amplo trabalho de divulgação esclarecendo à cidade sobre os objetivos do plano diretor”. Mas, o coordenador do grupo adianta algumas metas: “melhoria, por exemplo, da via Beira Canal e sua intercessão com o viaduto do Baldo; a exigência de maiores espaços para áreas verdes nos projetos imobiliários; melhor distribuição do fluxo de veículos; zoneamento, etc”.

**A SUPERFÍCIE** — Há seis anos, o Banco Nacional da Habitação - BNH - criou o Projeto CURA (Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada) e abriu uma linha de crédito especial para as Prefeituras que quisessem executá-lo. O projeto objetiva investimentos integrados em serviços de drenagem, pavimentação e melhoria dos serviços de transportes coletivos. O Prefeito José Agripino resolveu se associar ao projeto e já alocou recursos da ordem de aproximadamente 1 bilhão de cruzeiros, para aplicação de programas da área, num espaço de três anos. O Plano desenvolvido pela Prefeitura e integrado ao projeto,



Manuel Pereira, Secretário de Planejamento da PMN acredita na viabilidade econômica de projetos de serviços urbanos.

denomina-se Plano de Complementação Urbana - PCU - e já está concluído. Inversamente do que se poderia supor, o projeto não se dirige às áreas marginalizadas dos benefícios urbanos, mas conforme explica o Secretário de Planejamento Manuel Bandeira “é uma inversão que contará com o retorno do capital imobilizado, através da prestação tributária dos seus beneficiários. Portanto, terá de ser implantado em áreas economicamente viáveis”. Desfeito o equívoco, Manuel Pereira explica a outra face da solução: “Tome-se como exemplo um serviço de drenagem executado em trecho próximo à favela do Japão. Os serviços serão executados, indiscriminadamente, em toda a extensão, inclusive na favela. Mas, o que acontecerá é que o tributo a ser pago à Prefeitura incidirá somente sobre aqueles contribuintes que possuam alta ou média renda, com benefícios diretos à população de baixa renda”. Os ajustes procurados pela Prefeitura, objetivam, então à prestação integrada desses benefícios, ou seja, mobilizá-los em

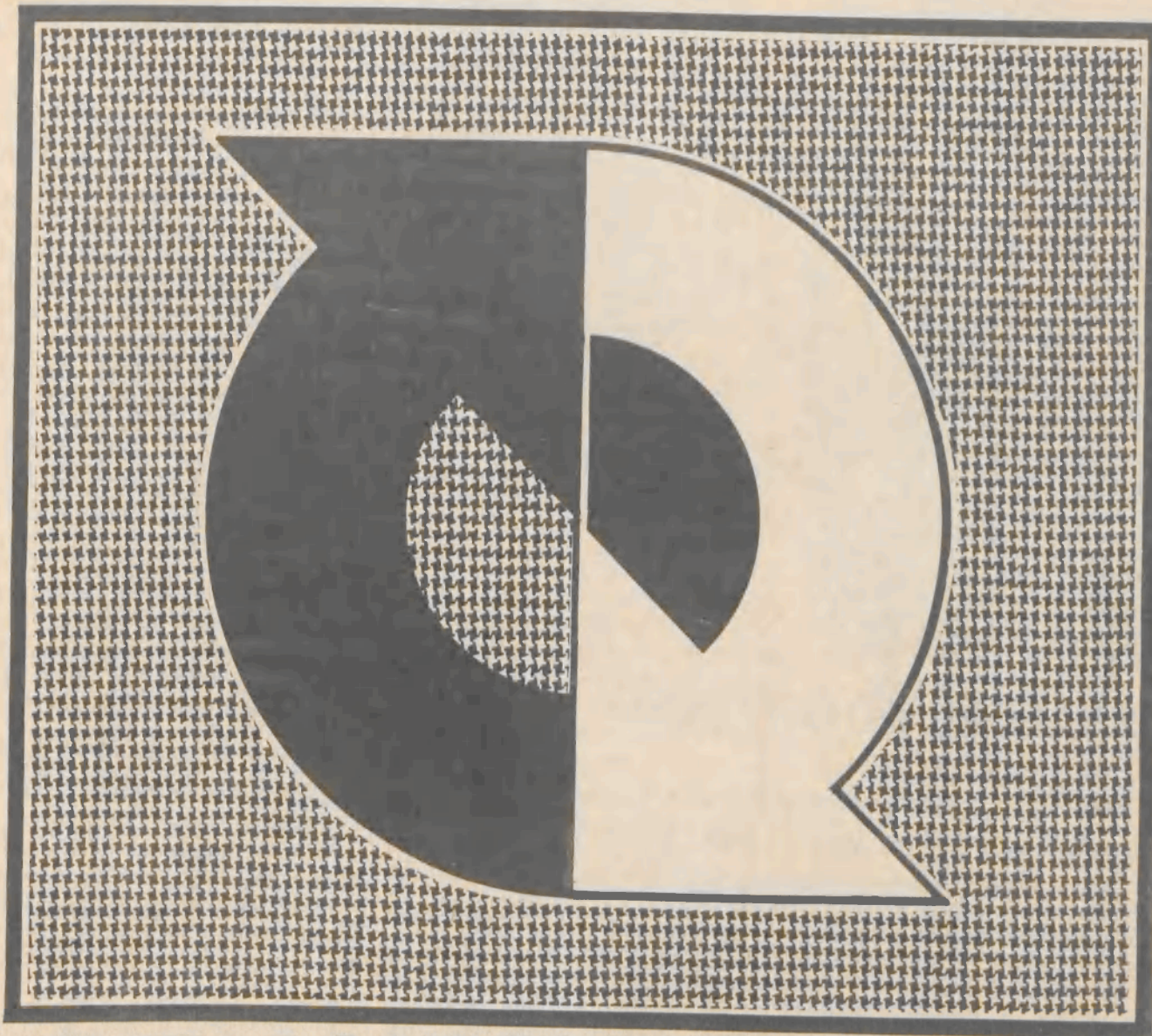
áreas de viabilidade econômica, cuja extensão beneficie área marginais agregadas.

**CURA PELA URBANIZAÇÃO** — O Plano de Complementação Urbana - PCU - relacionou serviços de drenagem, malha viária, área de lazer, centros comunitários, transportes de massa e outras atividades. O secretário de planejamento prefere não divulgar as áreas específicas tratadas pelo PCU para evitar a especulação, mas adiantou que a drenagem da Ribeira será uma das obras prioritárias. O Secretário ainda tece considerações sobre o valor intrínseco do Cura: “A cidade será “curada” a curto prazo nos serviços voltados para a malha viária, transportes de massa, abrigos para passageiros e drenagem - este último um problema crônico de Natal”.

Para se ter uma idéia do volume de recursos envolvidos no CURA, Manuel Pereira confronta 1 bilhão de cruzeiros pretendidos pelo município, com o próprio orçamento da Prefeitura, de aproximadamente 340 milhões de cruzeiros em 1978. José Agripino Maia ainda tem projetos e já se movimenta em Brasília para buscar os recursos necessários à sua execução, mas prefere não adiantar o teor dos planos: “Primeiro, quero a garantia dos recursos, depois darei a divulgação”. E continua sua peregrinação pelos ministérios, para sedimentar o pragmatismo de sua filosofia de trabalho, considerando o município como a unidade administrativa mais importante da federação:

“É na cidade onde o cidadão tem plantado seus bens mais caros - emotiva e materialmente falando - sua família, sua casa, seu negócio, e pretende circundá-los com todas as possibilidades de comodidade que a vida moderna pode ofertar. A urbanização tem essa caracterização de amostragem da vida moderna. Daí que o governo federal será sensibilizado por projetos que busquem essa compensação”.





# ***ESTA MARCA ACOMPANHA A EVOLUCAO DO TEMPO***

Quando surge uma nova marca, o público passa um pouco de tempo para reconhecê-la associando-a à empresa que lhe deu origem. Com esta marca a coisa vai ser diferente. Ela é o cartão de visita do novo Grupo Lázaro que resultou da associação das Empresas Ivanilson, Equipadora Lázaro, Presentes Lázaro e Serviços Lázaro que, agora juntas, vão estar

melhor condicionadas a atender aqueles que estão avançando no futuro. Todas aquelas pessoas que não estão paradas no tempo vão segui-la na direção do sucesso. Você que progride e que está sempre à frente não terá dificuldades para guardar este símbolo porque também estará com ele. Agora que você está apresentado, tenha mais prazer conhecendo-a de perto.



**GRUPO LÁZARO  
COMERCIO E  
REPRESENTAÇÕES  
LTDA.**

Av. Deodoro, 431 Fone - 222-0284 - Natal-RN.





## EMPRESÁRIOS SEM APOIO DO GOVERNO

*Secretaria da Indústria e Comércio faz um diagnóstico das perdas e danos provocados pelo "pacote".*

Até agora o Governo do Estado não vê como compensar ou suprir a retirada de subsídios e incentivos que, recentemente, o Governo Federal aplicou à iniciativa privada, através da Resolução 592. Apesar de existir uma "certa" preocupação em relação ao assunto, de antemão tudo gira apenas em torno das expectativas, onde somente sugestões e idéias são apontadas. De concreto só se sabe que serão feitos levantamentos para sentir se a determinação Federal, na realidade, comprometeu economicamente as empresas norterriograndenses.

Como o Estado não dispõe de instrumentos imediatos para por em prática seu posicionamento perante à iniciativa privada, limita-se tão somente a querer empreender um "diagnóstico da situação atual". Há mais de 60 dias que a determinação Federal foi tomada, inclusive entrou em vigor, prejudicando ao empresário, e nada foi feito até agora.

**DE SURPRESA** — Quem foi abordado de surpresa para responder o que o Estado poderia fazer em favor da iniciativa privada frente ao problema econômico gerado pelo "pacote" foi o Coordenador Geral da Secretaria de Indústria e Comércio, (respondendo pela Secretaria) José Onilson de Menezes Cruz. Sua primeira manifestação foi afirmar que, até aquela data, sua Secretaria ainda não tinha pensado no problema e o Governo não tinha instrumentos imediatos para resolver o impasse. "Ao meu ver caberá à Secretaria juntar-se com outros órgãos regionais e estudarem alternativas para colocação da produção no mercado" - afirmou.

Dentre os vários aspectos negativos inseridos no "pacote", o que mais ressentiu à classe empresarial nordestina, e com especialidade a do Rio Grande do Norte, foi justamente o bloqueio às exportações. Então, conforme pensa Onilson, "no mni-

mo, o poder público deveria conseguir meios de colocar nossa produção, com especialidade no mercado externo".

**IDÉIAS** — Sempre afirmando que qualquer medida só será adotada após um "diagnóstico da situação", o Coordenador aponta algumas idéias. A primeira delas volta-se para a mobilização de recursos através do sistema próprio do Governo, no tocante aos incentivos às empresas. A outra opinião vincula-se à captações de recursos externos repassando-os ao empresariado local com linhas de créditos subsidiadas.

A mobilização de recursos através do sistema próprio de incentivos do Governo, poderia ser feita, ampliando a faixa de aplicação na dedução do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias, ICM. Como se sabe, atualmente se permite que algumas empresas utilizem 60% do total do referido Imposto, aplicando-o em empreendimentos pioneiros. "Nesse caso o Governo estudaria uma maneira de ampliar os incentivos já implantados, tentando compensar o que as empresas perderam" diz Onilson.

Mesmo considerando ser o Rio Grande do Norte um Estado pobre, Onilson acha que, mediante estudos apurados, haveria possibilidades de se ampliar os incentivos para as empresas privadas.

A maior agressividade do Estado em termos de concessões de novos incentivos financeiros para as Empresas, seja pela maior participação do Governo nos investimentos, seja pelo maior volume de recursos financeiros com linhas subsidiadas, também é uma das alternativas sugeridas pelo Coordenador da Secretaria de Indústria e Comércio, mas essa iniciativa somente "com muito dinheiro", e no Rio Grande do Norte é notória a limitação de recursos.

Paralela à sugestão anterior, também foi aventada a agilização das agências de créditos oficiais, como também os Fundos de Fomento. Apesar desses últimos instrumentos terem sido orientados para linhas complementares de financiamento, por outro lado restringem-se às suas limitações financeiras. Desta forma,



para se concretizar o planejado, o Governo teria que captar recursos adicionais externos para fortalecer a estrutura de suas agências de crédito.

Decorridos mais de sessenta dias do "pacote", a Secretaria da Indústria e Comércio do Estado elabora um diagnóstico para saber se a determinação compromete economicamente a iniciativa privada estadual.

**RECURSOS EXTERNOS** — O Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte, (BDRN), e o BANDERN, além do Fundo de Minérios do Rio Grande do Norte, (FUNDEMINAS) e o Fundo de Desenvolvimento do Comércio e Indústria, (FDCI) não dispõem de recursos suficientes para operarem. O que resta ao Governo estadual é mobilizar recursos externos, canalizando-os às necessidades imediatas das Empresas, logicamente repassando-os a juros subsidiados.

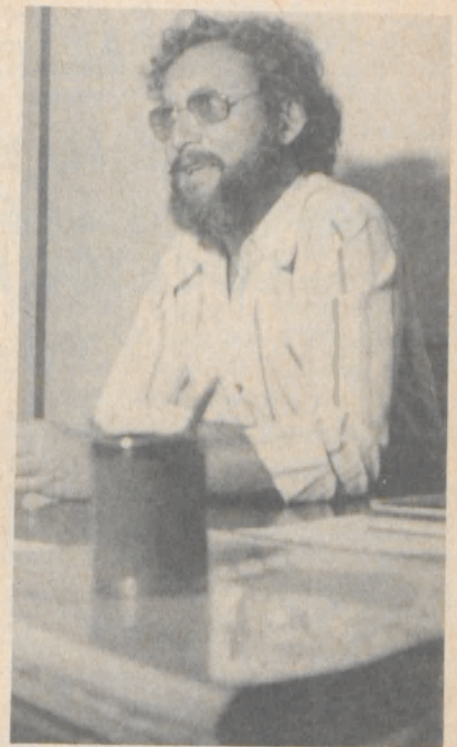
Indagados sobre as possibilidades dos auxílio porventura trazidos pelo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) ao empresariado, em termos práticos, Onilson respondeu o seguinte: *"Na verdade, nem a própria Secretaria, e acredito que também o Governo, não dispõem de informa-*

*ções detalhadas sobre as linhas do Plano Nacional de Desenvolvimento. Mesmo assim já traçamos e delineamos alguns programas"*.

Um dos projetos que a Secretaria de Indústria e Comércio traçou, e por sinal o porá em prática a partir de Abril, é o "programa de Desenvolvimento da Agroindústria".

O Programa, conforme deixou transparecer o Coordenador, objetivamente, em pouco irá ser útil à iniciativa privada, principalmente por se tratar de um plano de desenvolvimento a ser executado a médio prazo. Conforme se vem observando, o empresariado reivindica um posicionamento mais prático do Governo, como também de efeitos não muito demorado.

**AO DEUS DARÁ** — Ao que tudo indica, mais uma vez, o empresariado norterriograndense ficará lançado "ao Deus dará", sem ter ninguém que, a curto prazo, lhes dê a mão, tentando assim compensar suas perdas em função da determinação Federal 592. O poder público estadual, particularizando a Secretaria de Indústria e Comércio, nada fez em favor da classe, mesmo considerando estar o empresário, há mais de dois meses ressentido com os reflexos do



**ONILSON CRUZ**, respondendo pelo SEIC foi tomado de surpresa.

"pacote". Empreender um levantamento da situação, como também mobilizar recursos externos, se sabe muito bem que essas medidas não são tomadas do dia para a noite. Agora resta a pergunta: até quando a situação dos nossos empresários ficará "de molho?" ■



**CHRIS** - MÓVEIS Decorações

REPRESENTANTE EXCLUSIVO DOS MÓVEIS **escriba**



Programas de móveis para escritórios:

qualidade, bom senso e racionalidade

Av. Hermes da Fonseca, 1174 — Fone: 231-2733 — Tirol — Natal-RN.



## SETOR INDUSTRIAL DO RN

# UMA ANÁLISE TÉCNICA DA POLÍTICA DE CRESCIMENTO DO SETOR INDUSTRIAL

Roosevelt Garcia

O setor industrial do Rio Grande do Norte não dispõe de dinamismo próprio. No início da década de sessenta, a atividade industrial do Estado restringia-se a níveis rudimentares de beneficiamento de matérias-primas geradas pelo setor primário. Havia uma agroindústria de beneficiamento de sementes, de fibras e de extração vegetal e mineral. O setor, portanto, caracterizava-se como marcadamente agroindustrial, tradicional, pois dependia estreitamente do desempenho da produção agrícola além de estar apoiado numa tecnologia obsoleta. Em consequência, o valor de sua produção sempre acompanhou a evolução de preços dos produtos agrícolas - vinculando-se, naturalmente ao sucesso e à frustração das safras. É de se ressaltar, também, que o mercado a que se destinavam os produtos industriais era formado por setores tradicionais da economia, de pequeno dinamismo, sujeitos a frequentes crises. A indústria têxtil e a de calçados são exemplos dessa afirmação.

A par das dificuldades oferecidas pelo mercado nacional, o mercado externo tinha um comportamento instável, com relação à procura e ao nível de preços. É uma tendência antiga do mercado externo, pagar cada vez menos por bens de pequena elaboração especialmente os de origem agrícola.

Não é difícil depreender, nesta breve análise, que o setor industrial, vinculado à produção agrícola, sem maiores recursos tecnológicos, dependente de mercado interno incipiente e de um mercado externo instável, não poderia crescer a taxas elevadas, nem criar poupança para sua expansão e diversificação. Outrossim, os demais setores econômicos do Estado, pelas suas características de atraso global, jamais poderiam criar excedente, de molde a financiar uma atividade industrial de qualquer nível.

### A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO

— No final da década de sessenta, esse quadro apresentou modificações substanciais, que não podem ser creditadas a mudanças nas variáveis analisadas. As transformações que ocorreram, resultaram de uma política

de desenvolvimento regional, programada e executada pela SUDENE. Não cabe analisar o processo de aplicação e os resultados dessa política. Mas é importante considerar que, a despeito das mudanças, o setor industrial do Rio Grande do Norte apresentou índices de crescimento insatisfatórios se comparados com outros Estados da região. A conclusão mais próxima da verdade é a de que o início da ação planificadora do Governo federal, encontrou os Estados nordestinos em estágios desnivelados de desenvolvimento industrial. Não se nivelavam no que respeita à infraestrutura de serviços e, principalmente, quanto à disponibilidade de recursos naturais. Se no início do processo, os Estados apresentavam condições diferentes de assimilação de incentivos, fica evidente que nas etapas seguintes de crescimento industrial essas diferenças fossem mantidas. Não se cogita, entretanto, que os diversos Estados, com bases e potencialidades diferentes, colhessem frutos iguais, de tal modo que a região nordestina estivesse hoje harmoniosamente desenvolvida. Também não é lícito aceitar que as diferenças iniciais tenham-se agravado porque era natural que assim ocorresse.

O processo de crescimento industrial da região obedeceu ao modelo de substituição das importações de bens e serviços das regiões Centro e Sul do país, assim como do Exterior, embora em menor escala. O modelo, como não poderia deixar de ser, também aceitou os condicionantes de desnível entre os diversos Estados da região. Determinados Estados acusaram efeitos multiplicadores internos, com repercussão em outros setores econômicos - em termos de investimentos - que, somados e associados, criaram nestes Estados um quadro de expansão industrial autônomo, dinâmico e irreversível.

### A DEPENDÊNCIA DE RECURSOS

— Outros Estados, ao invés, permanecerem dependentes de recursos de fora para que o ritmo de crescimento se mantivesse cres-



**Roosevelt Garcia, um dos pioneiros da doutrina de desenvolvimento econômico no Rio Grande do Norte, analisa, numa série de quatro artigos, o setor industrial do Estado para afinal propor uma política realista de fomento econômico. Neste primeiro artigo, Roosevelt explica os motivos da falta de dinamismo do setor industrial, buscando nos desníveis entre os Estados, uma das explicações.**

cente, porque as inversões necessárias a esse ritmo não podem ser geradas ou obtidas das fontes produtivas internas. Não obstante, independentemente de incentivos, certas áreas se capacitaram a manter, de forma crescente, os seus níveis de inversão - e tem o seu desenvolvimento industrial assegurado face à diversificação de setores implantados e à capacidade de reinvestimento como variável autônoma.

Se esses pressupostos são verdadeiros, pode-se chegar a duas conclusões:

1) mantidas as atuais bases e estratégias da política de desenvolvimento regional, as diferenças entre os Estados tendem a se agravar de modo irreversível, em termos de maior crescimento para uns e de maior dependência para outros;

2) o governo do Rio Grande do Norte não deve esperar que esse quadro se modifique naturalmente, na confiança de que, no futuro, os Estados ricos reconhecendo a própria riqueza e a pobreza dos outros - renunciem às suas participações no elenco de incentivos para que, a partir de então, as diferenças sejam atenuadas.

**TÊXTEL E CONFECÇÕES** — A participação do Estado na política industrial da região manifestou-se de forma mais significativa, apenas no setor têxtil e de confecções. Ainda assim, em outros Estados nordesti-



nos, esses setores encontram um valor de produção mais forte. Tais setores industriais são conhecidos pelo seu tradicionalismo, sujeitos a crises cíclicas, têm reduzido dinamismo e pequeno efeito multiplicador sobre a economia. É evidente que somam resultados no processo de crescimento econômico, mas não multiplicam.

A esses setores, outros projetos de médio porte se somaram: fabricação de papéis simples, beneficiamento de óleo de mamona, beneficiamento avançado de fibra do sisal, sacos plásticos, embalagens artísticas, hotéis e alguns outros da mesma importância. Assim, afora o setor têxtil e de confecções nenhum outro empreendimento foi implantado nos moldes de integração e solidez. Essa constatação, em termos econômicos, significa que as possíveis repercussões nos demais compartimentos da economia foram igualmente pequenas. Ressalte-se entretanto, que o governo atuou de forma significativa, mobilizando e comprometendo recursos nas áreas de infraestrutura e serviços.

O comportamento animador dos agregados econômicos não deve sugerir que o aparelho produtivo estadual se encontra apto a uma escalada econômica sem precedentes - irreversível. As análises dos setores agrícola e industrial revelam que, se não forem adotadas intervenções urgentes e adequadas, o crescimento econômico estadual estará comprometido a médio prazo.

Convém ressaltar que somente a partir de 1975, o Estado dispõe de uma política de desenvolvimento industrial conscientemente formulada, estruturada e executada de forma coerente.

O modelo adotado foi basicamente o seguinte:

## FUNDAMENTOS DA ATUAL POLÍTICA INDUSTRIAL

### A POLÍTICA

— Criação, implantação e consolidação de alguns programas específicos, direcionados para o aproveitamento de vocações naturais.

— Especialização do desenvolvimento industrial através de grandes projetos nas áreas têxtil, metalúrgica, química e mineração.

— Desenvolvimento de um segmento tecnológico de apoio à atividade empresarial através do programa de apoio tecnológico à empresa.

### FATORES DE VIABILIDADE

- Disponibilidade local de matérias-primas.
- Existência de mercado interno e/ou externo para os produtos intermediários e/ou finais.
- Facilidade de acesso à tecnologia dominante.

### RESULTADOS ESPERADOS

- Multiplicação de efeitos positivos, pela irradiação econômica das atividades produtivas.
- Criação de "economias externas" através das quais as unidades de produção apoiam-se umas nas outras.
- Agregação em cadeia de valores econômicos, pela transformação de produtos primários em manufaturados.
- Outros resultados do tipo: mais empregos, mais salários, mais impostos, mais riqueza em circulação.

## Somente a partir de 1975 o Estado dispõe de uma política de desenvolvimento industrial coerente.

**A SELETIVIDADE** — Essa política foi discriminativa. Delimitou áreas de não-atuação, apontando segmentos de pouca conveniências para a economia estadual. Buscou-se, portanto, uma solução que se contrapõe a tradicional concepção de indústria pioneira que representava tão somente um "enclave" pelas características de dependência externa de matéria-prima e mesmo de mão-de-obra, formando verdadeiras ilhas, sem irradiação ou interação e, em consequência, sem apoio do sistema local de produção. Essa orientação determinava que todo o esforço fosse concentrado na especialização do setor, através da exploração de vocações naturais.

Acerca de tais enunciados, permitimo-nos

a algumas observações: O princípio da seletividade é inadequado para regiões que apresentem um nível incipiente de desenvolvimento industrial. A seletividade pressupõe a existência de atividades produtivas suficientemente desenvolvidas no Estado, tornando-se necessário estimular outras, de molde a alcançar como objetivo imediato, a diversificação do aparelho produtivo manufatureiro da economia estadual. Dentro da visão restrita desse ângulo, não é possível afirmar-se que existam no Estado setores suficientemente completos que devam ser estimulados comparativamente;

**MÃO-DE-OBRA** — A tese do baixo emprego de mão-de-obra é também agregada aos projetos tipo "enclave" porque não se intera com a economia. Em princípio, a eficiência do investimento no setor industrial só será alcançado através de maior participação de capital e da especialização da mão-de-obra. Mesmo nas indústrias consideradas intensivas de mão-de-obra (a agroindústria, por exemplo) há uma preocupação intensa com soluções tecnológicas que resultam, no final, na redução da mão-de-obra. Os primeiros programas no setor - patrocinados pela SUDENE — visavam a modernização das empresas que, na prática, nada mais eram do que substituir a mão-de-obra, por máquinas, equipamentos e racionalização do trabalho.

Quanto a novos projetos, não seria de se esperar que utilizassem soluções tecnológicas obsoletas pelo fato de se localizarem em uma região de mão-de-obra abundante, quando teriam de competir com similares mais modernas, localizadas no Sudeste e no Exterior.

A filosofia de incentivos fiscais já é direcionada no sentido de discriminar determinados projetos que empreguem pouca mão-de-obra. Esse critério também oferece inconvenientes de natureza técnica.

A indústria de álcalis, por exemplo, que se encontra em fase de implantação, tem seu investimento estimado — a preços de hoje — em 100 milhões de dólares, com uma oferta de setecentos empregos diretos, aproximadamente. Entretanto, nenhum outro investimento provocará maiores efeitos sobre a economia do Estado. Fica então demonstrado que uma indústria intensiva de capital pode trazer mais efeitos favoráveis do que outra cuja característica predominante seja apenas o emprego imediato da mão-de-obra.



## EXPORTADORES NA BERLINDA ...

... enquanto o governo procura as definições

Um dos maiores exportadores do RN, tomado de surpresa pelo "pacote" de dezembro, chegou a desabafar: "Até parece que o governo quer transformar o Brasil num imenso laboratório". Referia-se às contradições da política econômica brasileira. Esse pensamento, reflete o entendimento da maioria dos empresários que operam com o mercado externo.

No caso particular da política de exportações - aplicada no RN - as indefinições chegaram a levar alguns exportadores a desistirem do propósito tão insistentemente defendido pelo próprio governo federal, de que o

incremento de vendas ao mercado externo seria uma das fórmulas mais viáveis de equilíbrio da balança de pagamentos. A despeito dessa evidência, o governo editou - através da Secretaria de Planejamento da Presidência da República - a Resolução 592, reduzindo incentivos, extinguindo subsídios aos exportadores, desvalorizando a moeda e impondo uma alíquota de 30% ao imposto sobre exportações de alguns produtos primários. Uma semana depois, um telex da mesma SEPLAN, informava à CACEX - do Banco do Brasil - sobre as diretrizes de uma nova Resolução (Nº. 596), que reduzia a alíquota do imposto para 5 e 20% so-

bre o valor FOB das mercadorias constantes da pauta estabelecida pela Resolução anterior.

**INSTABILIDADE** — A surpresa provocada pela Resolução 592 deu lugar à insegurança gerada pela nova Resolução. O mínimo que os exportadores poderiam imaginar, seria uma sucessão de Resoluções, cada uma modificando a política e as diretrizes da anterior. Aliás, para a maioria dos exportadores, o governo carece de uma definição ampla de sua política de exportações. Até para que a iniciativa privada possa formular sua estratégia e desenvolver seus programas de uma maneira coerente, de tal forma que o risco de suas operações não seja aumentado pela indefinição da política interna do país.

O reflexo imediato dessas indefinições se faz sentir no movimento de retração das exportações. Em dezembro - o mês em que o "pacote" foi anunciado à nação - o movimento de exportações do RN reduziu-se a 50% do normal, segundo informações da CACEX. Inúmeros exportadores mantiveram seus produtos em estoque enquanto aguardavam maiores definições sobre a política governamental. A imobilização dos estoques, aliada ao congelamento dos incentivos e à retirada dos subsídios, já foi capaz de assegurar aos exportadores northeriogrândenses um considerável prejuízo em seus balanços.

**FIERN COMPROU A BRIGA** — J. Motta Indústria e Comércio, tradicional empresa exportadora de couros, passou mais de 40 dias com seus produtos estocados. João Antônio Coutinho da Motta, diretor da empresa, considerou a Resolução 592 como um bloqueio às exportações: "É fácil saber porquê. A Resolução 592 estabeleceu uma pauta em que o nosso produto - o couro curtido - aparecia como um dos integrantes. Essa pauta fazia incidir sobre os produtos nela integrado, um imposto de exportações calculado em 30%



João Motta, diretor de J. MOTTA INDÚSTRIA E COMÉRCIO faz um balanço dos prejuízos de sua empresa.



sobre o valor FOB das exportações. Além do mais, antes dessa Resolução, nossa empresa recebia - a título de subsídio - Cr\$ 33 por cada dólar exportado. Isso desapareceu. Por outro lado, os incentivos foram extintos.

O maior peso das recentes medidas de desestímulo às exportações, recaem sem sombra de dúvida, na nova alíquota do imposto. Sentindo a importância para a economia do Estado da redução desse tributo, a FIERN - Federação das Indústrias - conseguiu sensibilizar o governo do Estado para a necessidade de uma frente comum que objetivasse um tratamento tributário diferenciado para o Nordeste, em particular o Rio Grande do Norte. Juntos, Fernando Bezerra e o governador La Voisier Maia, acertaram as posições e resolveram comprar a briga.

**A SUDENE EM REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA** — João Motta ressalta a importância do posicionamento conjunto da FIERN e do Governo do Estado:

*“Eles compraram a briga de forma corajosa. Solicitaram uma reunião extraordinária na SUDENE, que culminou com a redução das alíquotas, daí se originando a Resolução 596, de 14 de dezembro”.*

A nova Resolução, fruto da reivindicação da FIERN e do Governo do Estado, criou novos percentuais para o imposto sobre exportações - variáveis de 5 a 20% sobre o valor FOB das mercadorias exportadas. (O valor FOB é o preço das mercadorias, sem a incidência de frete, seguro e demais implementos). Os níveis de redução ainda não chegaram a satisfazer os exportadores, - considerando-se que lhes foram retirados os incentivos -, mas, pelo menos reduziu a expectativa de prejuízo absoluto. Outro benefício da Resolução 596 foi a extinção do preço-base da pauta. Agora, as alíquotas do imposto recairão sobre o valor FOB das mercadorias exportadas, sem aten-



**BRENO BARROS** admite que houve uma compensação entre o corte de subsídios e a máxima desvalorização do cruzeiro.

der para um tabelamento rigoroso imposto pela pauta baixada na antiga Resolução.

João Motta, por exemplo, teve para a sua indústria uma redução de 12% sobre o imposto vigente na Resolução 592. Essa Resolução taxava seus produtos à razão de 30% -

agora, com a vigência da nova Resolução, esses mesmos produtos são tributados a 18%. “Mas o prejuízo persiste - afirma o empresário - pois deixamos de exportar o equivalente a 300 mil dólares mensais”. João Motta ainda considera mais grave “o impasse criado nas relações com o exterior”, pois, segundo o exportador, “essas medidas desarticularam a regularidade de nossas relações com os importadores, uma vez que acarretou o atraso nos embarques e até a possibilidade de uma nova composição de preços, acarretando, em consequência, a incerteza de fechamento de novos negócios”.

**OPINIÕES** — João Cadmo Cavalcanti, diretor em exercício da CACEX, mesmo afirmando que sua unidade trabalha como órgão executor da política do governo, aceita a colocação de que o “pacote” de dezembro está cheio de medidas contraditórias: “Não é possível transformar o Brasil num laboratório. Se cada ministro resolver pôr em prática suas idéias, sem testá-las, sem coerência com uma idéia global, sempre experimentando, o resultado será desastroso para o Brasil e especialmente para o Nordeste”. O diretor da CACEX demonstra esses desac-

comunique-se com o grupo executivo **GTE**

	
816 1 tronco — 6 ramais	829 2 troncos — 10 ramais
	
849 4 troncos — *10 ramais	860 6 troncos — 30 ramais

\* (extensivos a 20)

**CESAR Comércio e Representações Ltda.**  
RUA OR. BARATA, 209 — CX. POSTAL, 71 — FONES: 222-8490 E 222-8491 — NATAL-RN.



tos através de inúmeras Resoluções e Portarias, a maioria delas anulando a anterior ou conflitando com outras do mesmo teor. "A CACEX é bombardeada, periodicamente, com centenas de diretrizes relativamente às exportações, nem sempre coerentes entre si, e às vezes nem com a política traçada pelo próprio governo federal" - finaliza João Cadmo.

Breno Fernandes Barros, ex-diretor do Promoexport, atualmente assessor de algumas empresas exportadoras, concorda com as colocações do diretor da CACEX enfatizando que o governo deveria programar cuidadosamente suas decisões, antevendo os resultados práticos, a médio e longo prazo. Com relação ao corte dos subsídios, entende que foi uma medida louvável, "por ser uma das causas da inflação". Já com relação à maxidesvalorização do Cruzeiro, entende que ela "não con-

tribui em quase nada, pois mesmo caindo o imposto de 30%, por outro lado, o governo fixou algumas alíquotas em 20%. Dessa forma, multiplicando-se essa alíquota pelo preço FOB das mercadorias, o imposto a ser pago gira em torno da quele anterior". Mesmo assim, embora entenda que as Resoluções não tragam nenhum benefício, pelo menos permitem a reativação do comércio externo.

**A MAXIDESVALORIZAÇÃO É POSITIVA** — Segundo o diretor da CACEX, João Cadmo, a maxidesvalorização do cruzeiro teve ressonância positiva, pois só assim a moeda passa a ter seu real valor na conversão cambial: "Agora o exportador recebe o valor real do dólar exportado". Por outro lado, reconhece João Cadmo que "já que houve a maxidesvalorização, é mais que justo o corte dos subsídios, que é um dos

componentes inflacionários. Houve uma compensação".

Todavia, a grande preocupação, detectada em todos os entrevistados, foi pela forma como o governo pretende ativar uma política de exportações. Incoerente, instável, desordenada - foram alguns dos adjetivos empregados pelos exportadores. Um dos grandes exportadores do RN, procurado pela reportagem, negou-se a prestar declarações, mas, em conversa informal com o repórter, taxou a política econômica do governo de irresponsável, porque casuística. "Ora - declarou esse exportador - a hora dos ensaios já acabou há muito tempo. Se os homens do governo são péssimos intérpretes dos anseios do país, é hora de pensar em substituí-los ... ou pelo menos, - observou cauteloso - definir uma política mais coerente. Já basta de "pacotes" - concluiu.

## Nós estamos preparados para prestar os melhores serviços de contabilidade e auditoria à sua empresa.



Para isto, formamos uma excelente equipe de técnicos com longa experiência em contabilidade comercial e industrial e em auditoria. Assim, podemos garantir bons serviços aos nossos clientes. Consulte-nos.



**AUDIENSE**  
AUDITORIA E CONTABILIDADE S/C LTDA.

Rua Juvino Barreto, 200  
Fone 222-6569 - Natal-RN

**Bacharéis Responsáveis:**  
FRANCISCO COSME DA SILVA \* ALMIR AVELINO DE FREITAS  
HERMANY COSTA DA SILVA \* AMARILTON VERAS DE SENA



# AGRICULTURA — O MAIOR TRUNFO DO GOVERNO PODE FALHAR

Paulo Pereira dos Santos



Ao lado de outras medidas de ordem monetária e fiscal, não há dúvida de que a alternativa básica e mais viável para a inibição do alto fluxo inflacionário da economia brasileira é a política de aumento da produção agrícola, já que o Brasil dispõe de milhões de hectares de solos agricultáveis e ociosos.

Espera-se neste ano de 1980, uma safra bastante promissora como atenuante da corrida ascendente dos preços. Mas isso vai depender de chuvas, geadas, enchentes, etc; isto é, de fatores climáticos que estão fora do domínio da equipe técnica do Governo. São, evidentemente, essas forças exógenas que irão condicionar os resultados positivos ou negativos da safra esperada. E se esses resultados forem negativos será um caos para o controle dos preços. Com isso, toda a previsão governamental cairá por terra, constituindo assim um desalento para a economia do país. Diante desse quadro, conclui-se que o comportamento inflacionário irá depender, em sua maior parte, do variável clima, bem como todo o sistema econômico. Na verdade, a agricultura continuará sendo o grande trunfo do Governo, não só para equacionar o problema do abastecimento interno como para proporcionar significativos aumentos das exportações, equilibrando assim a balança comercial e coibindo o surgimento de males maiores no aparelho econômico da nação.

Depreende-se de tudo isso que o brasileiro precisa ter muita sorte neste ano, bem como nos outros subseqüentes, a fim de que possa contar com safras abundantes e equilibradas.

Com base em informações científicas obtidas junto ao Instituto de Pesquisas Espaciais de Campinas - SP, a imprensa já divulgou que irá haver um longo período de 5 anos de estiagem no Nordeste, o que nos deixa pessimistas.

Cientificado dessa previsão o Governo já elaborou um plano para o Nordeste, onde figuram construções de milhares de açudes, poços e centenas de barragens para a diminuição dos efeitos da seca. Se essa previsão meteorológica acontecer, não haverá teoria econômica pragmática que possa conter a ascensão dos preços dos produtos e serviços no país.

Vai ser muito difícil o Governo conseguir estabilizar a taxa inflacionária em 45% neste ano de 1980, como o Ministro Delfim Netto deseja, apesar das medidas recentes adotadas nesse sentido.

Uma outra saída para o problema da inflação era a recessão, isto é, a parada do crescimento econômico, mas essa medida seria viável se a economia brasileira não contasse com nenhum setor ocioso. E a agricultura, é claro, está ociosa. Num país

industrializado ou desenvolvido, onde seus setores, provavelmente, estão plenamente produzindo, neste caso, a história econômica mundial mostra que a solução melhor seria a recessão. Para o Brasil agora isso representaria um atraso em sua economia de muitos anos, saindo assim do páreo internacional da corrida dos outros países paradesenvolvidos. Nosso país perderia a possibilidade de se igualar, brevemente, às desenvolvidas, e, dificilmente, recuperaria seu destacável lugar no contexto econômico mundial.

As potencialidades brasileiras são suficientemente grandes para que isso não aconteça.

Os técnicos do Governo já sabem que a causa básica da inflação é o **deficit** governamental, aliado a uma escassez de alimentos, o que irá ensejar uma maior atenção deles para o caso. Sabem também que ao lado dessa causa, existe um forte alimentador inflacionário: o aumento crescente do preço do petróleo. E como realimentador, os reajustes salariais, que foram pressionados no passado pela inflação, criando assim um círculo vicioso, em que se aumenta o salário para fazer face à subida da taxa inflacionária, visando com isso compensar um pouco as perdas da renda dos assalariados. Ao mesmo tempo procura-se controlar a inflação para inibir a auto-alimentação do sistema.

O Governo com o pacote de medidas tomadas no meado de dezembro (1979) nos mostrou claramente que está cômico da problemática econômica do país. Não quis mais adiar a extinção de determinados subsídios que representavam bilhões de dólares por ano contra a economia e poderiam constituir um problema maior no futuro. Cada Governo que passava criava mais subsídios e isso iria chegar a um estágio em que toda economia estaria comprometida. Foi evidentemente necessária essa decisão corajosa do Governo, antes que o caso se tornasse ainda mais grave e de impossível solução futura.

Os incentivos não deveriam ser extintos agora, principalmente para as pequenas e médias empresas. Estas ainda estão muito carentes de ajuda e orientação do Governo.

Foi criada uma secretaria de Controle de Empresas Estatais (SEST), que se preocupará com os orçamentos dessas empresas controlando seus gastos supérfluos e sem prioridade econômica, evitando desse modo, os indesejáveis **deficits**.

O Governo criou também uma Secretaria Especial de Abastecimento e Preços, que objetiva assessorar o Ministro do Planejamento na formulação e Supervisão da política de abastecimento e preços (CIP) e a SUNAB, já que estavam se tornando

impotente para a dominação do sistema de controle dos preços.

Além dessas medidas, o Governo vem procurando reduzir ao máximo a importação e aumentar fortemente a exportação, a fim de equilibrar o balanço de pagamentos. Paralelamente, vem controlando a tomada de empréstimos no exterior e intervindo nos orçamentos das empresas estatais para evitar **deficits** desastrosos.

Conforme dados divulgados na imprensa pelos técnicos do Governo, essas empresas apresentaram orçamentos para investimentos em 1980 de ordem de 2,3 trilhões de cruzeiros, isto representando 58% do produto interno bruto (PIB). Se esse montante fosse atendido sem cortes, acarretaria um **deficit** de 600 bilhões de cruzeiros, provocando assim um aumento de tensão inflacionária. Vê-se com isso que a SEST desempenhará um papel muito importante para o equilíbrio do sistema econômico.

Uma outra medida de real relevância econômica adotada é a intensificação da política energética, que poderá substituir os derivados de petróleo por outras fontes de energia, como é o caso da gasolina pelo álcool anidro e óleo industrial pelo carvão.

Já havíamos falado, em artigo anterior, da necessidade do Governo agilizar essa política energética, e agora ele já está tentando se instrumentalizar para isso.

Mesmo com essas medidas recentes do Governo, sem safras equilibradas e invernos normais, será bastante difícil reduzir a taxa inflacionária ao nível esperado.

Todas essas medidas tomadas pelo Governo, contribuem, umas de forma direta e outras de forma indireta, para a redução da taxa inflacionária. Contudo, as mais importantes são aquelas que se preocupam com o **deficit** governamental, com a elevação do incremento da produção de alimentos e com a substituição dos derivados de petróleo por outras alternativas de energia. As que visam ao **deficit**, tentarão controlar os empréstimos e a emissão de moedas; as que se voltam para o aumento da produção de alimentos, objetivam basicamente diminuir os preços dos mesmos; e as que se preocupam com a substituição dos derivados do petróleo, procuram reduzir as importações desse produto, minimizando a influência inflacionária internacional sobre os combustíveis e indiretamente sobre os outros produtos internos.

Essa política econômica do Governo nos parece bastante coerente. Agora, seu resultado positivo vai depender muito do comportamento das safras, e estas dos fatores climáticos. Se já existe uma previsão funesta de seca no Nordeste, feita por um instituto especializado, o que nos resta é pedir sorte para que isso não ocorra.



## CONSTRUÇÃO CIVIL — SETOR EM INSTABILIDADE

*Mudanças na política de investimentos do governo e nova orientação do BNH, geram a expectativa de instabilidade no setor de construção civil.*

Sendo considerado o setor da atividade econômica mais descapitalizado do Brasil, a indústria da construção civil, principalmente no Rio Grande do Norte, ao longo desses dez anos se desenvolveu de maneira muito lenta. Muitas foram as empresas surgidas a partir de 1970 no Estado, mas poucas foram as que conseguiram sobreviver, em vista de não terem conseguido montar uma estrutura técnica mínima, como também pela falta de solidez financeira para expandir-se, coisa que a atividade tanto exige. Via de regras, esses empresários, visando o crescimento acelerado das suas firmas, assinaram contratos de obras acima da real capacidade técnica, financeira e administrativa, com o que, gradativa e inconscientemente, lavravam os atestados de óbito de suas empresas. É bem verdade que das poucas construtoras que sobreviveram, além de várias outras que surgiram depois, a maioria delas é considerada capaz de realizar obras nos mais diferentes setores, não se justificando assim a penetração em nosso mercado, de firmas de outros Estados.

A indústria da construção civil é considerada descapitalizada, por deter uma margem de lucro bastante inferior a outras atividades empresariais. No País, a taxa média de lucro bruto dessas empresas situa-se na faixa de 10% sobre o faturamento, mas no Rio Grande do Norte se observa um percentual bem menor. Então, se a atividade necessita de uma sólida base financeira e seu lucro é inexpressivo, esclarece-se muito bem o porquê de muitas firmas do ramo terem encerrado suas atividades.



Para ÁLVARO ALBERTO, a inexperiência tem levado algumas empresas ao fracasso.

Paralelo a esse fato, houve o surgimento de empresas inviáveis desde o

nascidouro sem as mínimas condições de explorar a atividade pela falta de capital e de know how. Eram firmas resultantes da associação de jovens recém-formados em Engenharia, que após deixarem a faculdade juntaram-se a dois ou três colegas na mesma situação fundando daí uma construtora. Tudo começava muito bem, com as pequenas empreitadas. Mas logo na primeira ou segunda obra de maior vulto as dificuldades surgiam, ressaltando quase sempre no fim da aventura empresarial.

Desta forma, duas foram as razões de muitas empresas de construção civil não terem conseguido sobreviver na última década: a carência

de solidez financeira, agravada pela natural descapitalização da atividade; e em segundo plano, o despreparo dos "engenheiros noviços".

A afirmação de que a indústria da construção civil é a atividade econômica mais descapitalizada do Brasil é do Diretor-Presidente da ECOCIL (Empresa de Construções Cíveis Ltda.), como também Presidente do Sindicato da Construção Civil do Estado, Fernando Bezerra. É ele que afirma:

"O principal problema da descapitalização é justamente a pequena margem de lucro com a qual operamos. No país, a taxa média é de 10%, mas aqui dificilmente isso se verifica. Lucramos sempre um percentual inferior a esse".

**AS FALÊNCIAS** — Na realidade, apenas quatro ou cinco empresas construtoras implantadas no Estado nos anos 70, sobreviveram à década. E os empresários do setor têm em comum uma opinião formada a respeito da causa dessas falências: "Foram os engenheiros noviços".

Conforme esclareceu o Diretor-Presidente da Souto Engenharia Comércio e Indústria, Álvaro Alberto Souto Filgueira Barreto, muitas empresas do ramo não sobreviveram a uma década, pois foram fundadas por engenheiros recém-saídos da Universidade. "Esses rapazinhos, sem conhecerem realmente quais os encargos e obrigações de uma empresa do ramo, mesmo assim, se juntaram-se em grupos e resolveram abrir firmas. Então, na ânsia de ver suas empresas crescerem vertiginosamente, assinaram contratos vultuosos de obras, sem terem no mínimo uma infra-estrutura técnica necessária. Foi o desastre".

Opinião quase idêntica à Álvaro Alberto têm Fernando Bezerra e o Diretor da Construtora Rebelo Flor, Arnaud Soares Flor, sendo que, no



entender do primeiro, muitos desses jovens engenheiros fundaram firmas até mesmo por uma tradição da família.

Os empresários, ao citarem o problema do despreparo ao qual estava submetidos os engenheiros novatos, esclareceram o fato ilustrando-o da seguinte maneira: *"Uma Empresa, ao assinar um contrato de obras, antes de o fazer deve, primeiramente, pensar na sua infra-estrutura, tal como na sua frota ou mesmo na possibilidade de aluguel de máquinas, não esquecendo também o abastecimento do material a ser utilizado na construção"*.



**LUIZ FLOR** acha que tradição somente não basta.

legislação específica, moralizadora da atividade. Surgiram, então, inúmeros casos de concorrência desleal, ou de interferência política no setor, ao ponto de determinadas empresas terem crescido graças ao apoio maciço de governos, ou de outros terem sucumbido pela falta desse apoio.

Quem se diz ressentido, e com tristeza relembra essa época, é o Diretor-Presidente da ECOCIL, Fernando Bezerra. Conforme seu pronunciamento, as atividades de construção civil nos anos 60 era fundamentada em apadrinhamentos, razão pela qual a empresa que dirige, e que foi fundada em 1948, chegou a fechar em 1961, por questões políticas, sendo reativada somente a partir de 1967. *"As empresas nasciam com o Governo que as protegia no ganho desleal das obras públicas. E quando este mandato terminava, marcava portanto o fechamento da firma"* - explica Fernando.

**AS QUE SOBREVIVERAM** — Ao longo desses últimos dez anos, as indústrias do ramo da construção que sobreviveram, enfrentaram problemas de toda ordem, principalmente por não existir na época uma

  
**CODIF TEM:**

<p>SKF Rolamentos. POP - Rebites e Rebitadores SCHULZ - Co - mpressores. ELETELE - Re ostatos e Resistên cias. RIGID - Ferra mentas Pré-testadas que Reduzem o Trabalho. Brasil S. A. - A mão de Aço para quem não é de Ferro. TELEVOLT - Estabilizadores Automáticos de Tensão. INVICTA - Tudo para Madeira. WEG - O Motor Elétrico. OSRAM - Lâmpadas. SIEMENS - Material Elétrico Industrial. HARTMANN &amp; BRAUN DO BRASIL Transformadores de Corrente. OK - Eletrodos. BACHERT - Tecnologia em Ferramentas. ELIANE - Azulejos e Pisos. COBEL Equipamentos para Lubrificação.</p>	<p>3M Emen das Terminações. PIRELLI - Fios e Cabos Elétricos. 3M PETERCO - Ilu minação Comerci al. STANLEY - Tre nas de Aço. BELZER -ITMA - Ferramentas do Ferro.</p>
---	---

**CODIF**  
 Matriz: Recife-PE  
 Filial: Natal-RN. R. Dr. Barata, 190  
 Tels.: 222.3571 - 222.8210  
 222.8033 — Natal-RN

**COMPANHIA  
DISTRIBUIDORA  
DE FERRAGENS**



Procurando explicar os critérios errôneos utilizados pelos governos do passado para classificar a firma ganhadora de uma obra pública, Fernando Bezerra declara que tais expedientes na época eram feitos da seguinte maneira: *"O governo dava preferência a entregar a construção à uma firma de um amigo ou parente. Dessa forma, terminado o mandato executivo essas Empresas fechavam suas portas."*

**AS CONCORRÊNCIAS** — Como nos anos 60 inexistiam critérios sérios para escolher os empreiteiros das obras públicas, em 1967 o Governo Federal, através do Decreto-lei n.º. 200, moralizou o processo dessa escolha, sancionando o dispositivo legal sobre licitações de obras. Essa lei foi regulamentada em 73, pelo Decreto 73.140. *"O Decreto Presidencial n.º. 200 caracterizou o início de um novo tempo"* - afirma Fernando Bezerra.

Tudo pronto. Doravante nenhuma obra pública poderia ser contratada por apadrinhamento, e sim submetida ao processo da concorrência. Mas isto criou para as construtoras locais outro problema: o "abocanhamento" das concorrências por firmas de fora.

Para o Presidente da Companhia de Investimentos e Construções Civil (CICOL), engenheiro Moacir Maia, nada mais normal do que uma firma de outro Estado ganhar uma concorrência aqui, desde que concorra lentamente. Mas essa idéia não é bem vista pelos demais empresários. Luiz Flor, por exemplo, diz não concordar, vez que atualmente no Rio Grande do Norte existem poucas obras, o que mal dá para as empresas locais. O Presidente do Sindicato da Construção Civil considera que o órgão conseguiu uma vitória ao desestimular a penetração de firmas de outros Estados aqui.

**A VITÓRIA** — De dez anos para cá, muitas empresas de outros Es-



**MOACIR MAIA, diretor da CICOL, admite a concorrência de empresas de fora, desde que concorram lealmente.**

tados ganharam concorrência aqui, em detrimento das construtoras locais. *"O Governo classificava a empresa ganhadora da concorrência segundo o critério do menor preço e, com isso, sempre as firmas de fora ganhavam a obra, já que apresentavam preços inconcebíveis. O Sindicato, através de constantes contatos com os órgãos Oficiais, conseguiu convencer-lhe que não é o menor preço o que se deva observar para a entrega de uma obra pública, e sim a situação da empresa construtora. Com isso o órgão representativo está tendo total receptividade o que gradativamente está dando consequência a ganharmos as concorrências"*.

Com estas palavras Fernando Bezerra considera que o Órgão de classe que dirige conseguiu mais uma vitória.

No entender de Moacir Maia, é direito e legal que as firmas de fora construam aqui. *"Todas Empresas daqui operam em outros Es-*

*tados. Se nossas firmas fossem viver de mercado interno, nenhuma teria se expandido. Então, se a gente trabalha fora, por que eles não podem trabalhar aqui?"*

**PROBLEMAS ATUAIS** — *"O maior problema que estamos enfrentando hoje em dia, é o atraso nos pagamentos. Hoje, não tem ninguém pagando em dia. Depois disso vem a escassez de obras"*. A declaração é de Moacir Maia, apesar de considerar que o Rio Grande do Norte é um dos Estados mais abastados em obras, apesar do ano de 79 ter sido considerado ano crítico.

Já na concepção de Álvaro Alberto, em consequência da falta de obras, o problema se agrava em vista das construtoras possuírem um custo estável, que não pode ser suportado nas épocas de escassez de obras. *"As empresas de construção têm que ter capital de giro estável vez que, normalmente, faturam cada trinta dias, mas os pagamentos das folhas de operários e fornecedores são semanais"*.



# PRAGMATISMO

## A VERDADE E O MITO

Pedro Simões Neto

Muita gente boa é capaz de jurar que resolvidos os problemas de ordem econômica de um determinado país, por gravidade, todos os problemas institucionais também seriam solucionados. O argumento mais comumente utilizado por esses apressados pensadores é o de que a prosperidade é um benefício polivalente. Em resumo, com a riqueza, tudo se arranjará.

Rippert, festejado jurista multinacional - espécie de **monstro sagrado** da doutrina jurídico-econômica - chegou até a admitir que o Direito era servo da Economia. Na mesma linha de raciocínio vão alguns modernos estudiosos de doutrina política que buscam desesperadamente um modelo institucional de "Estado Econômico com fins sociais". Idem, os econométricos e os vassalos do pragmatismo.

Como não poderia ser diferente, os **idealistas** foram postos no **index** da nova inquisição. Um movimento inquisitorial diferente, é bem verdade. Não são levados à fogueira os pensadores, mas o pensamento, a idéia. Tudo que recorde, mesmo de longe, uma forma idealista, não-concreta, não-positiva, não casuística, é logo **queimada**. Os pensamentos - se os houver - com foros e estrutura de idéia, deverão ser instantâneos, como o café, o leite em pó e outras maravilhas da tecnologia contemporânea. Prontos para a imediata aplicação e consumo. Os patrulheiros ideológicos, à direita ou à esquerda do regime, estão atentos para qualquer desvio ideológico que não os conduza ao seguro caminho do fato concreto, realizado, aplicado.

Curiosos esses conceitos. É proibido especular. A criatividade passou a ser aferida, segundo padrões de aplicabilidade imediata da idéia concebida. E a insanidade chegou a tal ponto que, mesmo que uma determinada proposta não resista ao primeiro confronto com o problema para a qual foi construída, recebe - com todas as honras - o carimbo de aprovação oficial, como que afrontando os que advogam o amadurecimento, a especulação, o experimentalismo estrutural, antes da execução.

**O PRAGMATISMO** — Os contestadores desse sistema, culpam o pragmatismo como responsável pelas desgraçadas soluções adotadas pelo governo central, por via da nova elite tecnoburocrata. Devagar ao pote. Cautela e caldo de galinha nunca fizeram mal a ninguém - muito principal-

mente aos contestadores que pretendem um mínimo de racionalidade nas suas elaborações críticas.

O pragmatismo não é responsável pelo casuismo. Os executores dessa política é que desconhecem os princípios do pragmatismo e o aplicam da mesma forma como o aprenderam - isto é, empiricamente.

Os arquitetos do pragmatismo americano, William James, Dewey e, remotamente, Santayana, não elaboraram uma estrutura de pensamento, em oposição, por exemplo, ao idealismo. Eles nunca se preocuparam com uma linha de pensamento ou de idéias subjetivas - sempre desprezaram os **porquês**, interessavam-se em como aplicar determinadas propostas, ou em analisá-las para verificar se eram aplicáveis. Estimularam um método de ação, prático e objetivo, de resultados concretos, partindo de uma idéia já concebida. Eles não fabricaram - como os pragmáticos não fabricam - uma idéia. Ensinam como aplicá-la.

O erro fundamental dos nossos intérpretes parte da inversão do próprio método: a ação é a idéia. Por isso falta tanta substância, falta conteúdo, falta consequência às iniciativas postas em prática pelos adeptos dessa escola.

A política econômica do Brasil por exemplo, é uma colcha de retalhos ou, pensando melhor, uma prateleira de uma velha merceria do interior, cheia de **pacotes empilhados** - uns sobre os outros - correspondentes a aviamentos feitos pelo merceiro, que não corresponderam aos pedidos dos clientes.

**EXPORTAR É O QUE IMPORTA** — Imagine-se as bases de uma política de exportações, amparadas por decretos, portarias e resoluções, que mudam ao sabor das flutuações da economia e do novo humor dos executantes - improvisada. Não uma improvisação genial, mas péssimos arranjos de maus atores. Jogadores de pôquer que dependem do blefe para ganharem a partida. Ou da sorte.

Questionamos o método a partir da inexistência de uma filosofia, de diretrizes definidoras de objetivos, de tal sorte que a clientela das decisões tenha um norteio para o desenvolvimento de suas próprias estratégias. Todo mundo sabe que o governo federal pretende apoiar um amplo programa de exportações, com o objetivo de equilibrar a balança de pagamentos do



país. Tudo bem, afinal o objetivo foi claramente definido. Restaram, para posterior definição, os meios de que a iniciativa privada disporia para esse objetivo, pois já está também definitivamente comprovado que a iniciativa privada nacional não pode ficar dissociada de um programa de subsídios e incentivos governamentais, para fazer frente à concorrência de preços no mercado externo.

Outra coisa. Como premissa do protocolo firmado entre o governo e os exportadores, deveria ter ficado esclarecido, os rumos do modelo econômico pretendido para o país. Se liberalizante, então o empresariado teria entendido que estaria sózinho no livre jogo do mercado. Entretanto, o modelo estatizante, protecionista, paternalista, do governo federal, havia subentendido que o fomento dessa política estaria intimamente dependente dos auxílios oficiais.

**A MESA VIRADA** — As dificuldades denunciadas pela iniciativa privada nacional, não são segredo para ninguém. São inerentes à própria característica de subdesenvolvimento econômico do país. Sem recursos internos de poupança, destinado à exportação - preferencialmente - produtos primários de também primária elaboração, as dificuldades encontradas no mercado externo não são pequenas, se considerarmos, inversamente, o tremendo arsenal tecnológico e de capital das multinacionais concorrentes, a par do controle do mercado, tradicionalmente repartido pelos maliciosos e fraternais cartéis.

Ora, nessa conjuntura revelando-se o fato de que o governo é o próprio interessado no resultado das trocas internacionais, nada mais coerente que apoiar os empreendedores. E era essa a intenção. Até que um ministro da economia resolveu virar a mesa, editando um dos famosos "pacotes" em que dava **última forma** aos incentivos e subsídios oficiais. A alegação? Uma nova guinada na política econômica brasileira. Uma nova orientação



que poderia ser popularizada pela seguinte afirmação: "Cuide-se de suas barbas que vou pôr as minhas de molho". Em resumo: te vira que vou cuidar de meus próprios negócios, antes que a casa caia.

Não vamos julgar o aspecto moral da reviravolta. Até porque a ética em matéria de economia é um corpo estranho, nesses novos tempos. Interessamo-nos conhecer o aspecto subjetivo, a discussão da filosofia, adentrar no problema até o cerne, mas numa visão mais abrangente. Voltemos, portanto, ao "discurso" inicial.

**A ACULTURAÇÃO** — Desde Pierce até a oportuna assimilação de Dewey, o Pragmatismo vem-se aperfeiçoando como método, numa dinâmica diretamente proporcional à evolução das sociedades modernas. Não obstante a universalidade da maioria dos enunciados filosóficos, esse é típico à sociedade norte-americana. Cientistas políticos categorizados poderão dar explicações cientificamente aceitáveis. Satisfaço-me com breve análise que explica a própria constituição da sociedade estadunidense - (ver **Bandeirantes e Pioneiros**, de Viana Moog e outras obras no gênero). O Pragmatismo já existia empiricamente entre os pioneiros WASP, abreviação de White/Anglo-Saxon/Protestant, Branco, anglo-saxão e protestante: a nata da nova raça americana.

Pois bem. Os WASP eram uma fauna laboriosa e materialista, apesar do sectarismo religioso. Estranho? Nada é estranho num país onde as controvérsias são suas principais características - e sua maior força. Os pioneiros americanos pretendiam construir uma nação e não sonhar com ela. Depois da construção viriam os retoques. Primeiro, era preciso conquistar espaço, efetivar a propriedade, fincar os instrumentos de trabalho, garantir a sobrevivência. Depois, versejariam - se lhes desse vontade. Ao contrário dos ibéricos, portanto, onde a versão do pioneiro, encarnado em Fernão Dias Paes Leme, foi estereotipada como um visionário, um idealista, em suma.

Daí que o pragmatismo, como hábito americano, precedeu à sua própria estruturação como filosofia. Nós não criamos hábitos, apenas os copiamos.

E copiamos mal.

E o que é o Pragmatismo, afinal?

**A COMPOSIÇÃO E O INTERPRETE** \_\_\_

Para melhor compreensão da doutrina, teremos que ser rasteiros. Desprezando os rudimentos emprestados à filosofia pragmática por Kant, Schopenhauer, Locke, Berkeley, Hume, Spengler, Jacobi, Blondel, Bergson, além dos sistematizadores James, Pierce e Santayana. Muita gente boa metida no meio da estória, para qualquer executivo apressado se confessar

"pragmático" somente porque age feito um robô.

Vamos aproveitar Dewey, o pragmático entre os pragmáticos. Para ele, o Pragmatismo seria um meio para firmarmos nosso domínio sobre o mundo real. Afirmava que o pensamento fecundo e integral só se torna possível quando é empregado de alguma maneira o método experimental. A idéia só teria valor, se tivesse alguma utilidade - entendida essa utilidade, como aplicação positiva, prática. Por conseguinte, todas as idéias deveriam ser submetidas à prova de fogo do serviço prestado. Só então elas atestariam sua eficácia, sua verdade.

Continua ainda o filósofo, considerando que o conhecimento em si, tem um valor estritamente instrumental, nada mais representa que um meio para consecução de certos fins práticos. A verdade, então, seria a eficácia, o sucesso.

Transpondo-se essa concepção para o conhecimento direto, prático, na mesma linha da filosofia, o mundo inteiro - com todos os seus segmentos - seria um imenso campo de experimentação de idéias, até a verdade, isto é, até que uma dessas idéias experimentadas provasse o seu acerto.

A construção da tese estaria certa, se houvesse uma idéia ou um conjunto de idéias integradas entre si, num modelo experimental, no caso das políticas governamentais. E mais, os modelos devem ser abandonados, porventura não sejam verdadeiros, não tenham sucesso. Conforme o entendimento, os instrumentos da execução da política e não a política, devem ser maleáveis. Se esta, globalmente, não funciona, deve ser substituída por outra modelagem.

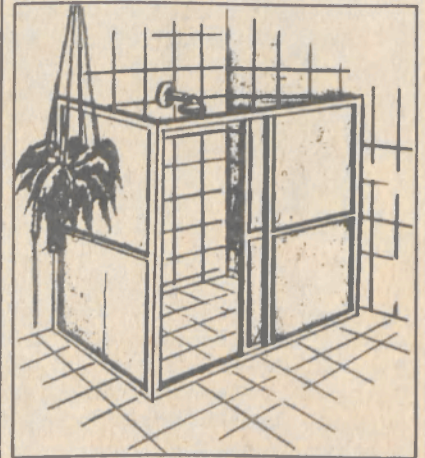
**EM CASA** — Não é o caso do Brasil. Os modelos permanecem, embora atestem sua inutilidade. Mudam-se os instrumentos de execução da política, como se estes corrigissem o modelo. Num exemplo grosseiro, é como se alguém imaginasse que oferecendo uma espada de boa tempera a um mau espadachim, ele conseguisse vencer um duelo. Ou entregar uma boa composição a um péssimo intérprete. Um excelente projeto integrado num mau programa, que o tornasse impraticável, mas que o autor do programa exigisse o ajuste do projeto e não a substituição do programa.

O pragmatismo, como filosofia de ação, é - em termos de política de governo - aceitável. Inaceitável é querer considerá-lo como objetivo nele mesmo.

E antes que esqueça, o modelo exportador é incorreto, não adianta modificar a política. A modelagem econômica é incoerente e indefinida, não adianta reformá-la.

Mas isso é outra estória.

# NÃO USE CORTINAS, USE BANHO-BOX

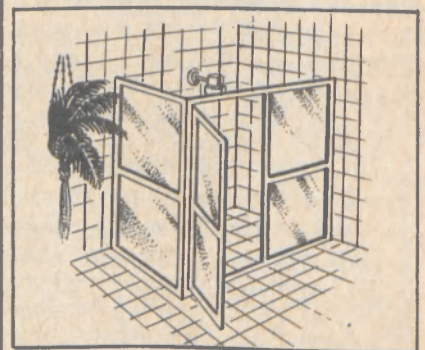


Providencie hoje mesmo a instalação de um **BANHO-BOX** e elimine de uma vez por todas o problema de limpeza e conservação de seu banheiro.

**BANHO-BOX** é moderno, prático, durável, e é oferecido em diversas cores para que a senhora não tenha problemas de escolha.

**APROVEITE A OPORTUNIDADE!**

Consulte hoje mesmo o nosso representante, que terá o máximo prazer em prestar maiores esclarecimentos.



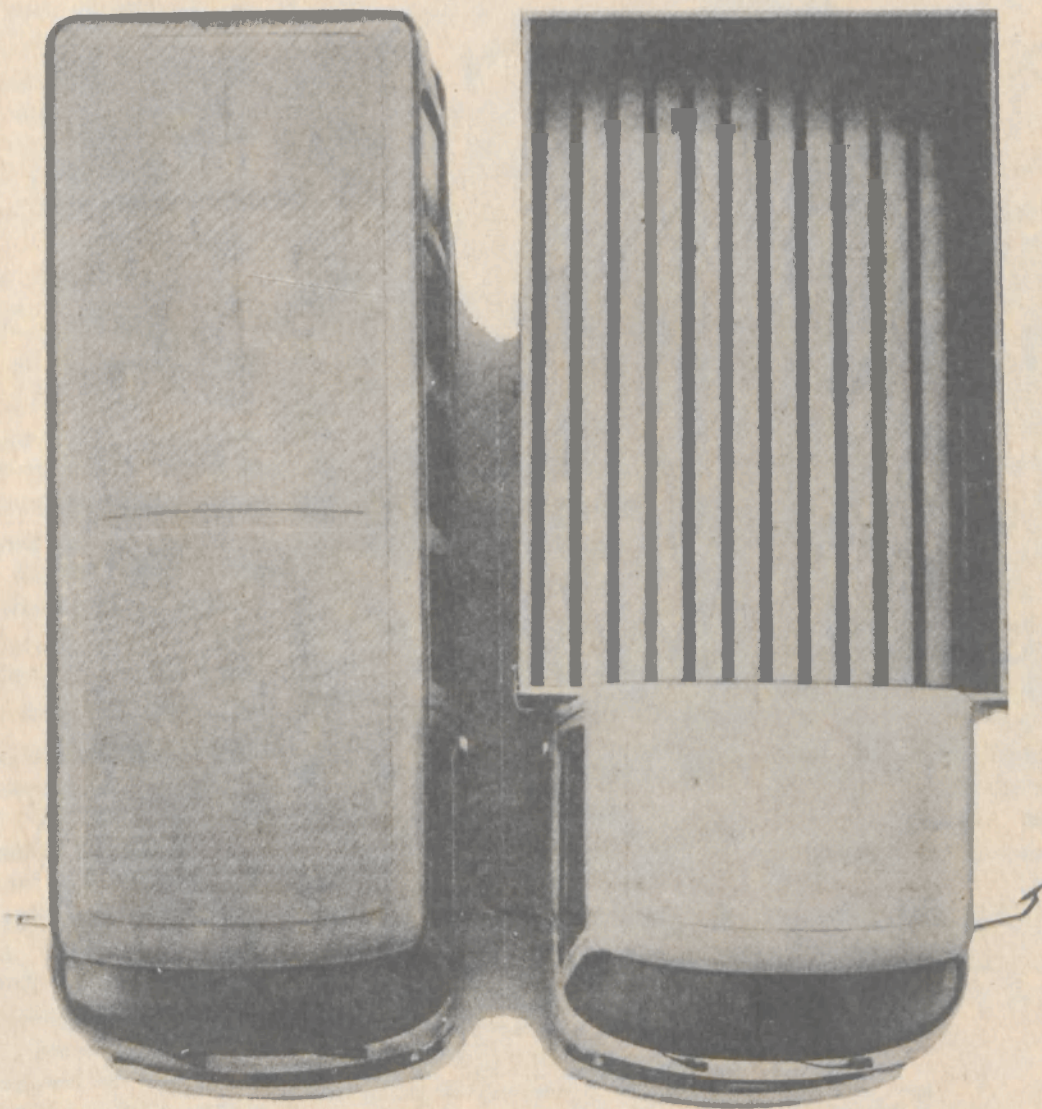
**CARLOS MAGNO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.**

Av. Prudente de Morais, 1574  
Fone: 231-5201 — Natal-RN



# Uma notícia tão grande quanto a Kombi

FINANCIADO EM 24 MESES



A Kombi continua generosa. O prazo para pagamento, tanto da Kombi Standard como da Kombi Furgão e da Kombi Pick-up, é de um ano e meio. Um ano e meio que você pode ir e vir transportando até uma tonelada de carga, e tendo o maior lucro.

Você sabe o quanto a Kombi é econômica, ágil, resistente,

potente. Aproveite agora para entrar na sua. Venha ver os planos de pagamento. Temos a maior variedade. Inclusive com o seu carro usado bem avaliado entrando no negócio.

Venha ver de perto a Kombi que melhor vai dar conta do seu recado.

E, pela sua grande escolha, aceite o maior abraço.



REVENDEDORES  
AUTORIZADOS

MARPAS S. A. Av. Tavares de Lira, 159 — Fone: 222-0140  
Rua Presidente Sarmento, 592 — Alecrim

Dist. de Automóveis SERIDÓ S. A. Av. Salgado Filho, 1669 — Fone: 231-2212



# O MILAGRE DAS TELECOMUNICAÇÕES NO RN

*Há dez anos, telefone era privilégio de poucos. Ligação interurbana (só para o Rio) era coisa de louco!*

Há pouco mais de dez anos atrás, o milagre das telecomunicações no Rio Grande do Norte era ainda insuficiente para convencer os descrentes. Para se comunicar com o Rio de Janeiro, por exemplo, o natalense utilizava até o ano de 1970, os serviços rádio-telefônicos precaríssimos da RADIONAL (Companhia Rádio Internacional do Brasil). Depois de esperar sua chamada durante algumas horas, o desafortunado comunicador gritava sua mensagem e a repetia sílaba por sílaba, pacientemente, duas, três vezes, até que o interlocutor se satisfizesse com a tradução. O sigilo, então, era impossível: das calçadas do velho prédio da Praça Augusto Severo - onde se localizava a RADIONAL - ouviam-se os

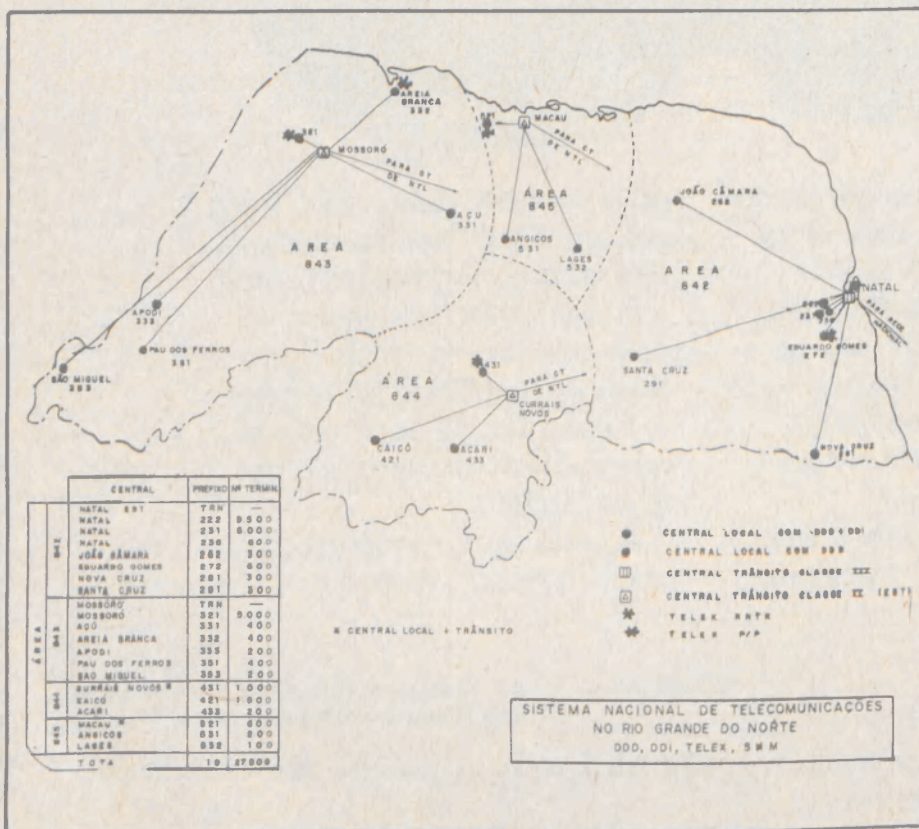
gritos do desesperado comunicador. Telefone mas interurbanos? Um sonho. Telefone em casa? Coisa de gente rica. Hoje, Natal se comunica por telefone com todo o interior do Estado, com todos os Estados brasileiros e até com o exterior - tudo isso em pouco mais de dez anos.

Um bom sistema de comunicações sempre foi considerado pelos estrategistas militares e empresariais como o mais importante item de apoio logístico - na guerra como na paz. A cidade do Natal, principal polo de desenvolvimento do Estado, que combatia com seus poucos recursos a pobreza e procurava uma saída

para o desenvolvimento, contava com 2 mil telefones funcionando precariamente nas interligações locais, um sistema de correios e telegráfos desorganizado e arcaico e um sistema de rádio comunicação que operava ligações telefônicas com o Rio de Janeiro. A salvação para uma comunicação rápida e eficiente, para a época, era o telegrama "Western".

A RADIONAL — Companhia Rádio Internacional do Brasil - autorizada pelo governo brasileiro a operar estações rádio-telefônicas para o interior do Distrito Federal (então, o Rio de Janeiro), em 1944, mantinha o mesmo sistema herdado da segunda guerra mundial. As comunicações pela RADIONAL acusavam uma série de deficiências que punham em risco qualquer negócio: as ligações eram demoradas, quase não se ouvia o interlocutor e o comunicador tinha de devassar sua mensagem, aos gritos, para se fazer entender. Apesar da cabine a mensagem era inteiramente ouvida pelos circunstantes. Em 1963, pela Lei nº. 2.198, foi criada a TELERN — Telecomunicações do Rio Grande do Norte - que encampou o acervo da Light, concessionária dos serviços telefônicos de Natal, e se propôs a expandir, racionalizar e modernizar o sistema de telecomunicações do Estado.

Até 1965, a TELERN cuidou apenas de sua própria implantação, avaliando o potencial do seu acervo, através de levantamentos de sua capacidade operacional. De 1965 a 1972, a nova concessionária de telecomunicações restringiu suas atividades à modernização do sistema de comunicações existente. Melhorou o tráfego - o natalense já podia tirar o fone do gancho e ouvir o sinal de linha desocupada. Mas o número de telefones permaneceu o mesmo (2 mil) e as ligações com o Rio continuaram com a RADIONAL até 15 de setembro de 1971, quando foi desativada.





**EXPANSÃO** — A primeira expansão de linhas telefônicas em Natal se deu em dezembro de 1972, sete anos depois de criada a TELERN. Dobrou-se o número de telefones da cidade - de duas para quatro mil linhas. O telefone foi democratizado, deixou de ser um aparelho de consumo de luxo, a partir da própria fórmula de comercialização, implantada pela TELERN, com planos de pagamento parcelado. Em dezembro de 1973, foi lançado o segundo plano de expansão com mais quatro mil telefones, mais uma vez dobrando o número de telefones para oito mil. Nesse ano, a TELERN foi incorporada ao sistema TELEBRÁS, capitalizando-se com cerca de 300 milhões de cruzeiros, recursos suficientes a época para desenvolver todos os projetos de expansão que programara.

Um terceiro plano de expansão ampliou o universo de usuários para mais de 25 mil - dessa feita favorecendo às cidades do interior do Estado e implantando novas centrais em Natal. O plano de expansão foi assim distribuído: Ceará-Mirim, 500 telefones (setembro/74); Macaíba, 500 (Março/75); Eduardo Gomes, 600 (maio/76); Areia Branca, 400 (junho/76); Currais Novos, 1.000 (janeiro/77); Caicó, 1.500 (janeiro/77); Mossoró, 5.000 (janeiro/77); Acari, 200 (janeiro/77); Santa Cruz, 300 (abril/77); Natal, 6.600 (maio/77); Açú, 400 (outubro/77); João Câmara, 300 (dezembro/77); Pau dos Ferros, 400 (dezembro/77); Natal, 1.500 (janeiro/78); São Miguel, 200 (fevereiro/78); Nova Cruz, 300 (abril/78); Jardim do Seridó, 100 (outubro/78); Santo Antônio, 100 (outubro/78); Parelhas, 200 (janeiro/79); Eduardo Gomes, 100 (maio/79); Açú, 100 (maio/79); Pau dos Ferros, 100 (maio/79).

O mesmo plano de expansão criou uma central para o Alecrim, em Natal (Central 223) que aumentará a capacidade daquele bairro para mais 4 mil telefones.



### A EMBRATEL foi a grande responsável pelo desenvolvimento das telecomunicações no RN

**DDD/DDI** — Em funcionamento o sistema DDD (discagem direta à distância) para ligações interestaduais, via Embratel, e o sistema DDI (discagem direta internacional) interligando o Rio Grande do Norte a vários países, a TELERN, como concessionária de serviços no âmbito do Estado, iniciou em 1974 um plano de interligação da rede estadual aos sistemas DDD e DDI, através de "Postos de Serviço". Todas as cidades do interior que possuam serviços de telefones podem se incorporar ao sistema nacional através desses Postos. A idéia, nascida de uma conversa informal entre o então governador Tarcício Maia, o ex-ministro das Comunicações, Quandt de Oliveira, e o presidente da TELERN, Israel Nunes, foi inteiramente viabilizada e deu origem a um convênio entre o governo do Estado (que participa com 15 milhões de cruzeiros) a TELERN (Cr\$ 7 milhões) e as Prefeituras dos municípios beneficiados (construção do prédio e

folha de pagamento de funcionários administrativos). Cento e dezessete cidades do Estado já contam com esse serviço.

Para toda essa variedade de serviços a TELERN contou com a decisiva participação da EMBRATEL, cuja atuação no Estado remonta ao ano de 1969, quando iniciou a implantação do tronco de microondas da Região de Operações Nordeste. O engenheiro Luiz Augusto Paes Coelho, chefe do Distrito de Operações da EMBRATEL em Natal, conta que "por volta de 1970, foi inaugurado o sistema interurbano via EMBRATEL, ligando Natal a Fortaleza, com serviços telefônicos através de telefonistas. No mesmo ano foi ativado o DDD de entrada de Natal e logo no ano de 1972 entrou em operação o centro de TV local".

A EMBRATEL — Empresa Bra-



sileira de Telecomunicações - mudou a face do país. O nome da empresa pública é hoje logo associada à idéia da aldeia global de que falava McLuhan, um dos grandes teóricos da filosofia da Comunicação. A comunicação instantânea, mesmo dos mais remotos pontos do universo, passou a ser uma realidade presente no cotidiano do brasileiro: "E agora, via EMBRATEL ..." o mundo posto à mesa, através dos noticiários da televisão. Quem poderia imaginar?

**O APOIO LOGÍSTICO** — Mas a EMBRATEL não é apenas a comunicação jornalística diminuindo as fronteiras do universo. Luiz Augusto, chefe de Operações da empresa em Natal, continua informando que "no mesmo ano de 1972, entrou em atividade a rede nacional de TELEX, que, de início, ativou em Natal 30 circuitos. Em 1975, foi posta em operação a central de trânsito de comuta-


ção telefônica, com 2.200 troncos - que atende à demanda de chamados interurbanos do Rio Grande do Norte, em conexão com a EMBRATEL".

Não se confundem os serviços prestados pela EMBRATEL e pela TELERN. Luiz Augusto busca um exemplo compreensível: "A EMBRATEL funciona como o sistema rodoviário federal, como se fosse as BR's - as estradas federais - ocupando-se com as comunicações que interligam o Estado aos mais distantes pontos do país e do mundo, através do sistema de microondas em visibilidade, satélites e ondas curtas (HF). A empresa estadual cuida das estradas vicinais, ou seja, das ligações telefônicas intermunicipais, no âmbito do Estado". Continua o engenheiro, revelando que "do sistema de transmissão por visibilidade, nove repetidores do tronco (RCE-FLA) estão sob responsabi-

dade do Distrito de Operações de Natal - sendo que oito delas estão em território norterio-grandense e uma no Ceará".

Com tal sistema, a EMBRATEL possibilita ao Estado a interligação com o resto do mundo, oferecendo os seguintes serviços: Telefonia, Telex, transmissão de programas de televisão, TV executiva, Canais de voz e telegráficos, SICRAM-Comutação privativa de mensagem, Serviço móvel marítimo e, a partir de 1980, Transmissão de Dados.

Em pouco menos de dez anos, o Rio Grande do Norte conquistou, através dos esforços integrados EMBRATEL/TELERN, um dos mais importantes itens de apoio logístico requeridos pelo desenvolvimento: comunicações. Com 21 centrais, 19 prefixos e 27.800 terminais, o Estado está preparado para a batalha pelo desenvolvimento.

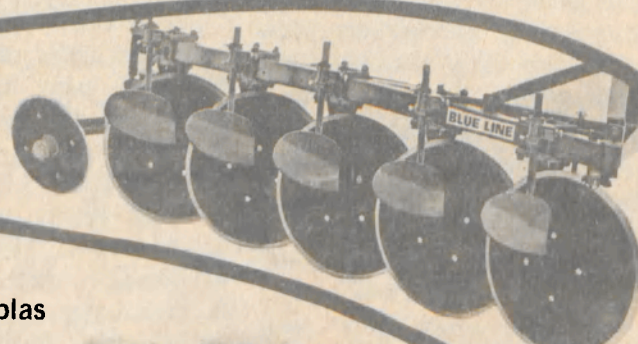


### Granorte Veículos e Peças Ltda.

Av. Sen. Salgado Filho, 2810 — Fones: 231-3097 — 231-4272 — Natal-RN.  
Departamento de Tratores.

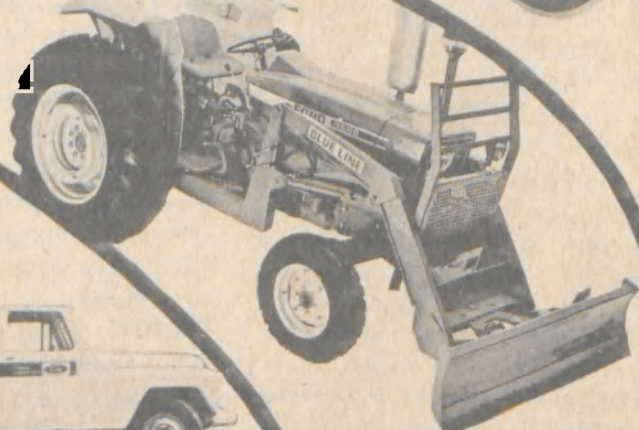
**ARADO FIXO**

\* Grande Robustez e Eficiência.




**TRATOR FORD 4600**

\* O Trator de Múltiplas Aplicações.



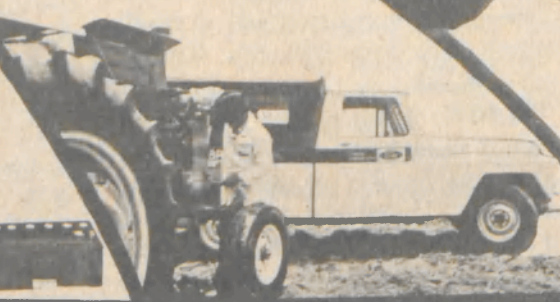
**PEÇAS ASSIST. TÉCNICA**

\* O Apoio contínuo.



**SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CLIENTE**

\* Garantia de sua Tranquilidade.





# AGENDA DO EMPRESÁRIO

## ORTN

O coeficiente de correção monetária a ser utilizado no mês de março de 1980 para as Obrigações do Tesouro Nacional, tipo reajustável (ORTN), é de 52,714. (Portaria n.º 21 de 17/01/80).

O acréscimo referente à correção monetária aplicável às ORTN, fixado para Março/80, é de 3,7% e o valor nominal de cada ORTN será de Cr\$ 527,14 (Portaria n.º 76, de 21/01/80).

## CGC NA JUNTA COMERCIAL

Desde fevereiro, os atos de Registro de Comércio e/ou Cadastro Geral de Contribuintes ao encargo de firmas individuais, sociedades mercantis e cooperativas, passarão a ser praticados pelas Juntas Comerciais, com exame simultâneo pela Secretaria da Receita Federal.

À exceção do pedido de restabelecimento de inscrição e do requerimento da segunda via do CGC - que deverão ser encaminhados à SRF - todos os demais atos necessários à constituição ou modificação do regime jurídico das empresas, inclusive requerimento do CGC, deverão ser submetidos às Juntas Comerciais dos Estados. (Portaria SRF/DNRC n.º 001, de 03/01/80).

## CRÉDITO DO I.P.I.

Todas as empresas comerciais que passarem a exercer atividades industriais gozarão do crédito do IPI referente aos bens originariamente adquiridos para o comércio, desde que tais bens sejam efetivamente empregados na industrialização. (Parecer Normativo CST n.º 01, de 03/01/80).

## REDUÇÃO DE IMPOSTOS PARA IMPORTAÇÃO

A Comissão de Incentivos à Exportação (CIEX) examina a possibilidade de redução do IPI e Imposto de Importação, incidentes sobre máquinas, equipamentos, aparelhos e

instrumentos destinados à implantação, ampliação e reaparelhamento de empresas que operem na área de exportações.

A CIEX terá um prazo até 31 de março de 1980 para apresentar parecer conclusivo à deliberação do Ministério da Indústria e do Comércio.

## CAPITAL DE GIRO

O limite para concessão de financiamento de capital de giro às pequenas e médias empresas industriais, comerciais e de prestação de serviços, é de 800 vezes o maior valor de referência vigente no país, por empresa, em cada banco.

A Resolução n.º 598, de 16/01/80, que estabelece tais disposições, deu nova redação à então vigente Resolução n.º 388, que estabelece o programa de capital de giro aos pequenos

e médios empresários.

Estão excluídos do programa, as empresas direta ou indiretamente controladas ou coligadas por empresas que faturam mais de 85.000 vezes o MVR ou por instituições financeiras.

## IPI/RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA

Passam a ser responsáveis pelos créditos decorrentes do não recolhimento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) os acionistas controladores, os diretores, os gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado faltosas. A responsabilidade solidária se restringe ao período da respectiva administração, gestão ou representação. (Teor do art. 8.º. do Dec. Lei N.º 1.736 de 20/12/79).

ANEXO A INSTRUÇÃO NORMATIVA SRF/Nº 081/79  
ESCALA DE PRAZOS PARA ENTREGA DAS DECLARAÇÕES DE RENDIMENTOS RELATIVAS  
AO EXERCÍCIO DE 1980

Forma de Tributação	Mês de encerramento do Período-Base	Natureza Jurídica	Não Sujeitas a Duodécimo			Sujeitas a Duodécimo						
			Final C.G.C.	Entrega Até	Venc. 1ª Quota	Final C.G.C.	Entrega Até	Venc. 1ª Quota				
LUCRO REAL	Até Novembro	Todas	0 e 1	03/03	02/04	0 e 1	03/03	20/03				
			2 e 3	04/03	03/04	2 e 3	04/03					
			4 e 5	05/03	04/04	4 e 5	05/03					
			6 e 7	06/03	05/04	6 e 7	06/03					
			8 e 9	07/03	06/04	8 e 9	07/03					
			0 e 1	10/03	09/04	0 e 1	10/03					
LUCRO REAL	Dezembro	Empresas Individuais e Sociedades em nome Coletivo	2 e 3	11/03	10/04	2 e 3	11/03	20/03				
			4 e 5	12/03	11/04	4 e 5	12/03					
			6 e 7	13/03	12/04	6 e 7	13/03					
			8 e 9	14/03	13/04	8 e 9	14/03					
			1	04/04	04/05	1	03/04					
			2	08/04	08/05	2	04/04					
LUCRO REAL	Dezembro	Demais Sociedades Exceto as por ações	3	10/04	10/05	3	07/04	20/04				
			4	14/04	14/05	4	08/04					
			5	16/04	16/05	5	09/04					
			6	18/04	18/05	6	10/04					
			7	23/04	23/05	7	11/04					
			8	25/04	25/05	8	14/04					
			9	30/04	30/05	9	15/04					
			LUCRO REAL	Dezembro	Sociedades por ações	0	05/05		04/06	0	05/05	20/05
						1	07/05		06/06	1	06/05	
2	09/05	08/06				2	07/05					
3	13/05	12/06				3	08/05					
4	15/05	14/06				4	09/05					
5	19/05	18/06				5	12/05					
6	21/05	20/06				6	13/05					
7	23/05	22/06				7	14/05					
8	28/05	27/06				8	15/05					
9	30/05	29/06	9	16/05								
LUCRO ARBITRADO	Qualquer mês	Todas	0 e 1	25/02	26/03	0 e 1	25/02	20/03				
			2 e 3	26/02	27/03	2 e 3	26/02					
			4 e 5	27/02	28/03	4 e 5	27/02					
			6 e 7	28/02	29/03	6 e 7	28/02					
			8 e 9	29/02	30/03	8 e 9	29/02					
			0	18/03	17/04	0	17/03					
LUCRO PRESUMIDO	Dezembro	Empresas Individuais, sociedades em nome coletivo e sociedades por quotas de responsabilidade limitada que podem optar pela tributação com base no lucro presumido.	1	19/03	18/04	1	18/03	20/03				
			2	20/03	19/04	2	19/03					
			3	21/03	20/04	3	20/03					
			4	24/03	23/04	4	23/03					
			5	25/03	24/04	5	24/03					
			6	26/03	25/04	6	25/03					
			7	27/03	26/04	7	26/03					
			8	28/03	27/04	8	27/03					
			9	31/03	30/04	9	28/03					
ISENTAS	Qualquer mês	Todas	0	03/06		0						
			1	05/06		1						
			2	09/06		2						
			3	11/06		3						
			4	13/06		4						
			5	17/06		5						
			6	20/06		6						
			7	24/06		7						
			8	26/06		8						
9	30/06		9									



## 80 — UMA DÉCADA SOCIAL

Otomar Lopes

Quais serão as perspectivas sociais da década de 80?

Atualmente o quadro da ação governamental se apresenta com as seguintes características:

- forte predominância da política econômica;
- começo de uma abertura política, desejada por toda a Nação;
- estagnação nas estratégias sociais, que possibilitem um melhor padrão de vida.

Bem que se poderia esperar a definição de uma grande política social para os próximos 10 anos. É um anseio, que se nota na face da grande maioria de brasileiros, onde há uma preocupação silenciosa diante do vazio da área social, que reflete na vida de cada um. Mas, pelo menos até agora, as perspectivas não nos parecem das mais promissoras.

A observação um pouco mais atenta permitirá a visão de uma dura realidade. A grande maioria luta, no cotidiano, pela sobrevivência através de suas necessidades básicas (baixos salários, busca de emprego, falta de habitação condigna, transporte de massa inexistente, etc). Enquanto isso, um número bem menor, passa a se preocupar com a satisfação dos seus desejos de um maior consumo, com aperfeiçoados equipamentos domésticos, residências secundárias, viagens de lazer, etc. esse contraste deveria merecer uma maior preocupação das atenções oficiais.

A definição de uma grande política social, no Brasil, possibilitará uma vida melhor à maioria da população nacional. Todavia, para isso se tornar viável, o caminho que vemos é uma firme determinação, onde se estabeleça a elaboração de um ponto referencial das condições da vida

normal do brasileiro, bem como se faça a formulação de estratégias profundamente relacionados com o equilíbrio no processo do crescimento econômico da Nação.

Dado ao constante desenvolvimento das novas necessidades sociais, apontaríamos as prioridades de uma política social, em três linhas indicativas básicas:

- melhoria das condições de vida urbana;
- Bem-estar social;
- elevação de renda em função do nível de vida.

Hoje, mais de 50% da população brasileira se encontram nas cidades, embora toda a estrutura urbana atual remonte a um passado, com alguns aspectos pesados, lentos e onerosos. Assim evidenciava-se o aperfeiçoamento de canais que tragam mais conforto à coletividade, tais como o transporte urbano, com maior e melhor oferta nos meios de locomoção pública, principalmente facilitando o acesso ao local de trabalho, com tarifas sociais subsidiadas.

Citaríamos a redefinição do BNH para que haja realmente habitação para a população de baixa renda. (O grande consumidor das ofertas de financiamentos do Banco de Habitação é a classe média brasileira). Sugerimos a criação de novos modelos habitacionais de baixo custo.

Outra constatação seria a maior difusão da eletricidade domiciliar também para a baixa renda. Se tivermos capacidade de construir Itaipú, Paulo Afonso, etc. não se justifica o "deficit" de fornecimento de energia às residências nas periferias da cidade.

Na área do bem-estar ressaltaríamos: Educação/Saúde/Previdência. A diminuição do analfabetismo gerou a exigência de uma



melhoria e aperfeiçoamento do ensino, o que não está acontecendo. Consequentemente, num futuro próximo, teremos maiores problemas com a nossa juventude.

O sistema de saneamento básico das cidades geralmente é precário. Por exemplo, há capitais de Estados que dispõem de redes de esgoto que atendem a apenas 15% das habitações. E se sabe que o saneamento é um dos fatores básicos imprescindíveis à saúde pública.

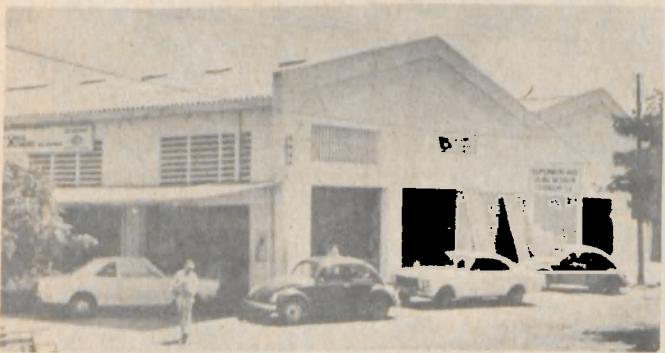
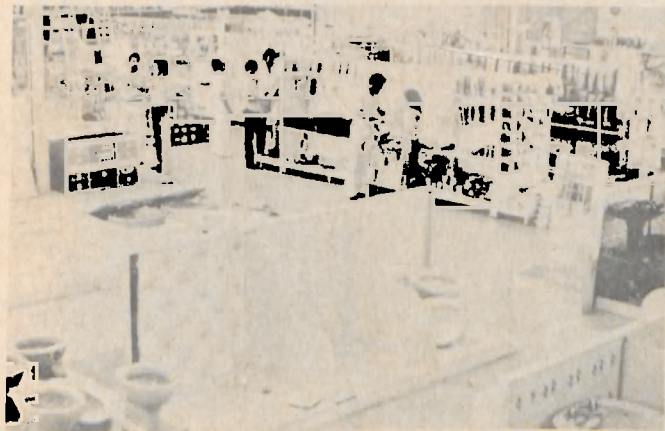
A Previdência Social luta ainda com uma máquina burocrática que entrava o atendimento. Novos serviços poderiam ser oferecidos ao segurado.

Daríamos um enfoque todo especial às disparidades salariais (1% da população dispõe de 17,43% da renda nacional, o que provoca a "doença do prazer"). O salário mínimo não garante uma vida decente, e traz a "doença da pobreza". Se os "planos de vida", no seu sentido mais largo, não são acumulação de bens materiais, (mas o conjunto de satisfações individuais materiais ou não materiais), que se respeite o mínimo necessário.

Esperamos que surja uma objetiva política social. Assim exige a perspectiva de uma Nação desenvolvida.



# Eis as razões de quem está ganhando a preferência do consumidor!



O grupo GALVÃO MESQUITA/CASA LUX está oferecendo o que existe de melhor em materiais de construção, produtos elétricos e industriais, tintas, presentes e utilidades para o lar. São 30 mil artigos sempre em promoção, pelos melhores preços, à vista ou à prazo. E são exatamente seis endereços para a sua economia. Em lojas modernas e bem localizadas nos bairros da Ribeira, Cidade Alta e Alecrim, GALVÃO MESQUITA/CASA LUX asseguram ao cliente o melhor atendimento e mais facilidades.



**Galvão Mesquita  
Ferragens S/A**

Rua Dr. Barata, 217/219 - Fone 222-2968 e 222-2983  
Rua Dr. Mário Negócio, 1451 - Fone 222-2149  
Rua Segundo Wanderley, 651 - Fone 222-2850



**Casa Lux S/A**

Rua. Dr. Barata, 194/200 - Fones 222-0048 e 222-2785  
Rua Amaro Barreto, 276 - Fone 222-1500  
Av. Rio Branco, 643 - Fones 222-2841 e 222-3034

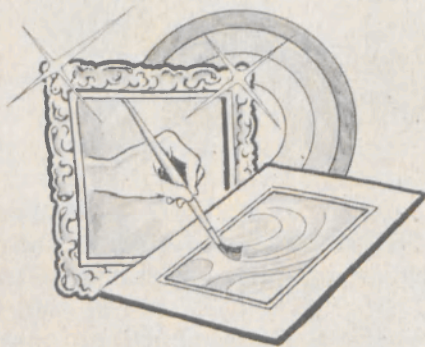


## Kitchenette com arte

A Construtora Rebello Flor projetou e a Imobiliária Santos está vendendo, uma nova concepção em kitchenettes. Os tradicionais quarto-e-sala, sem nenhuma imaginação, contidas em pequeníssimos espaços, são substituídos, nesse projeto, por uma visão mais ampla de espaço, em que o adquirente conta, inclusive, com *mezanino* onde se localiza o quarto. Os apartamentos estão sendo construídos na convergência da Rua Romualdo galvão com a Av. Miguel Castro.

## Privé Parque das Acácias

BEZERRA IMÓVEIS faz o lançamento de vendas do Edifício Parque das Acácias, na Rua da Saudade. Os apartamentos, concebidos para dar maior privacidade aos seus adquirentes contam, além dos tradicionais cômodos, com uma área reservada para as crianças. O empreendimento é da Construtora Nacional.



## Xamanana/Artes & Decorações

MARILENA BRITO descobre um filão de ouro num terreno até há bem pouco tempo desacreditado pelo mundo dos negócios: arte. Sua Galeria XAMANANA vai-se firmando com um verdadeiro mercado de obras de arte onde os artistas locais são sempre bem assessorados e promovidos - com vistas ao mercado consumidor. No Natal, Marilena lançou um excelente album com reproduções dos maiores artistas plásticos natalenses, cuja tiragem foi logo esgotada. Além de arte, Xamanana oferece sugestões para decoração de interiores. A galeria fica situada na Rua Potengi.

## Ar condicionado para autos

LÁZARO SERVIÇOS, na Avenida Salgado Filho, instala, dá manutenção e garante os aparelhos de ar condicionado para automóveis de qualquer marca vendidos na sua loja. Os aparelhos são fabricados pela Climauto e os técnicos da Lázaro foram treinados na própria fábrica. A loja da Salgado Filho ainda oferece serviços de alinhamento de direção, balanceamento de rodas e instalação de equipamentos de som.



## A noite grega de Natal

RONALDO E RISOMAR LOPES acreditam nas possibilidades do setor de diversões de Natal. O bar *Mykono's*, instalado na praia dos artistas contará brevemente com uma boate no melhor estilo grego. Os empreendedores pensam em montar uma nova boate em Ponta Negra - para o que já adquiriram um terreno, como parte do plano de expansão dos negócios na área de diversões.

## Moda atualíssima

A CARA-CALA, boutique de propriedade de Ana Catarina e Dodora Alves, tem sua matriz no Rio de Janeiro. Essa característica traz uma vantagem para a loja: todos os lançamentos em moda infanto-juvenil (especialidade da loja) ocorridos no sul do país, são imediatamente remetidos para Natal. CARA-CALA — Boutique Infanto-Juvenil fica na galeria do Edifício SISAL, na rua João Pessoa.



## Som exclusivo

SÉRGIO CÂMARA, estudante de arquitetura, mantém uma loja de som que oferece gêneros exclusivos para os apreciadores da boa música. SOL MAIOR, está localizada no Edifício Elali (loja 6), na Avenida Salgado Filho e conta com os melhores lançamentos em discos e tapes do gênero MPB, Jazz e Pop. Para os aficionados desses gêneros, que apreciam um bom papo sobre música, Sol Maior é o *quente*. A lojinha também tem um bom estoque das melhores fitas importadas para gravação.

## Fotografias

LENILSON ANTUNES instalou um moderno estúdio de fotografias à rua Coronel Cascudo, 332. Além de se responsabilizar pela revelação - a cores - dos filmes Kodak, Curt e Fuji, o estúdio dará especial destaque às fotos de modas, confecções de *posters* e foto-reportagens.

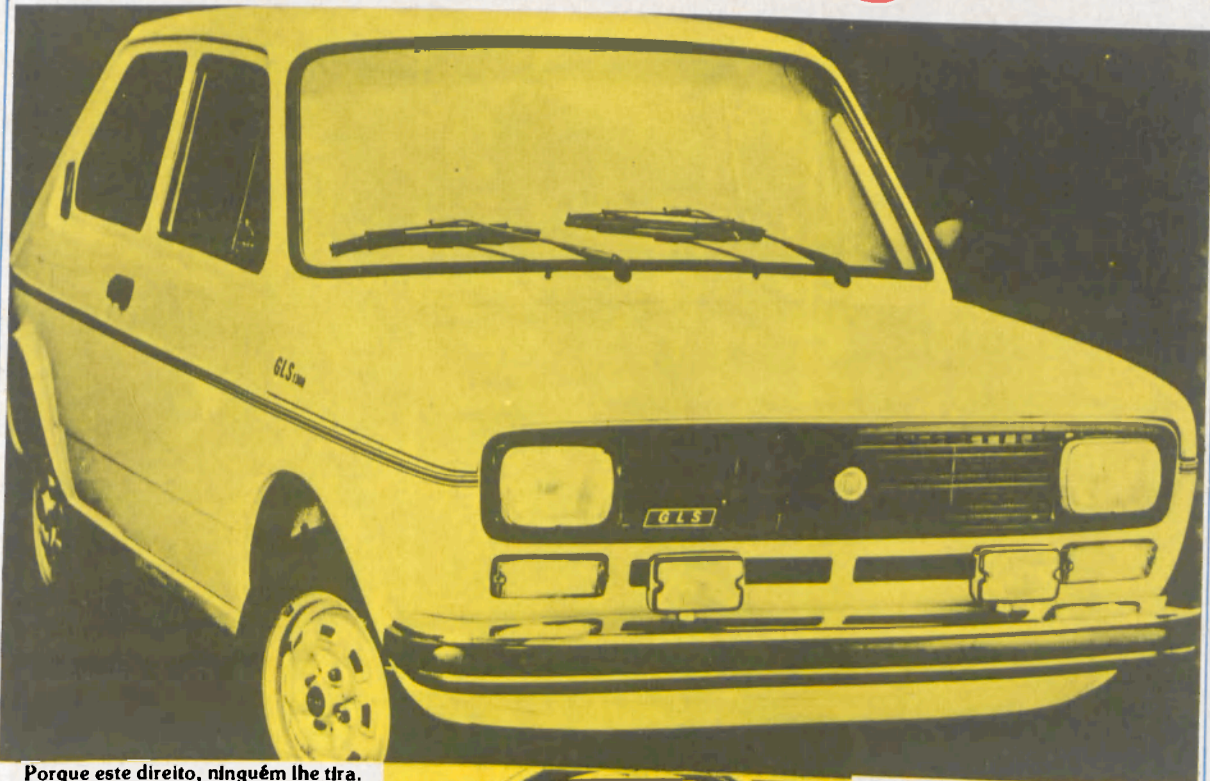
## Os carros esportivos estão chegando

A Chevrolet e a Ford, respectivamente, lançaram no mercado suas novas versões esportivas. A Chevrolet concebeu o *Chevette Hatch* e a Ford, o *Corcel II Hobby*. Percebe-se, na concepção dos novos modelos, dupla preocupação: conseguir sensibilizar o consumidor jovem através das versões esportivas e conter os custos supérfluos com cromagens e outros tipos de acabamento que terminam, invariavelmente, por encarecer o preço de venda dos veículos. A GRANORTE VEÍCULOS LTDA. (Ford) e NATAL VEÍCULOS E PEÇAS S.A. (Chevrolet) atingem excelentes níveis de vendas com os novos modelos.



# Nós temos que entender de Fiat melhor do que todo mundo porque esse é o nosso negócio.

villa central



Porque este direito, ninguém lhe tira. O direito que é seu, de entregar o seu Fiat - apenas - aos mecânicos de NAVONA VEÍCULOS. Eles são treinados na própria fábrica e dispõem do ferramental adequado, equipamentos moderníssimos que testam e regulam com precisão o carro e as peças que fazem parte dele. Não abra mão desse direito. Use-o, em NAVONA VEÍCULOS, onde



estão as peças genuínas, que devem ser usadas na hora da reposição, porque só elas possuem o controle de qualidade mais rigoroso que existe: o da própria Fiat. Exigente você foi, na hora de comprar, porque usou o direito de ter o melhor carro. Agora, é só uma questão de lógica, na hora de manter. Porque, afinal de contas, ninguém entende melhor de Fiat do que NAVONA VEÍCULOS.



**FIAT**

**147**

QUALIDADE QUE DÁ VALOR AO SEU DINHEIRO

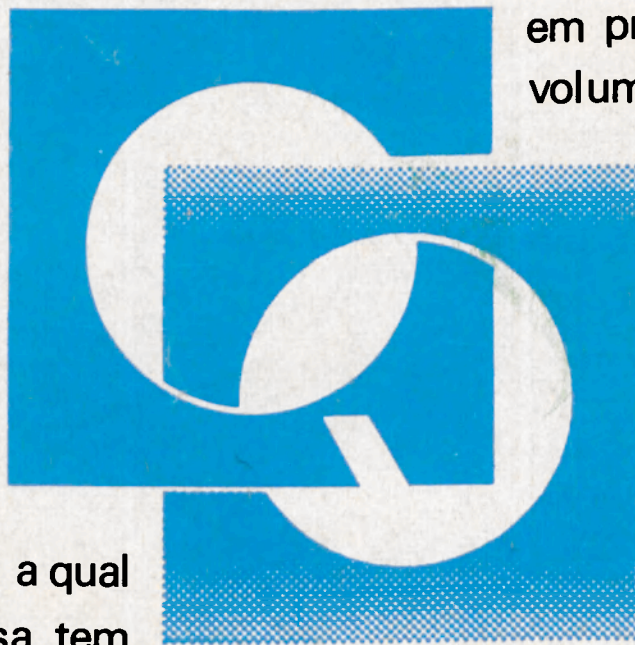
**Navona Veículos**

Av. SALGADO FILHO 3540 - Fone: PARX 231 231-3048



# Um símbolo de confiança!

A posição de destaque que Queiroz Oliveira alcançou no comércio de materiais para construção no Rio Grande do Norte não foi conquistada por acaso. É o resultado de uma longa e difícil caminhada de 18 anos, durante a qual a empresa tem



conseguido manter uma filosofia de profundo respeito ao consumidor, de lealdade aos fornecedores, de permanente assistência profissional

e social aos funcionários, e ainda de rigorosa correção para com o fisco. Estamos

em primeiro lugar em volume de recolhimento de ICM, entre as firmas do nosso ramo, o que significa dizer que estamos vendendo mais. Para nós, isto é

a confirmação de que estamos no caminho certo; e de que a nossa meta original de transmitir confiança está sendo firmemente alcançada.

**QUEIROZ OLIVEIRA**  
**Materiais para Construção Ltda.**

**CONFIANÇA A QUEM CONSTRÓI**